

Sumara

Revista da Fundação João Lopes

N.º 2



2016

Praia

RECONVERSÃO MUSEOLÓGICA DE SÍTIOS EM CABO VERDE.

ESTUDO DE CASO - CHÃO BOM DO TARRAFAL

HENRIQUE COUTINHO GOUVEIA *

Sumário:

MUSEUS DE SÍTIO - PROBLEMAS CONCEPTUAIS
CONTEXTO MUSEOLÓGICO CABO-VERDIANO

Antecedentes setecentistas e oitocentistas
Um Museu Nacional – Ideias e Projectos
Criação de Museus – Propostas e Realidades
Cidade Velha – Cenário de Indefinição

HISTORIAL DO MUSEU DA RESISTÊNCIA
RECONVERSÃO MUSEOLÓGICA DO SÍTIO

Enquadramento tipológico
Caracterização do Testemunho
Metodologia da Programação
Relacionamento com o Público

APRECIÇÃO FINAL
FONTES

Artigos de Imprensa
Textos não editados
Legislação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Nota preliminar - A inclusão deste ensaio na presente edição da Sumara carece de uma explicação devendo ser dito que se está perante uma revisão ligeiramente ampliada de um texto divulgado no número da “Revista de Estudos Cabo-Verdianos” editado em 2013, em versão digital e de carácter precário. V Doc. Anexo <revista-patmus.org/ojs/index>. De adiantar que as alterações introduzidas, muito embora significativas, revestem um alcance limitado dado encontrar-se em preparação nova edição em formato livro deste trabalho. A mudança de título traduz por certo uma alteração a salientar, adiantando-se a esse respeito pequenos esclarecimentos que serão tratados de modo mais aprofundados na versão que se anuncia.

Resumo

Os museus de sítio perfilam-se como um dos vectores de inovação do panorama museológico cabo-verdiano merecedores de uma análise aprofundada, sendo esse o tema condutor deste estudo.

As questões conceptuais inerentes a esse tipo de museus constituem o tópicio de arranque dessa análise, o que permite estabelecer uma comparação com categorias tipológicas afins com os museus de casas históricas.

Nessa óptica introduz-se ainda uma referência sumária aos estabelecimentos centrados no património botânico e ambiental, ou seja os jardins botânicos e os parques naturais.

Segue-se uma retrospectiva da evolução da museologia cabo-verdiana, que remete para o projecto de um museu nacional, a que se procuram contrapor as propostas de criação de estabelecimentos de índole regional ou temática. Acresce um esboço da situação patrimonial da Cidade Velha, dada a importância que reveste no contexto do país.

A reconversão museológica do Campo Prisional de Chão Bom é tida depois como um estudo de caso ilustrativo do problema abordado.

Na análise desse projecto procura-se combinar uma avaliação histórica com a sua situação actual. Esta segunda via de apreciação é conduzida em função de quatro parâmetros que são o do enquadramento tipológico, das características do testemunho, da metodologia programática e do relacionamento com o público.

Palavras-chave

Património, museologia, museus de sítio, Cabo Verde, Tarrafal, Chão Bom

Abstract

Site museums are one of the innovation vectors of the museum landscape of Cape Verde and they are deserving of a careful analysis, which is the conducting theme of this study.

The conceptual questions inherent to this type of museum constitute the launching ramp for that analysis, which will allow us to establish a comparison with typological categories that are akin to historic house museums.

Along this line of questioning we will also introduce a concise reference to museums that are centred on botanical and environmental heritage, i.e., botanical gardens and natural parks.

Following this, we will be presenting a retrospect of the evolution of other Cape-Verdean museums. That will lead us to the ongoing project for a national

museum, which we will juxtapose to various proposals that have been made for the creation of regional and specialised museums. Adding to this, we will take a brief glance at the patrimonial status of Cidade Velha, given the importance it has on the national context.

The site museum of the Chão Bom Prison Camp will be shown as a case-study for the issue at hand.

In this project's analysis we will be combining an historical evaluation with the study of the current situation. This second approach will be guided by four different parameters: typological framework, testimonial characteristics, program methodology and relationship with the publ.

Keywords:

Patrimony, museum studies, site museums, Cape Verde, Tarrafal, Chão Bom

Museus de Sítio - Problemas conceptuais

Em Cabo Verde a reconversão museológica de valores patrimoniais *in situ* traduz-se presentemente numa só realização – o actual Museu da Resistência de Chão Bom – ainda que se deva considerar que se depara aí, por enquanto, com um programa em vias de construção e como tal passível de contornos de desenvolvimento diferenciados. Assume-se aqui uma posição que irá ser objecto de uma apreciação mais detalhada nas rubricas em que essa questão venha a ser focada de modo específico.

O enquadramento dessa iniciativa na categoria tipológica dos museus de sítio não tem sido tema de controvérsias determinantes, posto que se encontre ainda por definir a configuração precisa dos testemunhos correspondentes de modo a que os valores seleccionados sejam objecto de um processamento adequado.

Entende-se, por conseguinte, que a formulação de uma política de incorporações se torna indispensável em museus como este, assumindo objectivos e estratégias idênticos àqueles que reveste nos seus congêneres com acervos centrados no património móvel. Daí emerge um tópico de análise correlacionado que será o do modo de concretização da estrutura funcional própria desses estabelecimentos, estando-se aí perante um tópico cuja abordagem não tem ultrapassado um estágio incipiente.

Recorrendo à formulação avançada por Georges-Henri Rivière, dir-se-á que um museu de sítio é aquele que responde às exigências de gestão de um sítio. Propõe-se assim incorporar *in situ* toda a gama de valores susceptível de proporcionar a compreensão pública da sua importância e significado como

espaço testemunho¹. Por contraposição, designar-se-á por incorporação *ex situ* aquela que se opera mediante deslocação de testemunhos, englobando aí tanto bens biológicos como valores patrimoniais imóveis.

O qualificativo *in situ* deverá por conseguinte ser entendido como “le maintien sur le lieu même de leur découverte de témoins naturels ou culturels, d’origine archéologique ou ethnographique, dans la mesure où ce maintien offre les meilleures conditions de leur exploration scientifique par le naturaliste, l’archéologue ou l’ethnologue”. Poderá compreender inclusive “la conservation, la mise en communication, voire la mise en exposition de ces témoins sur le lieu même”².

A concepção de museu de sítio adoptada neste estudo radica nos pressupostos indicados, mesmo que sejam detectáveis, a propósito deste assunto, posições não coincidentes a que será de fazer menção.

Com efeito, a expressão *musée de site* poderá designar um estabelecimento “généralement couvert, voisin d’un site archéologique, ou sont souvent regroupés les éléments issus d’une fouille qui doivent être protégés”³. De acordo com a noção agora evocada, a gestão do património móvel constituirá o objectivo prioritário a atingir, muito embora a salvaguarda do sítio deva ser tida como uma condição necessária.

Numa óptica afim poder-se-á relacionar a concepção de *musée de site* com a de *site musée*, sendo esta entendida como “une unité écologique visitable et à ce titre, souvent couverte”, que pode ser complementada por um centro interpretativo. Está-se assim perante uma posição muito próxima daquela que é perfilhada neste estudo⁴.

Dada a referência aos centros interpretativos, parece de mencionar aqui uma diferença substancial entre estes e os museus de sítio, pois os testemunhos dados a conhecer nos primeiros poderão não se encontrar integrados numa estrutura funcional idêntica à dos museus. Nessas condições a salvaguarda desses valores poderá carecer de apoios metodológicos susceptíveis de assegurar o seu processamento.

Torna-se assim compreensível que os centros interpretativos tenham vindo a constituir uma componente quer de museus de sítio quer de entidades congêneres como parques e reservas.

O desenvolvimento deste estudo permitirá entender o interesse que reveste a distinção conceptual proposta, pelo que esta constitui uma chamada de atenção que se afigura pertinente.

¹ V. RIVIÈRE, 1978, p. 3 e GOUVEIA, e CARVALHO, 2003, p. 23.

² V. DESVALLÉES e MAIRESSE, 2011, p. 663.

³ V. DESVALLÉES e MAIRESSE, 2011, p. 663.

⁴ V. DESVALLÉES e MAIRESSE, 2011, p. 629.

De assinalar que a aplicação do conceito de museu de sítio será susceptível de gerar incompreensões, tal como se poderá constatar pelo teor de algumas posições assumidas no decorrer do processo em análise em que a pretensão avançada seria a de se organizar em Chão Bom um museu de carácter evocativo e simbólico⁵.

Ora um tal procedimento daria origem a um estabelecimento em que as colecções se centrariam nos testemunhos móveis, contrariando-se deste modo o pressuposto de base do conceito adoptado, cujo acervo compreende sobretudo valores imóveis tidos como elementos de caracterização da memória do lugar. Não se operam portanto deslocações de testemunhos para novos espaços de instalação, processando-se *in situ* aqueles que forem tidos como determinantes.

Não será também admissível que se venham a introduzir alterações de monta nos testemunhos que configuram o sítio. Uma rejeição idêntica deverá ser sustentada no tocante ao acrescento de novas construções ou à possibilidade de vir a transformar de modo sensível o edificado existente⁶

Poder-se-á rematar dizendo que na proposta de reconversão museológica a programar será assumido como pressuposto o reconhecimento da condição de testemunho do sítio e a manutenção da sua integridade. Daí que o museu a criar não possa surgir nem como um elemento enquistado nem como um factor atentatório da sua coerência e significado.

Acresce a possibilidade de utilização do conjunto arquitectónico para a organização de um museu, mediante um mero aproveitamento como espaço de instalação. Nesse caso a condição de testemunho do edificado seria naturalmente secundarizada⁷.

De recordar aqui que a incorporação de património construído em museus teria lugar em finais do período oitocentista, na Europa do norte, com a criação de estabelecimentos que ficariam conhecidos por museus ao ar livre⁸.

O acervo específico dessas entidades seria constituído por exemplares arquitectónicos transferidos dos seus contextos de origem para espaços de

⁵ Esta asserção poder-se-á comprovar pela transcrição de um passo das “Recomendações”, formuladas num recente *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal*, em que se propõe “que seja criado, dentro do Campo de Concentração do Tarrafal, um Museu da Resistência e da Liberdade”. V. *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal*, Caminhos da Memória, <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/antologia/simposio-internacional-sobre-o-tarrafal> (10-07-2009).

⁶ Uma proposta nessa linha seria apresentada num trabalho académico, cujos conteúdos serão objecto de comentário em passos posteriores deste ensaio. V. LIMA, 2010.

⁷ Essa posição transparece numa dissertação de mestrado tendo como tema o Museu da Resistência a que haverá ocasião de fazer novas referências. V. MENDES, 2010.

⁸ A iniciativa de referência seria Skansen, que data de 1893, tendo ficado a dever-se a Arthur Hazelius o modelo de organização adoptado por esse estabelecimento. V. ALEXANDER, 1983, p. 239-276 e RENTZHOOG, 2007, p. 4-29.

instalação previamente escolhidos, procedendo-se ao seu arranjo de acordo com o critério que viesse a ser estabelecido.

Manifesta-se desse modo uma diferença fulcral em relação aos museus de sítio, uma vez que, conforme foi sublinhado, o processamento dos valores patrimoniais determinantes se efectiva nestes estabelecimentos sem que haja lugar à sua deslocação.

Verifica-se assim uma maior proximidade com outras concepções de origem oitocentista, como os *historic house museums* ou os parques nacionais, em que se depara com uma incorporação processada em moldes idênticos⁹.

A organização de centros interpretativos em museus como esses deverá ser entendida portanto como uma consequência das características dos bens seleccionados, visto facilitar a compreensão de testemunhos complexos com acentuada dimensão.

De notar que essa componente só tem lugar naqueles museus cujo acervo reveste as características apontadas, não se constatando a sua existência em estabelecimentos como os zoológicos e parques zoológicos ou museus ao ar livre. Aí os arranjos são programados em função de instalações de cunho artificial, mesmo que estas possam atingir consideráveis dimensões e uma elevada sofisticação.

Julga-se de sublinhar que a introdução deste tipo de museus no contexto cabo-verdiano se prefigura como um factor de inovação, desencadeando um processo que não beneficia do concurso de um capital de conhecimentos proveniente de experiências anteriores. Essa situação implicará, necessariamente, um esforço de reflexão acrescido centrado no aparelho conceptual de sustentação do projecto.

A esse propósito parece de adiantar que o caso em estudo não tem motivado em Cabo Verde o tratamento do tema dos museus de sítio, não se detectando o recurso a essa terminologia ao longo do desenvolvimento da iniciativa. A situação de outros sítios históricos, em particular o da Cidade Velha, motivaria apenas um conjunto de abordagens pouco convincente, mas cujo interesse não poderá ser ignorado¹⁰.

⁹ A designação de *historic house museums* compreende a reconversão de um vasto leque de testemunhos arquitectónicos, pelo que abrange o tipo de estabelecimentos habitualmente conhecidos por *casas-museus*. V. COLEMAN, 1933.

¹⁰ Na vasta obra dedicada ao património cabo-verdiano, João Lopes Filho abordaria um aparato conceptual contemplando termos e expressões como sítios, aproveitamento museológico de sítios e musealização de sítios, não se tendo chegado todavia a debruçar sobre a concepção de museus de sítio. V. LOPES FILHO, 1985, p.33-34, 1989 [2000], p. 37 e 2009, p. 136. O emprego dessa expressão em Cabo Verde reveste carácter esporádico, constando de um estudo sobre o património nacional, datado do princípio da década de oitenta. Depreende-se no entanto que lhe era atribuída uma acepção restritiva, tal como será comentado adiante. A designação encontra-se igualmente num enunciado exemplificativo da diversidade tipológica dos

A orientação que se pretende imprimir a este trabalho insere-se na linha de reflexão anteriormente apontada, uma vez que se tem a intenção de proceder a uma análise de cariz museológico, conferindo menos atenção às questões de índole temática. De ter em conta que a fundamentação do discurso interpretativo irá requerer contributos históricos especializados, que se ajustam menos ao perfil de formação de quem produz este estudo.

A escolha da expressão "campo prisional" para figurar no subtítulo da primeira versão deste ensaio poderá ser invocada a este propósito, tendo-se procurado evitar dessa forma o recurso ao qualificativo de "campo de concentração"¹¹.

Muito embora esta seja uma designação de uso frequente na bibliografia da especialidade, afigura-se que o enquadramento histórico em causa aconselha a que se proceda a uma apreciação de índole comparativa que, no entendimento do Autor, se encontra ainda por aprofundar. Suscita-se aqui a hipótese de que a designação de "campo de concentração" tenha sido motivada por posicionamentos no confronto gerado pelo regime então vigente, prevalecendo assim razões de ordem ideológica.

De reconhecer ainda que se está perante uma designação com balizas cronológicas muito distantes e com um vasto leque de objetivos, características e práticas, exigindo por isso, relativamente ao caso em estudo, uma análise comparativa que carece de aprofundamento¹².

Justifica-se assim a mudança de título operada bem como a opção de se continuar a privilegiar uma abordagem de índole patrimonial e museológica proporcionando esse critério uma achega com indiscutível interesse para o avanço dos estudos cabo-verdianos da especialidade.

Dir-se-á, em síntese, que o prosseguimento da iniciativa deverá beneficiar de um sólido concurso teórico e das possibilidades de aplicação daí decorrentes, uma vez que tem carecido até agora de um sustentáculo dessa ordem que permita fundamentar devidamente a sua programação e desenvolvimento.

Numa perspetiva afim, julga-se de acrescentar que tem sido ventilada a possibilidade de criação no país das chamadas *historic house museums*,

museus, inserido por Nélida Rodrigues numa entrevista concedida a uma publicação local. V. AZEVEDO, *Património de Cabo Verde ...*, 1981 [2007], p. 37 e *Museu dos CTT: Entrevista ...*, 1993, p.33. Acresce um texto da mesma Autora publicado em inglês. V. RODRIGUES, 1995. Uma proposta relativa à Cidade Velha será apreciada na rubrica em que essa realidade é focada, acrescentando um estudo de caso, relativo a Lajedos, em Santo Antão, cuja versão impressa consta desta publicação V. LOPES, *Sítio museológico ...*, 2013. As duas dissertações já referenciadas parecem reforçar este ponto de vista. V. LIMA, 2010 e MENDES, 2010..

¹¹ V. GOUVEIA, *Ensaio ...* . 2013.

¹² Surgidos em finais de oitocentos, a vigência de campos de concentração prolongar-se-ia por mais de um século assumindo uma diversidade por vezes ignorada. Numa monografia dedicada ao Tarrafal são feitas a este respeito algumas considerações pertinentes. V. TAVARES, *O Campo ...*, 2007, p. 43-52.

um tipo de estabelecimentos cuja matriz se aproxima dos museus de sítio, visto que um dos seus fundamentos reside sobretudo na reconversão de testemunhos arquitectónicos não deslocados¹³. Emerge daí uma problemática cujo interesse parece reforçado dadas as iniciativas que têm vindo a ser desencadeadas nesse campo num horizonte recente.

De citar também os progressos constatáveis no domínio dos parques naturais em que ocorrem situações comparáveis às que se verificam em museus de sítio, uma vez que o processamento de testemunhos não deslocados se perfila igualmente como característica dessas entidades.

As comparações decorrentes da implementação de propostas com analogias manifestas entre si, como aquelas a que se acaba de fazer referência, proporcionam por certo um alargamento dos contornos de apreciação do projecto em curso, enriquecendo-se desse modo a gama de soluções a que se poderá vir a recorrer. Os centros históricos e o seu processamento parecem enquadrar numa perspectiva de análise afim.

Contexto museológico cabo-verdiano

Os contornos da realidade museológica de Cabo Verde só se começariam a desenhar com maior nitidez após a independência, proclamada em 1975, sendo habitualmente aceite a posição de que não existiam no território realizações dessa índole contemporâneas do período de soberania portuguesa¹⁴. Afigura-se contudo de recordar as intervenções operadas na Cidade Velha, porventura tardias e de cunho personalizado, mas que não serão de omitir.

¹³ De citar aqui um projecto latente - o da Casa Amílcar Cabral, em Achada Falcão, município de Santa Catarina - encontrando-se em curso a reconversão museológica da Casa de Eugénio Tavares, na ilha Brava, um projecto oficializado em de Outubro de 2006, mas cujos antecedentes remontam aos anos sessenta do século passado. V. *Vida e Obra ... Casa Museu: s/d. .* Em Junho de 2008 seria celebrado um "Protocolo de Acordo para a criação da Casa de Memória «Baltasar Lopes da Silva»". Para concretização da iniciativa seria posto à disposição do Ministério da Cultura, pela viúva do escritor, o prédio rústico, situado em Lagedos, Santo Antão, que este havia utilizado como casa de campo. O seu espólio literário, bem como algum mobiliário subsistente, seriam também afectados à iniciativa. V. *Casa da Memória ...*, Alfa Comunicações, 11 de Junho de 2008. Em Santo Antão parecem de mencionar ainda outras possibilidades, como as casas de Manuel Lopes e Manuel Velosa, igualmente em Lagedos e a de Roberto Duarte Silva, ilustre químico cabo-verdiano, no Terreiro da Vila, da Ribeira Grande. Mais recentemente seriam desencadeadas no Mindelo manifestações em favor da salvaguarda da casa de Adriano Duarte Silva, tida como um valor patrimonial a conservar, mas que acabaria por ser demolida. V. *Cidadãos residentes em Cabo Verde ...*, ADEMOS, 20Abr.2010.

¹⁴ V. RODRIGUES, 1994, p. 22.

Essas intervenções reportam-se principalmente à segunda metade do século findo, tendo sido conduzidas pelo arquitecto Luís Benavente, em cuja actuação se tornam claramente perceptíveis preocupações de cariz museológico. A obtenção de numerosíssimos objectos histórico-artísticos, no decurso das missões realizadas ao Arquipélago, levaria mesmo esse Arquitecto a avançar com a ideia de reunir esse acervo num museu a instalar na Praia. Ainda por relação à Cidade Velha será também de aludir à pretensão, remontando aos anos vinte, de vir a criar aí um museu de feição histórica¹⁵.

Já foi feita menção a trabalhos preparatórios visando a criação, na ilha Brava, de uma casa-museu centrada na figura de Eugénio Tavares, expoente da poesia cabo-verdiana¹⁶.

Antecedentes setecentistas e oitocentistas

As referências mais longínquas ao trabalho de museu realizado em Cabo Verde são por certo as respeitantes às viagens científicas, iniadas em finais do século XVIII, vindo depois a intensificar-se ao longo do período oitocentista¹⁷.

Acrescem os pedidos de remessas de testemunhos de história natural, feitos por museus portugueses oitocentistas, visto entender-se então que residia nesses estabelecimentos e não a nível local, a capacidade de conferir utilidade científica aos materiais pesquisados¹⁸.

Como antecedentes, no âmbito do trabalho de museu, poderão citar-se igualmente as participações cabo-verdianas em grandes exposições europeias, tanto internacionais como nacionais. Gerar-se-iam assim movimentações que acabariam também por dar origem à incorporação de colecções em museus portugueses¹⁹.

¹⁵ V. RODRIGUES, 2011, p. 84-85.

¹⁶ V. FRANCO, *O Arquitecto ...*, 29 de Julho de 1994 e *Casa-Museu: Musealização da Casa Museu ...* (05-12-2010)

¹⁷ A figura de João da Silva Feijó constitui uma referência obrigatória para o contexto museológico setecentista, podendo ser apreciados, através dos materiais produzidos, os propósitos da sua viagem científica e os resultados obtidos. V. FEIJÓ, 1986 e 1991 e GOUVEIA, 1992. No decurso do século XIX, o arquipélago constituiria local de pesquisa para uma plêiade de naturalistas de renome, sendo de mencionar, dado o impacto que a sua viagem teve no mundo científico, a permanência de Darwin, na ilha de Santiago, durante vinte e três dias, o que constituiria um marco da sua carreira de explorador naturalista. V. DARWIN, 2012, p. 292-302, MOORHEAD, 1962, p. 30-32 e mais recentemente SILVA e COHEN, *Darwin ...*, 2017.

¹⁸ Este tópico é objecto de um comentário mais esclarecedor no trabalho de Pequito Antunes cuja versão impressa consta da presente edição. V. ANTUNES, 2016.

¹⁹ Os encargos decorrentes do retorno desses materiais aos territórios de origem seriam apontados como uma das razões justificativas dessa opção. A participação cabo-verdiana em exposições internacionais

Tal como sucederia em Angola e Moçambique, as propostas de criação de museus em Cabo Verde ao longo do século XIX, ainda que não consolidadas, deverão ser entendidas como um primeiro passo tendente à implementação de um quadro museológico local. Nessa óptica a situação do arquipélago será merecedora de destaque, visto ter sido fundado aí um museu, cujo funcionamento se prolongaria por cerca de duas décadas.

A diferença, relativamente aos dois territórios ultramarinos atrás mencionados, residiria no facto de não se ter retomado em Cabo Verde, no decurso do século seguinte, o empenho na ideia de criação de museus locais²⁰. Poder-se-á admitir que a Cidade Velha fosse já considerada na altura como um valor patrimonial a privilegiar, pelo que viriam a ser canalizados em seu proveito os esforços desenvolvidos.

No intuito de aprofundar o panorama oitocentista cabo-verdiano será de se começar por fazer referência à criação, em finais dos anos cinquenta, de um “Museu dos productos naturaes”, cujo objectivo seria o de promover “os progressos científicos, mas igualmente os industriaes e commerciaes”. Sucederia no entanto que - malgrado ter sido autorizado o dispêndio de verbas para custear a instalação, os encargos com pessoal e a “collecção e transporte dos objectos” - o projecto não viria a ter a sequência esperada²¹.

A medida então tomada inseria-se no que se poderá qualificar como a definição de uma política de desenvolvimento para o Ultramar, incidindo na criação de museus e bibliotecas locais.

O objectivo visado com a criação de museus era o de valorizar os produtos da história natural, evidenciando as suas possibilidades de aplicação em prol do fomento dos respectivos territórios.

A legislação promotora reportava-se a finais dos anos trinta, tendo Sá da Bandeira como impulsionador²². A iniciativa só viria a ser retomada em 1857, começando por envolver o Estado da Índia, Angola e Moçambique, tornando-se extensiva a Cabo Verde passados cerca de dois anos, tal como foi focado²³.

A organização na Praia de uma “Biblioteca e Museu Nacionaes”, no início dos anos setenta, constituiria o passo seguinte. Essa será contudo

é discriminada no artigo de Pequito Antunes a que se tem feito menção. V. neste mesmo número ANTUNES, 2016. No plano nacional julga-se de evocar a representação na “Exposição Insular e Colonial Portuguesa”, de 1894, que teve lugar no “Palacio de Crystal Portuense”. V. *Catálogo da Exposição Insular e ...*, 1895, p. 43-57.

²⁰ V. GOUVEIA e ANTUNES, *Angola e Moçambique ...*, 2015.

²¹ V. Portaria de 7 de Fevereiro de 1859, o tratamento dos tópicos seguintes irá observar-se a orientação adoptada no texto de divulgação precária a que foi feita referência. V. GOUVEIA, *Ensaio ...*, 2013.‘‘

²² V. Portaria de 19 de Setembro de 1838

²³ V. Portaria de 28 de Março de 1857. Todas estas portarias seriam subscritas por Sá da Bandeira.

uma realização merecedora de maior atenção, dado ter atingido um grau de concretização que importará comentar ainda que de forma sumária²⁴.

Um tal estabelecimento ficara a dever-se à possibilidade de aplicação de uma verba inscrita para o efeito no orçamento provincial dos anos sessenta e que não tinha sido ainda movimentada²⁵. Verifica-se portanto que se mantinha latente a ideia da criação de um museu no arquipélago.

Os conteúdos do *Regulamento* elaborado permitem compreender os objectivos traçados, bem como o modo de gestão económica e administrativa e de instalação e funcionamento previstos²⁶.

Encontrava-se aí determinado que o acervo seria constituído por “collecções de productos historico-naturaes, que sirvam de exemplares para o estudo”. Acresciam “amostras de materiaes que sirvam para as artes e para o commercio, e de artefactos das industrias locais”²⁷.

Tais características tornavam patente a finalidade de dar a conhecer a história natural do arquipélago, aproximando também o novo estabelecimento do modelo dos museus industriais e comerciais que integravam então o panorama museológico metropolitano²⁸.

Dando cumprimento ao que se encontrava determinado, seria nomeada pelo Governador- Geral uma “comissão directora”, composta por três membros, de que faria parte como presidente o Secretário-Geral do Governo local²⁹.

Competiam à “comissão directora” as tarefas de gestão, sendo de assinalar a elaboração de um “regimento interno para o serviço e disciplina do estabelecimento”, a escolha e recrutamento de um empregado remunerado, a selecção e aquisição do acervo e a redacção dos catálogos correspondentes³⁰.

Esse empregado ficava encarregado dos trabalhos de guardaria, de manutenção dos acervos e instalações e do atendimento do público, o que implicava “franquear os objectos do Museu aos visitantes”³¹.

²⁴ V. FIGUEIREDO, 1951, p. 5. O qualificativo de “nacionais” deverá ser interpretado como equivalendo ao de “provincial” usado em situações análogas para indicar que se tratava de um estabelecimento à escala do território.

²⁵ O objectivo fixado para essa verba era o de “dar começo ao estabelecimento de uma bibliotheca e museu”, sendo de 400\$000 o seu montante. V. Boletim do Conselho Ultramarino: Legislação Novíssima. Vol. IV – 1863, Lisboa, 1869, p.157.

²⁶ V. *Regulamento* ..., 1871, Artº. 1º.

²⁷ V. *Regulamento* ..., 1871, Artº. 1º e 4º.

²⁸ De atender ao facto de esse modelo ter sido aplicado igualmente no Museu Colonial, criado em Lisboa no ano anterior. V. GOUVEIA, 2008, *Contributo para o Estudo da Museologia*

²⁹ V. *Regulamento* ..., 1871, Artº. 6º.

³⁰ V. *Regulamento* ..., 1871, Artº. 6º, nºs 4º a 8º.

³¹ V. *Regulamento* ..., 1871, Artº. 10º.

O relacionamento com o público incluía a disponibilização das salas da Biblioteca e Museu para que fossem realizadas aí “prelecções e leituras publicas sobre assumptos scientificos e litterarios”³².

A abertura ao público ocorreria a 8 de Abril de 1871, tendo sido estipulado um horário compreendendo um período diurno e outro nocturno, num total de dez horas diárias³³.

A sede restringir-se-ia de início a uma sala do rés-do-chão do edifício do Quartel-General, transitando depois para um prédio próprio³⁴.

A concretização dessa iniciativa dotava Cabo Verde com um estabelecimento misto, que vinha colocar essa província em consonância com os vectores definidos para a evolução do panorama museológico da África portuguesa oitocentista.

Tais vectores compreendiam uma vertente de complementaridade e subordinação às realidades museológicas portuguesa e europeia, emergindo simultaneamente uma outra orientada para a criação de museus locais³⁵.

Um dos aspectos fundamentais do projecto museológico, desencadeado em Cabo Verde, traduzir-se-ia na duração e grau de concretização atingidos. Com efeito, um Relatório publicado em 1875, permite tomar conhecimento da evolução operada no estabelecimento ao longo de parte significativa do seu período de funcionamento³⁶.

A primeira constatação a fazer será a de que a componente de Biblioteca, posto que tendo experimentado dificuldades orçamentais e de instalação, registava à data progressos apreciáveis. Essa situação contrastava com a da componente de Museu que era de impasse, não se tendo verificado aqui o mesmo esforço continuado visando o enriquecimento do acervo, pelo que as incorporações se processavam de modo irregular³⁷.

Os esforços desenvolvidos com esse objectivo limitar-se-iam a tentativas ocasionais, sendo de registar um pedido feito à Guiné pelo Presidente da “comissão directora” ou a avaliação das possibilidades de compra no Senegal de colecções tidas como “proprias para museu”. De mencionar igualmente que, em Março de 1871, o Governador de Cabo Verde solicitaria ao naturalista José

³² V. *Regulamento ...*, 1871, Artº. 12º e 14º.

³³ V. *Regulamento ...*, 1871, Artº 12º e FIGUEIREDO, 1951, p. 13.

³⁴ O Quartel-General era também residência do Governador, sendo predominantes na altura os testemunhos da história militar. A instalação seguinte, obtida por aluguer, ficava situada na rua do Quartel, chamada mais tarde Andrade Corvo. V. FIGUEIREDO, 1951, p. 13 e 19.

³⁵ V. GOUVEIA e ANTUNES, 2010. No trabalho da autoria do segundo desses autores, inserido na presente edição, são tratados tópicos conducentes ao aprofundamento de qualquer uma dessas vertentes. V. ANTUNES, 2013.

³⁶ Esse relatório encontra-se datado de 9 de Outubro de 1875. V. BALSEMÃO, 1875.

³⁷ V. FIGUEIREDO, 1951, p. 21-22 e 33.

de Anchieta, a realizar então trabalho de campo em Angola, o envio “de alguns exemplares zoológicos” destinados ao Museu que se encontrava em organização na Praia³⁸.

Tais diligências permitem perceber que o âmbito das incorporações do estabelecimento não se circunscrevia ao arquipélago, pretendendo-se que pudesse englobar outros territórios africanos fronteiros ou mesmo mais longínquos. O intuito seria o de “dar mais vida” ao Museu, patenteando aos visitantes um acervo mais diversificado e mais polarizador³⁹.

Entendia-se no entanto que as aquisições não eram prioritárias, uma vez que, dispondo-se apenas de uma pequena sala, não se tornava possível acomodar novos objectos em condições adequadas⁴⁰.

Como elementos positivos são de salientar ainda a encomenda e execução de mobiliário de exposição, bem como um conjunto de medidas postas em prática no domínio dos registos⁴¹. Tais seriam a abertura e preenchimento de um livro de inventário para todo o tipo de “material da bibliotheca e do muzeu”, a impressão de umas instruções, ampliando aquelas que se encontravam já manuscritas e a criação de um outro livro, de índole estatística, “para nelle assignarem todos os que frequentarem a bibliotheca e o muzeu”⁴².

Este processo viria a prolongar-se até finais de 1892, visto ter sido nomeada nesse ano uma comissão encarregada de proceder ao “exame e avaliação” dos objectos pertencentes a esse estabelecimento que se encontravam na altura a cargo da Escola Principal na Praia⁴³.

A medida ficava a dever-se ao facto de uma parte desses objectos se encontrar completamente arruinada, pelo que seriam de conservar apenas aqueles que tinham “algum valor estimativo e que pudessem servir como materiais de ensino. Os restantes seriam “vendidos por qualquer preço ou inutilizados”⁴⁴.

É detectável deste modo um factor de inovação que parece reforçar a importância adquirida nessa segunda metade do século pela museologia local, permitindo salientar o carácter impar desta iniciativa no contexto africano de língua portuguesa da época.

³⁸ V. BALSEMÃO, 1875, p. 263. e. ANDRADE, 1989, p. 93.

³⁹ V. FIGUEIREDO, 1951, p. 31

⁴⁰ V. BALSEMÃO, 1875, p. 263.

⁴¹ O mobiliário executado era composto por armários, estantes e mesas, sendo destinado também à Biblioteca. V. FIGUEIREDO, 1951, p. 14 e 31.

⁴² V. BALSEMÃO. 1875, p. 263.

⁴³ V. Portaria nº 256, de 4 de Outubro de 1892.

⁴⁴ Lastimava-se então que esse acervo não tivesse sido removido, em ocasião oportuna, para Museu Colonial de Lisboa. V. Portaria nº 256, de 4 de Outubro de 1892 e ESTRELA, 1998, p. 53-54.

A afectação a uma finalidade pedagógica, prevista para parte do acervo agora mencionado, permite evocar os propósitos de criação em Cabo Verde de museus escolares também assinaláveis no período oitocentista.

No Seminário-Liceu criado em São Nicolau, em 1866, prefigurava-se claramente uma via nessa linha. O acervo reunido compreendia “o espólio de um pequeno museu extinto na Praia, uma colecção de louças da escola de cerâmica, que cremos da Boa Vista, uma colecção de numismática relativamente importante e um núcleo de objectos etnográficos – vestuário, armas, adornos, objectos do quotidiano – da Guiné”⁴⁵.

Tal seria portanto o destino dos objectos que haviam pertencido à Biblioteca e Museu da Praia que se encontravam em melhores condições de conservação.

Para apoio ao ensino ministrado, esse novo estabelecimento dispunha de um “laboratório de física e química”, bem como de material didáctico para “suporte das disciplinas de geometria, ciências naturais e geografia geral”⁴⁶.

Uma proposta análoga constava do Regulamento da Escola Principal, situada na Praia, aprovado em 1872, devendo esta compreender, como estabelecimentos auxiliares de ensino, uma biblioteca, um gabinete de física e um “pequeno museu de história natural”⁴⁷. Estar-se-ia aqui perante outra realização inovadora no tocante à museologia cabo-verdiana de oitocentos.

Um Museu Nacional - Ideias e Projectos

Tal como havia sido dito, não se registariam em Cabo Verde, ao longo do século XX, movimentações equiparáveis àquelas que iriam conduzir noutros territórios ultramarinos à consolidação de museus. Seria portanto após a proclamação da independência, em 1975, que o desfasamento gerado começaria a ser ultrapassado.

A expressão “cultura condicionada” traduz de forma pertinente a situação vigente no período subsequente à proclamação da independência⁴⁸. A criação de uma orgânica governativa com um Ministério que, a par com a Cultura, integrava sectores com maior protagonismo como os da Educação e da Juventude, acabava por colocar a primeira numa posição desprotegida.

Nesse domínio as preocupações eram canalizadas para a chamada cultura popular, visto estar-se numa época em que se procurava fomentar o

⁴⁵ V. LOPES, Leão, 2011, p. 54 e 61.

⁴⁶ V. LOPES, Leão, 2011, p. 61.

⁴⁷ V. ANTUNES, 2013.

⁴⁸ V. LOPES, 2002, p. 591-593.

que era designado por “regresso às fontes”. Em consequência, pretendia-se actuar prioritariamente a “nível das tradições orais, da música, do artesanato, do teatro e sobretudo, do crioulo”⁴⁹.

A partir de finais de setenta e na década seguinte, as questões de índole patrimonial e museológica passariam a ser objecto de maior atenção governamental. A elaboração de medidas legislativas, a formulação de projectos, a criação de estruturas e mesmo a expressão de um pensamento orientador marcariam então presença no panorama local⁵⁰.

Num cenário como esse será de destacar a missão promovida pela UNESCO em 1980, de cujo Relatório consta um conjunto de “Recomendações” que deverão ser entendidas como esboço de uma futura política patrimonial e museológica⁵¹.

O propósito de organização de um museu nacional passaria também a ser abordado, constituindo uma iniciativa com que se pretendia aprofundar a caracterização da identidade cultural cabo-verdiana, contribuir para a sua consolidação e conferir-lhe dimensão pública.

Parece oportuno sublinhar que a salvaguarda da identidade cultural cabo-verdiana constitui um imperativo consagrado na Constituição e que compete ao Estado a valorização do património cultural do país⁵². Não surpreende portanto a importância atribuída a esse objectivo na definição da orientação programática a conferir a um museu nacional.

A configuração temática do estabelecimento a criar, a sua incidência disciplinar, enquadramento institucional e modelo organizativo, seriam objecto de achegas que dariam origem às primeiras manifestações da literatura da especialidade de expressão local⁵³.

⁴⁹ Tendo sido Ministro da Educação, Cultura e Juventude, de 1975 a 1981, Carlos Reis admitiria que “os meios postos à sua disposição estiveram longe de corresponder às expectativas que a independência criou em relação à cultura”. A grande maioria desses meios era atribuída à educação, pelo que a cultura acabaria por ser um “parente pobre”. Argumentaria contudo que a situação vivida não permitia outra opção. V. LOPES, 2002, p. 591-592.

⁵⁰ No campo legislativo importa mencionar o Despacho do Primeiro Ministro, criando “uma Comissão Nacional, presidida pelo Ministro da Coordenação Económica, e Comissões Locais, presididas por Delegados do Governo em cada Concelho, com o objectivo de promover a defesa, a conservação e o restauro dos monumentos nacionais”. V. AZEVEDO, 1981 [2007], p.19, FREIRE, 1993, p. 66 e *Despacho do Gabinete do Primeiro-Ministro, de 21 de Dezembro de 1978*.

⁵¹ Nesse conjunto de “Recomendações”, pretendia-se delinear as competências da Comissão ministerial, criada em 1978, sendo apontada a necessidade de se vir a dispor de “legislação específica”, de “utilização” como sustentáculo da conservação, de “revitalização dos centros históricos”, de “preservação dos bens móveis” e de salvaguarda da “memória escrita”. V. AZEVEDO, 1981 [2007], p.31-38,

⁵² V. ALMEIDA, 1991, p. 177.

⁵³ De referenciar, a tal respeito, MESQUITELA LIMA, 1979, LOPES FILHO, 1985, VEIGA, 1989, RODRIGUES, 1991 e FREIRE, 1993.

Nesse quadro de situação será de destacar o “projecto para a criação de um museu em Cabo-Verde”, devido a Mesquitela Lima e que poderá ser tido como um contributo precoce, visto ter surgido em finais da década de setenta. O país vivia na altura uma época em que o investimento no domínio do património não era tido como prioritário, posto que tivessem já despontado manifestações de interesse por esse sector, ainda que sem continuidade. A prevalência da resolução dos problemas socioeconómicos seria apontada como o principal justificativo dessa posição⁵⁴.

O interesse que essa proposta reveste advém do facto de ter sido elaborada por sugestão da Presidência da República, julgando-se de sublinhar a prioridade conferida à implementação de um estabelecimento central com projecção no plano nacional⁵⁵.

O desenvolvimento conferido ao tratamento da ideia justifica o qualificativo de “projecto”, atribuído ao documento elaborado, constatando-se que parte das propostas vindas a público acerca do tema se reduzem à apresentação da ideia de criação em Cabo Verde de um museu nacional, justificando-se assim a formulação escolhida para este subtítulo.

A concepção avançada seria a de um museu que constituísse um “centro de estudos no âmbito de todas as ciências humanas e sociais” e um estabelecimento “aberto ao grande público” e expondo “toda a obra cultural”. Pretendia-se também que procurasse “situar a cultura cabo-verdiana no contexto histórico-cultural da humanidade”, devendo sublinhar-se que se estava aí face a uma posição, que não viria a ser retomada posteriormente⁵⁶.

Nessa óptica, entendia-se que a acção do futuro museu não se podia esgotar no âmbito da cultura cabo-verdiana, dando lugar à apresentação de contextos congêneres de referência como o português e o africano⁵⁷.

A inexistência no país de um acervo capaz de documentar as linhas de orientação previstas, faria com que fosse preconizado o recurso a “reproduções, réplicas e elementos audiovisuais”⁵⁸. De acrescentar a carga simbólica a imprimir à proposta, o que motivaria o esquisso de um edifício com uma configuração arquitectónica em estrela, que complementava o projecto⁵⁹.

⁵⁴ V. VEIGA, 1989, p. 122, LOPES FILHO, 1998, p.133 e RODRIGUES, 1994, p. 98-99.

⁵⁵ O Autor admitia apenas que o estabelecimento “pudesse ter pequenas ramificações em qualquer das ilhas”, posto que fosse de opinião de que se estava aí perante um problema “a pensar e a reflectir mais tarde”. V. LIMA, 1979, p. 19. A proposta de Mesquitela Lima seria depois mencionada num apontamento relativo à museologia cabo-verdiana de índole especializada. V. ESTRELA, 1998, p.54.

⁵⁶ V. LIMA, 1979, p. 13.

⁵⁷ V. LIMA, 1979, p. 17.

⁵⁸ V. LIMA, 1979, p. 14.

⁵⁹ A denominação de Museu Amílcar Cabral, então avançada, reforçava por certo essa intenção. V. LIMA, 1979, p. 21.

A criação de um museu de carácter nacional seria também contemplada no Relatório de Paulo de Azevedo, quando de uma referência à “preservação dos bens móveis”, que deveriam ser inventariados e incorporados em museus⁶⁰.

A designação escolhida seria a da organização do “Museu do Homem Caboverdiano”, tido como um estabelecimento “de carácter etnográfico”, em que seriam reunidos os vestígios da evolução sócio-cultural da nação⁶¹.

A ideia de se vir a criar no País um museu nacional continuaria a ser ventilada, na segunda metade da década de oitenta e princípios da seguinte, permanecendo o entendimento de que devia constituir um repositório de valores representativos da “memória colectiva”, susceptíveis de documentar a “identidade cultural” cabo-verdiana.

O prosseguimento desse intuito motivaria concepções afins, muito embora distintas, cujos contornos se poderão aprofundar com base nos depoimentos dos especialistas, que se pronunciaram sobre o assunto.

De salientar o propósito de conjugação com realizações similares – caso do Memorial Amílcar Cabral e da Biblioteca Nacional – pretendendo-se constituir na capital do país um pólo de renovação urbana com acentuado impacto⁶².

A sustentação dos pontos de vista mencionados seria explicitada em 1985 por João Lopes Filho, ao advogar a criação de “um Museu de Cabo Verde”, tendo como finalidade a prossecução de objectivos análogos àqueles que foram já indicados⁶³.

Na óptica do Autor a organização de um estabelecimento com as características pretendidas pressupunha a existência de uma estrutura de base que designaria por Departamento Museológico, cujas dificuldades de organização não deixaria de prever dada a mobilização de recursos exigida⁶⁴. Competiria a esse Departamento a “consecução de uma criteriosa recolha, selecção, estudo e conservação de peças com valor histórico, etnográfico, arqueológico e artístico, respeitantes a cada região, ou seja, de cada ilha”.

Na linha já indicada por Mesquitela Lima admitiria contudo que se viessem a suprir algumas das “carências em peças mais raras ou existentes em museus estrangeiros, através do recurso a réplicas, diapositivos, fotografias e demais facilidades, que os actuais avanços científicos e tecnológicos possibilitam”⁶⁵.

⁶⁰ V. AZEVEDO, 2007, p. 37.

⁶¹ Parece de apontar aqui um afastamento da matriz deste tipo de museu “which aims at showing man in his biological variety and his cultural diversity”. O *Musée de l'Homme*, organizado na capital francesa em 1937, é apontado como instituição de referência, conjugando disciplinas como “physical anthropology, pré-history, archeology, ethnography and folklore”. V. FRESE, 1960, p.26-27.

⁶² V. Despacho do Ministério da Cultura e Comunicação de 26 de Julho de 1993.

⁶³ V. LOPES FILHO, 1985.

⁶⁴ V. LOPES FILHO, 1985, p. 41- 42.

⁶⁵ V. LOPES FILHO, 1985, p. 42.

A perspectiva de se vir a criar na Praia um Museu Nacional manter-se-ia na segunda metade dos anos oitenta, desencadeando-se na altura um esboço de concretização. Refere-se aqui a intervenção do arquitecto brasileiro Óscar Niemeyer, a quem se ficaria a dever um primeiro projecto das futuras instalações, cuja construção seria assumida como a meta mais ambiciosa a atingir no contexto museológico cabo-verdiano⁶⁶.

A valorização da capital, a que se aludiu, prefigurava-se como um objectivo do plano de obras idealizado, uma vez que a par do Museu seria erguido “um Memorial a Amílcar Cabral, cuja parte inferior será dedicada ao museu da Luta de Libertação Nacional”⁶⁷.

Decorridos cerca de dois anos, parecia comprometida a possibilidade de se vir a edificar na Praia um complexo de envergadura, que passaria a ser denominado “Centro Histórico Cultural”, compreendendo dois estabelecimentos nacionais – Museu e Biblioteca – bem como o Memorial a Amílcar Cabral. Daí que se começassem a desenhar vias de desenvolvimento museológico alternativas.

Radicaria nesse contexto o propósito de criação de um Museu de carácter nacional centrado no domínio etnográfico, perfilhando-se assim uma orientação comparável àquela que vinha sendo adoptada com frequência no contexto africano⁶⁸.

Manifestar-se-ia portanto a intenção de se vir a organizar um Museu Nacional Etnográfico a concretizar de modo expedito e sem grandes exigências metodológicas⁶⁹.

Uma reflexão mais apurada acabaria por suscitar um leque de questões mais amplo, compreendendo não só as características do estabelecimento a implementar mas também a configuração da política de museus que se estava a procurar construir.

⁶⁶ A intervenção de Óscar Niemeyer, datada de 1987, situava-se no quadro da cooperação entre o Brasil e Cabo-Verde. V. VEIGA, 1989, p. 123. De notar, que esse projecto seria designado por Centro Cultural de Cabo Verde numa relação cronológica da sua obra arquitectónica, incluindo uma vintena de museus, nomeadamente um zoo e um jardim botânico. Da denominação aqui atribuída decorre uma questão merecedora de esclarecimento.

⁶⁷ De notar que o desenho de erigir um monumento perpetuando a memória de Amílcar Cabral revestia também carácter nacional, pelo que seria nomeada, por iniciativa governamental, uma Comissão Nacional encarregada de dar seguimento a esse projecto. V. Despacho do Ministério da Cultura e Comunicação de 26 de Julho de 1993 e VEIGA, 1989, p. 123. A criação do Museu da Luta de Libertação Nacional em Cabo Verde é comentada num estudo sobre museologia militar em que são abordadas comparativamente as realidades portuguesa, guineense e cabo-verdiana. V. GOUVEIA, 2012.

⁶⁸ Numa obra de Anne Gaugue, editada em 1997, as potencialidades da etnografia e da história afiguram-se preponderantes na construção do objecto dos museus nacionais de países africanos, posto que essa via de abordagem tivesse suscitado questões que a Autora procuraria elucidar. A exclusão de Cabo Verde do âmbito desse estudo viria contudo a inviabilizar contributos de acentuado interesse inerentes às peculiaridades locais. V. GAUGUE, 1997, p. 5-34.

⁶⁹ V. RODRIGUES, 1994, p. 23.

Relativamente ao primeiro tópico entender-se-ia, tendo em atenção o contexto cultural do país, que um Museu Nacional não se poderia circunscrever à vertente etnográfica. Em causa estava o que seria designado por “história cultural do povo cabo-verdiano como um todo, incluindo as modificações trazidas pelo andar dos anos, pela emigração e migrações, sem deixar de entender a sua identidade nacional, nem privilegiando este ou aquele grupo cultural ou social, nem esta ou aquela ilha”⁷⁰.

O diagnóstico da situação possibilitava no entanto que fossem colocadas interrogações quanto à prioridade a conferir à organização de um estabelecimento central. Um cenário de intervenção composto por “ilhas e culturas com elementos comuns, mas diversos nas suas formas de manifestação”, permitia questionar uma opção determinante em favor de um Museu Nacional. Poder-se-lhe-ia contrapor a pertinência que revestiam os “Museus Regionais”, porventura mais capacitados para documentar os diferentes aspectos da realidade cultural do país⁷¹.

De adiantar que o diagnóstico alternativo aqui focado acabaria por prefigurar um cenário patente no panorama dos museus cabo-verdianos conducente ao adiamento continuado da proposta de criação de um museu nacional.

A opção estratégica a definir abria contudo vias de conciliação podendo traduzir-se na existência de “um museu nacional, bem organizado e apetrechado técnica e cientificamente, paralelamente a pequenos museus locais e regionais que pusessem em evidência as especificidades de cada lugar e grupo populacional”. Obtinha-se desse modo “o suporte técnico dos pequenos museus locais e regionais, não só no que diz respeito ao aspecto material, como e sobretudo no aspecto técnico-humano”⁷².

Estava-se assim perante uma apreciação preliminar, envolvendo alternativas quanto ao desenvolvimento do panorama museológico do país, susceptíveis de contribuir para um melhor esclarecimento da sua evolução subsequente.

A concepção prevalecente na altura seria a de um Museu Nacional de História Cultural, circunscrevendo-se portanto aos domínios correspondentes o enquadramento institucional da museologia cabo-verdiana a nível nacional. A expressão “história cultural” deverá ser contraposta à de “história natural”, pelo que ficaria em aberto o problema da definição dos estabelecimentos em que se iria centrar esse segundo ramo do saber, emergindo aqui um prenúncio da secundarização que acabaria por prevalecer.

⁷⁰ V. RODRIGUES, 1994, p. 24.

⁷¹ V. RODRIGUES, 1991, p. 63.

⁷² V. RODRIGUES, 1994, p. 23.

A execução do projecto iria decorrer num contexto de grandes carências em matéria de recursos, incidindo as dificuldades mais imediatas na constituição do acervo e na obtenção de espaços que permitissem o seu processamento e instalação.

A existência de legislação de enquadramento do processo a impulsionar era tida como uma questão prioritária, pelo que seria objecto de desenvolvimentos determinantes nos começos da década de noventa. Preenchia-se desse modo um quesito de base, passando a dispor-se de condições mais apropriadas para que se pudessem operar avanços mais concretos na construção da política museológica a implementar no país⁷³.

A Direcção Geral do Património Cultural, entidade que centralizava as competências administrativas relativas aos museus, daria lugar em 1990 ao Instituto Nacional da Cultura, pelo que seria esse o organismo que passava a protagonizar as intervenções a empreender⁷⁴.

Na orgânica do novo Instituto prefiguravam-se iam Departamentos como o de Monumentos e Sítios e o de Museus e Etnografia, o que comprova que se continuava a manter a importância desta disciplina numa realidade museológica ainda em vias de construção⁷⁵.

Um tal cenário iria permitir a emergência do chamado “gabinete museológico”, impulsionando-se desse modo o processo de organização no país de um museu de âmbito nacional. Esse gabinete prefigurava-se como uma das componentes desse futuro estabelecimento, conferindo uma maior amplitude ao projecto de criação de um museu cujos trabalhos preparatórios seriam canalizados para o domínio da etnografia.

Seria explicitado a esse respeito que se estava perante um “gabinete de conservação, estudo e preparação” de um acervo, incidindo até então em “aspectos histórico-antropológicos”, mas que se pretendia diversificar. Transitar-se-ia desse modo para um “museu eclético”, passando a “trabalhar no futuro com outros domínios científicos” e inclusive o das artes plásticas⁷⁶.

Encontravam-se reunidos na altura “cerca de 600 objectos, recolhidos nas ilhas de Santiago, Santo Antão, Brava e Boavista”, mediante trabalho de campo iniciado em 1991 e prosseguido no ano imediato⁷⁷.

⁷³ V. RODRIGUES, 1997, p. 98-99.

⁷⁴ V. MARTINS, 2011.

⁷⁵ V. FREIRE, *A experiência cabo-verdiana ...*, Março – 1993.

⁷⁶ V. RODRIGUES, *Gabinete museológico*, s/d.

⁷⁷ V. RODRIGUES, *Gabinete museológico*, s/d. Nessa campanha de pesquisa e incorporação participaria também Julião Veiga da Silva. Info. de Martinho Robalo de Brito, Quadro superior do Ministério da Cultura, Março de 2011.

O critério de incorporação adoptado tinha privilegiado os testemunhos ameaçados de desaparecimento devido à introdução de novos “materiais (como o plástico)” ou ainda às mudanças culturais em curso e à emigração.

O Museu Nacional, a que se aspirava, deveria compreender componentes de interpretação e investigação, a que corresponderiam “dois espaços principais” – o de “difusão para o público” e o “gabinete museológico”. Admitia-se também desde logo a sua ampliação, adicionando-lhe novos espaços ou inclusive a sua extensão a outras ilhas.

A prioridade seria conferida ao trabalho de investigação e de incorporação, posto que as instalações disponíveis não permitissem a “organização dos laboratórios, reservas técnicas (armazéns)” e de gabinetes científicos em condições adequadas⁷⁸. Dadas essas carências aproveitara-se uma “uma das salas do INAC” para organizar uma “reserva técnica”, prosseguindo-se simultaneamente à detecção dos objectos a integrar no acervo, à definição da “base metodológica de recolha”, dando-se início à “formação de colecções”⁷⁹. A prioridade estabelecida e que se procurava prosseguir era a de criar “um sistema de documentação capaz de responder às necessidades” com que se deparava⁸⁰.

Pretendia-se que o “gabinete museológico” referido fosse aberto a um “público especializado”, particularmente aquele que se dedicasse à investigação, uma vez que, no seu todo, o museu era entendido como uma “instituição de pesquisa”⁸¹.

Às insuficiências relativas a instalações acrescia a escassez de recursos humanos, que se procuraria atenuar através da formação realizada no “próprio gabinete”⁸².

Na prossecução da iniciativa serão de registar dois aspectos, sendo o primeiro e também o mais significativo, o de se virem a integrar nessa entidade as “infraestruturas de trabalho” necessárias à “implantação de uma política museológica nacional”. Tinha-se aí em mente o apoio funcional, a museus de menor dimensão, em áreas sectoriais como as da pesquisa e da conservação e

⁷⁸ De precisar que as instalações iniciais consistiam apenas num espaço aberto, que havia sido utilizado para exposição de gado e em que haviam sido introduzidas entretanto “algumas adaptações para museu”. V. RODRIGUES, 1993, p.2.

⁷⁹ V. RODRIGUES, 1994, p. 24.

⁸⁰ V. RODRIGUES, 1994, p. 25.

⁸¹ V. RODRIGUES, *Gabinete museológico*, s/d.

⁸² Para além da Autora do texto, cujas habilitações eram no domínio da Antropologia, prestava serviço no gabinete o “Dr. David Soler, museólogo cubano”, a quem se ficariam a dever contributos bibliográficos enriquecedores do panorama local. V. RODRIGUES, *Gabinete museológico*, s/d. A equipa de cooperantes cubanos, então presente em Cabo Verde, integrava também a Arq^a Lourdes Bedoya.

restauro⁸³. Suscitava-se desse modo uma questão fulcral que permanece em aberto no quadro museológico cabo-verdiano.

Confirmar-se-ia também o adiamento da pretensão de vir a sediar o estabelecimento projectado num edifício a construir de raiz. Como solução mais imediata era avançada a da sua instalação na “Casa Padjá Quadrangular”, onde os trabalhos de adaptação estariam já a ser programados.

Reconheciam-se contudo as limitações de que enfermava esta construção, pelo que se trataria de uma localização a prazo. Continuaria portanto a aguardar-se a oportunidade de se vir a construir “um edifício definitivo”, projectado já em conformidade com as exigências funcionais próprias de um museu⁸⁴.

A ideia de se organizar na Praia uma instituição museológica central iria manter-se com a transição para o século actual, devendo ser tida como um projecto latente no contexto do país. A existência de um Museu nacional em articulação com museus temáticos distribuídos por diversas ilhas, daria corpo a uma política de salvaguarda do património, tida como uma componente prioritária da estratégia cultural da nação cabo-verdiana⁸⁵.

No começo de 2004, passava a anunciar-se que o embrião desse estabelecimento seria constituído pelos achados subaquáticos reunidos no Centro de Restauro e Museologia, organizado na Praia para tratamento desses materiais. Essa iniciativa preliminar viria a adquirir depois “outras valências representativas da história e cultura cabo-verdiana”⁸⁶.

De precisar que se estava perante uma medida de arranque, uma vez que se pretendia que o Museu nacional em gestação se viesse a instalar mais tarde no Quartel Jaime Mota, uma construção colonial situada no “Platô”, em posição sobranceira à baía de Santa Maria⁸⁷.

A localização da principal instituição museológica do país no centro histórico da capital prefigurava-se como um factor de redinamização dessa zona urbana. O esforço afim, que se traduzia na implantação do Museu Etnográfico e do Palácio da Cultura Ildo Lobo, era portanto reforçado.

⁸³ V. FREIRE, 1993. Na comunicação agora citada, inserida nas Actas do “Ciclo de Sensibilização em matéria de Arquivo, História e Património”, transcreve-se um texto de Nélida Rodrigues, intitulado *Área de Museologia*, de que se conhece uma versão dactilografada com o título de *Gabinete museológico*, que vem sendo citada., p. 71 e tb. RODRIGUES, 1993, p. 1.

⁸⁴ Situada no Parque 5 de Julho, nas proximidades do local anteriormente previsto para instalação de um grande museu de Cabo Verde, a Casa Padjá havia sido edificada nos anos oitenta, segundo projecto do arquitecto José Gomes, para instalação de um centro cultural. V. FREIRE, 1993, p. 71. Destruída quase por completo por um incêndio na década seguinte, viria a ser reedificada nos começos do século actual. V. UCCLA: *Relatório de Actividades de 2005: Praia: Reconstrução da “Casa Padjá”*, p. 9.

⁸⁵ V. *Programa de Governo 2006-2011*, Capítulo 2, p.37.

⁸⁶ Esse espólio subaquático provinha sobretudo de pesquisas decorrentes de acordos estabelecidos entre o Governo de Cabo Verde e empresas estrangeiras da especialidade, cujos resultados seriam motivo de forte controvérsia. V. CARVALHO, Gonçalo, 2009 e CARVALHO, Carlos, *Património ...*, 2005.

⁸⁷ V. *Cabo Verde: País vai ter um museu nacional ...*, 4Feb2004.

De mencionar que o processo registaria já avanços apreciáveis, pois a “recolha do espólio” parecia encontrar-se em “fase de conclusão” e as “negociações para a desafecção do quartel do Ministério da Defesa” estariam também prestes a ser levadas a bom termo⁸⁸.

Passados cerca de dois anos, o projecto de organização de um Museu nacional, “espelho da riqueza e diversidade cultural do país”, continuava a ser tido como a grande aposta do Ministério da tutela⁸⁹.

Em princípios de 2009, preconizar-se-ia contudo uma inflexão sensível, tal como se podia depreender através das declarações prestadas à imprensa pelo titular da pasta da cultura. O anúncio então feito era o de que o Museu nacional viria a ter sede na cidade da Ribeira Grande de Santiago, cujo processo de candidatura a Património Mundial canalizava então o esforço governamental. De notar que esse anúncio compreendia igualmente a criação de um Museu de Arte Contemporânea na Praia e de uma Galeria de Arte/Grande Auditório no Mindelo, pelo que parecia inserir-se numa estratégia de compensações entre cidades no tocante às realizações de índole museológica⁹⁰.

A encerrar este tópico dir-se-á que uma retrospectiva do processo, visando a criação de um Museu nacional, permite obter uma ideia suficientemente precisa da missão fulcral a atribuir a esse estabelecimento, sendo esse um primeiro aspecto a salientar.

Transparece contudo a inexistência de uma linha de continuidade na condução desse projecto, deparando-se sobretudo com contributos pontuais, cuja articulação não se torna claramente perceptível. Com efeito, poder-se-ia prefigurar a eventualidade de o Museu Nacional vir a coexistir com um estabelecimento de índole disciplinar, sendo essa uma questão decorrente da informação recolhida e que importará clarificar.

No tocante à caracterização do futuro acervo e à política de incorporações a prosseguir, constata-se uma orientação centrada na cultura material que se afigura passível de ser revista, pois conteúdos como a língua, a música, a literatura e a gastronomia, plenamente integráveis hoje em dia no seio dos museus, se encontravam ausentes nas explanações feitas. Julga-se todavia de ponderar a sua recuperação no âmbito de um Museu nacional, uma vez que constituem elementos preponderantes da identidade cabo-verdiana⁹¹.

⁸⁸ V. CARVALHO, *Património ...*, 2005.

⁸⁹ V. *Ministério da Cultura reabre ...*, 2007.

⁹⁰ V. FORTES, *Vem aí ...*, 2009.

⁹¹ A necessidade de intensificar a presença do património imaterial no contexto museológico passaria a ser, no século actual, objecto de recomendações por parte de organismos internacionais como a UNESCO e o ICOM. Assistir-se-ia simultaneamente a um incremento da edição dedicada a essa temática. V. *Patrimoine immatériel*, 2004, p. 137-149.

Não se dispõe também de informação relativa ao modelo organizativo a adoptar, prefigurando-se aí um factor incontornável quanto à antevisão do cenário funcional da futura instituição e, por consequência, da configuração e exigências das instalações de que iria carecer.

De atentar ainda na importância e significado que revestem no plano nacional os testemunhos do domínio arquitectónico, decorrendo daí a necessidade de promover a inserção desses valores no panorama museológico cabo-verdiano.

Permaneciam igualmente por definir os contextos museológicos em que se pretendiam integrar domínios patrimoniais como os da história natural, das artes ou mesmo das ciências experimentais e do âmbito tecnológico.

Julga-se de rematar este tópico salientando que a criação de um museu nacional, uma ideia patente na fase de arranque do panorama cabo-verdiano da especialidade, acabaria por constituir um factor de indeterminação acerca do qual não chegaria a ser assumida uma posição verdadeiramente consistente.

Criação de museus - Propostas e realidades

Sendo um país com um território arquipelágico, factor de uma diferenciação cultural facilmente constatável, não deverá surpreender que se tenha delineado em Cabo Verde um intuito regionalista na medida em que a realidade museológica foi adquirindo maior expressão.

Foi já assinalado, que chegaria a transparecer uma contraposição entre os dois planos – regional e nacional – detectando-se igualmente a propensão para introduzir nos museus a sediar nas diversas ilhas feições consonantes com a cultura local.

O progressivo desenvolvimento dos museus no País torna perceptível uma preocupação descentralizadora, que tem conduzido a propostas de criação de museus fora da capital, procurando-se contemplar dessa forma as aspirações regionais mais fundamentadas.

De atender a que o contributo autárquico reveste por enquanto neste domínio um carácter pontual, situação que se espera que venha a ser revertida de futuro⁹².

⁹² O primeiro Museu Municipal do país seria o de São Filipe, vindo a ser organizado, em 2010, um Museu da Água, fruto da iniciativa da Câmara Municipal da Ribeira Brava em articulação com o Parque Natural de Monte Gordo. V. *Ribeira Brava tem o primeiro ...*, 12-Abr-2010. A criação de um Museu no Sal chegaria a ser aprovada em sessão da Câmara Municipal, realizada em Fevereiro de 2004, sem que uma tal medida viesse a ter seguimento. V. LOPES FILHO, 2004.

No texto publicado em 1989, Manuel Veiga faria menção a um esforço em prol da museologia regional, que se traduzia na organização de “pequenos núcleos” e na previsão de um “espaço para museu” nos Centros Culturais resultantes da “recuperação de alguns edifícios históricos”. Manifestar-se-ia também, por parte de alguns municípios, a preocupação de virem a criar museus regionais⁹³.

As questões relativas a esse tipo de museus passariam a ter um maior relevo na comunicação apresentada por Nélida Rodrigues, em 1991, estabelecendo-se aí a contraposição com o plano nacional já comentada.

Tal como foi focado anteriormente a Autora retomaria o tema num outro texto, datado de 1994, mas em que procurava conciliar a existência de “museus locais e regionais” com a estrutura de um museu nacional⁹⁴.

Muito embora seja de destacar que estas considerações se reportam a um período de arranque da museologia no país, ter-se-á de reconhecer que a iniciativa regional não adquiriu ainda em Cabo Verde uma presença condizente com as potencialidades inerentes às suas características culturais e geográficas.

Propostas de descentralização patrocinadas pelo poder central, como as de um Museu do Mar, no Mindelo e de um Museu de Arte Sacra, em S. Nicolau, não passariam de “ideias em projecto”, ficando-lhes apenas associada alguma documentação preparatória. Esses dois estabelecimentos seriam evocados em 1993, sendo dados como da iniciativa da Direcção Geral do Património Cultural com o apoio da cooperação internacional⁹⁵.

A iniciativa oficial, exercida na altura através do Ministério da Cultura e Comunicação, deveria impulsionar também a organização de “museus especializados”, tais como o “Museu das Romarias em Porto Novo, o Museu de Arqueologia Industrial em São Vicente e o Museu da Cidade de São Filipe no Fogo”. Estar-se-ia desse modo perante o que seria considerado como o esboço de “uma política museológica nacional”, a implementar em articulação com os recursos locais⁹⁶.

No plano aplicado, a realidade de índole museológica tinha já registado em Cabo Verde um avanço promissor com a criação no Mindelo, em 1977, do Centro Nacional de Artesanato, organismo que daria continuidade ao esforço que se estava a desenvolver em prol da dinamização do sector⁹⁷.

⁹³ V. VEIGA, 1989, p. 123. As indicações fornecidas permitem depreender que se tratava de iniciativas dotadas apenas com estruturas funcionais parcelares.

⁹⁴ V. RODRIGUES, 1994, p. 23.

⁹⁵ V. FREIRE, 1993, p.71 e RODRIGUES, 1993, p. 2.

⁹⁶ V. FREIRE, 1993, p.71 e RODRIGUES, 1993, p. 2.

⁹⁷ Esse esforço encontrava-se então a cargo da Cooperativa Resistência, nascida em Abril de 1976, devido à iniciativa conjunta de professores do ensino secundário e de artesãos. V. FIGUEIRA, 1982, p. 75-76.

As actividades promovidas por esse Centro compreendiam, para além do levantamento e registo de técnicas de fabrico tradicionais, a aquisição de “peças de reconhecido valor artístico e histórico, com vista à formação de um futuro Museu”. Particularmente significativa seria a existência de uma galeria de exposição permanente, dando a conhecer a produção artesanal tanto moderna como tradicional. De acrescentar ainda a realização de exposições temporárias ou a participação nesse tipo de acontecimentos⁹⁸.

Parece aqui de sublinhar o facto de o processamento dos testemunhos, a cargo desta entidade, obedecer a um padrão idêntico àquele que era observado no âmbito de um museu. De salientar igualmente que a projecção pública dada à componente museológica do Centro lhe conferia uma visibilidade susceptível de facultar a sua futura autonomia.

A museologia cabo-verdiana só viria contudo a ter uma expressão regional individualizada no termo da década oitenta do século passado, com a criação, em S. Jorge dos Órgãos, do Jardim Botânico Nacional Grandvaux Barbosa, homenagem a um investigador português que havia já manifestado interesse por esse tipo de museus⁹⁹.

O estabelecimento a que foi dado o seu nome seria inaugurado a 5 de Junho de 1988, encontrando-se em construção havia cerca de dois anos. A sua tutela era da competência do Instituto Nacional de Investigação Agrária, um organismo que se encontrava então na dependência do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas. Com a sua entrada em funcionamento concretizava-se uma pretensão cujos antecedentes remontam ao período oitocentista¹⁰⁰.

Em 1993 procurar-se-ia recuperar a ideia da criação de um Jardim Botânico na zona da passagem, em Santo Antão, que seria o segundo do país¹⁰¹. A iniciativa seria da Liga dos Amigos do Paul, sediada nesse Concelho, tendo o programa elaborado ficado por concretizar devido a dificuldades de

⁹⁸ V. GOUVEIA e LOPES FILHO, 1998, *Museologia e Património ...*, p. 4. Em 1978 e 1979, seriam quatro as exposições temporárias em que o Centro estaria envolvido, tendo uma delas sido apresentada no estrangeiro. V. FIGUEIRA, 1982, p. 79.

⁹⁹ Antigo professor da Universidade de Luanda e director do Instituto de Investigação Científica de Angola, Luís Augusto Grandvaux Barbosa (1914-1983) era doutorado no domínio da Fitogeografia, tendo tido ocasião de colaborar com alguns dos principais jardins botânicos europeus e africanos, em especial no âmbito dos herbários. O seu trabalho de investigação decorreu não só em Cabo Verde, onde viria a falecer, mas também em Angola e Moçambique. V. BARBOSA, *Curriculum Vitae ...*, 1971, p. 1-10. A proposta de atribuição do seu nome ao Jardim Botânico cabo-verdiano foi da iniciativa do Eng^o Horácio Soares, responsável à data pela entidade de tutela do novo estabelecimento.

¹⁰⁰ Da relação toponímica da cidade da Praia, publicada em 1976, constava um “Jardim d’Acclimação”, designação que passava a ser atribuída ao “jardim existente no local do antigo mercado”. V. AMARAL, 2007, p. 333-334.

¹⁰¹ Essa ideia havia sido avançada por Grandvaux Barbosa nos finais dos anos cinquenta. V. VERA-CRUZ, José Henrique, 1996, p. 81 e 1958. ‘‘

obtenção de recursos¹⁰². A possibilidade de criação de mais jardins botânicos, em particular na ilha do Fogo, continuaria a prefigurar-se como uma via de conservação da flora endémica cabo-verdiana.

De atender ao facto de se estar perante um tipo de museus com um acervo em que avultam os espécimes vivos, instalados maioritariamente em espaço aberto, posto que o seu arranjo obedeça a um critério de programação discricionário¹⁰³. Circunstâncias como esta conferem aos primórdios do panorama museológico do país peculiaridades que merecem ser sublinhadas.

Uma medida contemporânea, a oficialização do Arquivo Histórico Nacional, proporcionava a ocasião para que se começasse a organizar, a partir de 1989, um Museu de Documentos Especiais, iniciativa cuja finalidade e modelo organizativo merecem destaque¹⁰⁴.

O objectivo visado era o de criar o enquadramento adequado a uma maior valorização de parte significativa do acervo a cargo desse estabelecimento. Em causa estavam testemunhos filatélicos, monetários e numismáticos, cartográficos e fotográficos, entendendo-se que essas componentes documentais revestiam características mais conformes com as potencialidades de um museu.

Posto que se tratasse de um serviço cuja acção se iria integrar no programa global do Arquivo, a intenção era a de lhe vir a conferir autonomia em termos organizativos e funcionais, passando mesmo a dispor de instalações separadas¹⁰⁵.

Torna-se perceptível que se estava perante um projecto a executar em conformidade com o modelo de organização e de funcionamento inerente ao conceito de museu, aspecto que se afigura de reter. Como consequência desenhar-se-ia um calendário de execução alargado, pelo que a presença pública da iniciativa só se viria a incrementar na década seguinte¹⁰⁶.

Pela mesma altura, surgiria no Mindelo o Museu das Telecomunicações, um organismo pertencente aos CTT que se perfilava como outra realização pioneira no contexto cabo-verdiano¹⁰⁷.

¹⁰² V. [Maria Teresa VERA-CRUZ, 1993] e BARBOSA, 1958.

¹⁰³ Está-se assim perante um museu cujo acervo integra espécimes *ex situ*, característica que poderá ser contornada casos os jardins botânicos se constituam mediante vedação de locais onde vivem as plantas a incorporar. Info. Isildo Gomes, Presidente do INIDA, Março de 2011. V. tb. HEYWOOD, 1987, p.12.

¹⁰⁴ Os trabalhos conducentes à implementação do Arquivo Histórico Nacional remontam a 1983, vindo a ser criado oficialmente pelo Decreto nº 123/88, de 31 de Dezembro. V. ALMEIDA, 1992, p. 179.

¹⁰⁵ V. ALMEIDA, 1992, p.180.

¹⁰⁶ O Arquivo Histórico Nacional poderia ter dado origem a mais um passo no domínio museológico, caso tivesse vingado a proposta de lhe adicionar uma galeria de arte moderna, proposta essa que chegaria a ser estudada no início da década de noventa. Info. de José Maria Almeida, então Director do Arquivo e de Leão Lopes que era à data Ministro da Cultura.

¹⁰⁷ V. RODRIGUES, 1994, p. 22.

O pioneirismo advinha aqui do facto de se estar perante um estabelecimento de empresa, revestindo simultaneamente uma feição especializada dada a sua incidência num domínio tecnológico considerado próximo da arqueologia industrial.

O estatuto de museu de empresa conduzia a uma ligação privilegiada com o universo laboral, a que a índole tecnológica permitia adicionar uma preocupação educativa orientada para a faixa infanto-juvenil¹⁰⁸.

De salientar ainda o propósito de lhe vir a conferir um figurino tendo como matriz o conceito de museu adoptado internacionalmente, pelo que era contemplada a estrutura funcional própria desse tipo de instituições¹⁰⁹.

Na transição para a segunda metade dos anos noventa ir-se-á deparar com um projecto museológico de grande impacto, localizado fora da capital. Tal seria a proposta de criação de um aquário no Mindelo, que se pretendia associar à recuperação da antiga Capitania dos Portos, construída entre 1918 e 1921, tendo como referência arquitectónica a Torre de Belém¹¹⁰.

O projecto foi apresentado publicamente no Mindelo, em Novembro de 1999, quando de uma campanha desencadeada para obtenção de fundos destinados á sua construção¹¹¹. Muito embora fosse tido como de pequena dimensão, tratar-se-ia de um Oceanário de nível internacional, gerando-se a expectativa de que viesse a constituir um instrumento de dinamização económica e de promoção do turismo cabo-verdiano. Aliava à apresentação de espécimes vivos a de uma colecção de rochas e minerais documentando a evolução geológica do arquipélago¹¹².

No plano local pretendia-se transformar a zona urbana vizinha num espaço de encontro para o que contribuía a atractividade da área envolvente, cujo tratamento seria particularmente cuidado. Acresciam as actividades comerciais previstas e a exibição de filmes e realização de palestras.

A valorização da chamada réplica da Torre de Belém seria merecedora de particular atenção por parte do Arquitecto responsável, ciente da importância

¹⁰⁸ V. *Museu dos CTT: Uma realidade ...*, 1994, p. 4. A efectivação das características agora sublinhadas, evidenciaria desde logo algumas debilidades, pelo que a orientação programática delineada viria a ser prosseguida de modo insuficiente, tal como passaria a ser constatável. V. GOUVEIA e LOPES FILHO, *Museologia e Património ...*, 1998, p. 4-5.

¹⁰⁹ V. *Museu dos CTT: Entrevista ...*, 1993, p. 33.

¹¹⁰ V. *Aquário do Mindelo ...*, Julho de 1999.

¹¹¹ Encontravam-se presentes Gualberto do Rosário, Vice-Primeiro Ministro e António Jorge Delgado, Ministro da Cultura, sendo este o principal impulsionador da iniciativa. V. *Oceanário do Mindelo ...*, 5 de Novembro de 1999.

¹¹² A presença de uma colecção com tais características e a dimensão do estabelecimento motivariam algumas indefinição terminológica falando-se a propósito deste empreendimento em museu, aquário e oceanário. V. *O aquário do Mindelo ...*, 1999 e *O oceanário do Mindelo ...*, 1999.

que revestia como elemento de ligação ao mar e de evocação de “um passado português”¹¹³

Julga-se de registar o propósito de conferir à iniciativa uma projecção internacional, dado que a sua concepção seria confiada a um especialista de grande nomeada, compreendendo construções complementares com uma forte presença arquitectónica. Essa envergadura e a natureza do acervo motivariam a designação de oceanário aplicada também ao empreendimento¹¹⁴.

De atender ainda a que a proposta então desencadeada traduzia um propósito de descentralização numa escala apreciável, podendo ser também entendida como um factor de equilíbrio da projecção cultural a que aspiram as duas principais cidades do país.

Os estudos preliminares efectuados tornariam perceptível a real dimensão do investimento, suscitando por isso dificuldades que se revelariam impossíveis de ultrapassar.

O panorama museológico cabo-verdiano viria a enriquecer-se, no decurso da segunda metade dos anos noventa, mediante a criação na Praia de um estabelecimento de índole disciplinar. Refere-se aqui o Museu Etnográfico, aberto ao público em 1997, instalado num edifício histórico reconvertido com esse propósito, existente na zona nobre da capital.

Estar-se-ia perante uma realização com antecedentes remontando aos começos da década, devendo ser entendida como uma forma de solucionar o impasse com que se deparava quanto à organização de um museu nacional.

A denominação de Núcleo de Museu Etnográfico, atribuída de início, remete precisamente para o contexto pós-independência, em que essa via disciplinar se tinha prefigurado como um passo para a organização de um museu nacional. Julgar-se-ia também uma denominação mais conforme com uma fase de transição, como aquela que se atravessava na altura, e com algumas insuficiências funcionais ainda por solucionar. De acrescentar que o fulcro do acervo mobilizado provinha de um “levantamento a nível nacional”, levado a cabo com o propósito de criação de um museu de carácter central a que foi feita referência¹¹⁵.

Essa iniciativa assinalava também o protagonismo adquirido no domínio museológico pelo Ministério da Cultura então instituído, visto perfilar-se como um instrumento de decisão impulsionador de uma vasta

¹¹³ V. *Oceanário do Mindelo ...*, 5 de Novembro de 1999.

¹¹⁴ Esse arquitecto seria Peter Chermayeff, que havia projectado recentemente o Oceanário de Lisboa, sendo de acrescentar a concepção de estabelecimentos idênticos na Itália, Japão e Estados Unidos.

¹¹⁵ V. RODRIGUES, 1991, p. 62 e 1994, p. 23-24 e ALVES, *Património e Museologia ...*, 2009, p. 10-11 e *Ministério da Cultura reabre ...*2007.

gama de projectos que a insuficiência de recursos acabaria no entanto por comprometer¹¹⁶.

A criação de centros culturais integrar-se-ia nesta dinâmica, parecendo oportuno fazer-lhe menção dado o papel desempenhado pela componente positiva na esfera de actuação dessas entidades¹¹⁷.

Depreende-se assim que teria lugar, no decurso dos anos noventa, um esforço de promoção do panorama museológico cabo-verdiano, ainda que só parcialmente efectivado, não podendo deixar de se associar essa movimentação à autonomia conferida à área da cultura no plano governativo. Esse avanço registaria depois uma inversão, pois o “princípio de uma estrutura mínima subjacente” constante dos diplomas, fixando a orgânica do Governo, daria de novo origem a Ministérios em que o domínio da cultura seria partilhado com outros sectores considerados afins¹¹⁸.

Com a transição para o século actual, assistir-se-ia em Cabo Verde à emergência de um novo vector de evolução que parece confirmar a importância e significado da presença do património biológico na realidade museal do arquipélago.

As preocupações de ordem ambiental e desenvolvimentista dariam origem a um movimento em prol da criação de parques naturais, estabelecimentos que adquiriram uma presença notória no país, prosseguindo depois a sua expansão. Como elemento motor encontra-se a legislação publicada em 2003, estabelecendo as bases do programa de salvaguarda do património ambiental que se pretendia implementar¹¹⁹.

De notar que a concepção de parque natural se encontrava em consonância com a paisagem humanizada resultante de um povoamento multissecular. Correspondia também às expectativas de desenvolvimento que eram preconizadas para as áreas abrangidas.

Decorreria daí um número crescente de parques naturais e a sua disseminação pela maioria das ilhas, realizações que mostram a preocupação de vir a pôr em prática uma política para o sector em todo o território nacional¹²⁰.

¹¹⁶ A criação de um Ministério autónomo para a Cultura vinha acabar com a partilha de competências, envolvendo domínios como os da Educação, Informação, Desportos ou mesmo a Comunicação, que se verificava em orgânicas governativas anteriores. V. Decreto-Lei nº 53/99, de 23 de Agosto.

¹¹⁷ De citar como realizações de maior impacto o Centro Cultural do Mindelo e o Palácio da Cultura Ildo Lobo, na Praia. V. LOPES FILHO, 1985, p. 87-96.

¹¹⁸ V. Decreto-Lei nº 2/2003, de 24 de Fevereiro.

¹¹⁹ O regime de protecção criado compreendia categorias como as de “reservas naturais integrais, reservas naturais especiais, parques nacionais, parques naturais, monumentos naturais, paisagens protegidas e sítios de interesse científico”. V. [GOMES], *Política ambiental em Cabo Verde ...*, s/d., p. 7 e Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro.

¹²⁰ Existem já em Cabo Verde ou encontram-se em vias de organização, os Parques naturais do Fogo,

Seria também já no presente século que iriam surgir museus de índole regional e temática, como o de Tabanca, em Assomada, devendo assinalar-se a organização do Museu Municipal de S. Filipe como primeiro marco da iniciativa autárquica no contexto museológico cabo-verdiano.

Numa linha de descentralização comparável será de assinalar a criação nessa cidade da Casa da Memória, um museu da iniciativa privada, instalado mediante aproveitamento de um antigo sobrado, posteriormente adaptado a casa comercial. A colecção reunida documenta sobretudo a vida social familiar da ilha, encontrando-se exposta em três salas com arranjos próximos dos chamados “conjuntos de época”¹²¹. Compreende ainda um pátio interior destinado a actividades culturais, nomeadamente a projecções de filmes. Em 2015 seria lançada em edição bilingue - português e inglês - um “catálogo-livro”¹²².

A orientação disciplinar, que presidira nos anos noventa à criação de um Museu Etnográfico, viria a projectar-se no domínio arqueológico através da organização de um Núcleo Museológico da Praia, passando este, em finais de 2008, a Museu da especialidade¹²³. A transformação operada, beneficiaria do concurso financeiro e apoio técnico da Embaixada dos Estados Unidos, tendo incidido nas várias componentes funcionais do estabelecimento¹²⁴.

O espólio arqueológico seria também dominante no Núcleo Museológico da Cidade Velha, organizado por essa mesma altura.

A atribuição do estatuto de museu ao Núcleo arqueológico, situado na capital, patenteia claramente um objectivo que era o de promover uma ampliação do leque de estabelecimentos existente no país, intenção que se confirmaria com o aproveitamento do edifício do antigo Centro Nacional de Artesanato, do Mindelo, para instalação de um Museu de Arte Tradicional. Concretizar-se-ia dessa forma a eventualidade prenunciada, quando da sua criação nos anos setenta¹²⁵.

Santiago, S. Nicolau e S. Vicente, acrescentando a Reserva natural de Santa Luzia. Em 2009 seria anunciada a criação de novos parques em Santo Antão, Sal e Boavista. V. ROSÁRIO, *Governo de Cabo Verde ...*, 14-07-2010.

¹²¹ Dir-se-á “period rooms” em inglês e “ensembles d’époque” em francês.

¹²² V. TEÓFILO, *Casa da Memória*, 24-05-2010 e “*Casa da Memória*”, *Catálogo-Livro*, 2015.

¹²³ A inauguração teria lugar a 24 de Outubro. V. *Inauguração do Museu de Arqueologia*, 24 de Outubro de 2008. Tal como foi dito, o Núcleo existente tinha resultado do Centro de Restauro e Museologia, sendo de referir que o Museu Etnográfico tinha passado a apresentar entretanto colecções de arqueologia. V. ALVES, 2009, *Património e Museologia ...*, p.13 inum.

¹²⁴ V. NORMAN, 2007 e *Inauguração do Museu de Arqueologia*, 24 de Outubro de 2008.

¹²⁵ V. FIGUEIRA, 1982, p. 78. Em 2010 a designação Museu de Arte Tradicional seria mudada para Casa do Senador Vera-Cruz, sem que tal conduzisse à adopção do modelo próprio de uma casa histórica. V. *Museu de Arte Tradicional em São Vicente rebaptizado ...*, 24Out2010. Essa instalação seria posteriormente afectada a um Centro Nacional de Artesanato e Design, encontrando-se actualmente em curso novas

De atentar todavia em que uma tal ampliação não seria sustentada por investimentos significativos nos museus do país, sendo patentes as dificuldades que viriam a afectar a generalidade dos projectos desencadeados.

A expansão do panorama da especialidade que se pretendia operar mediante a instalação de museus nas várias ilhas, continuaria portanto a enfrentar sérias dificuldades na sua viabilização. Projectos como o do Museu do Porto Grande, no Mindelo, da Aviação, no Sal, das Romarias e do Grogue, em Santo Antão, de Arte Sacra, em São Nicolau ou da Emigração, na Brava, continuariam a ser anunciados posto que apenas como expectativas a concretizar em prazos indeterminados¹²⁶..

Radicava nesta constatação a necessidade de se proceder a uma requalificação dos museus entretanto criados, em que aspectos como o da sectorização funcional permaneciam embrionários.

Uma intervenção nesse sentido, posto que insuficiente, teria início no Museu Etnográfico da Praia, prosseguindo depois no Museu de Tabanca, de Assomada, cuja reinstalação produziria resultados ainda por avaliar de modo fundamentado¹²⁷. Estava-se aqui no entanto face a uma medida onerosa visto ter implicado a recuperação de um sobrado existente em Chá de Tanque, passando desse modo o Museu de Tabanca a dispor de um edifício próprio, com boa traça e dotado de espaços promissores. Decorrido um curto período de funcionamento, constatar-se-ia no entanto que a frequência de público se situava aquém das possíveis expectativas.

As instalações desocupadas, na zona central de Assomada, começariam por dar origem a um Centro Cultural, transformado depois em Museu Norberto Tavares, uma figura de relevo no panorama musical do país. O acervo seria constituído principalmente pela colecção oferecida pela família do homenageado.

A segunda valência desse estabelecimento, designada por “museu da cidade”, era destinada ao “património histórico, cultural e natural de Santa Catarina”, adicionando-se assim ao projecto um objectivo ambicioso, mas cuja concretização suscitará por certo algumas interrogações¹²⁸

alterações da situação local. Afigura-se assim prematuro um comentário à realidade mindelense numa perspectiva museológica.

¹²⁶ V. *País vai ter um Museu nacional ...*, 4Feb2004 e Info. Martinho Robalo de Brito, Nov2010. De referir a propósito a questão das casas-museu, já ventilada anteriormente.

¹²⁷ O Museu Etnográfico reabriria ao público em Julho de 2007, após a realização de trabalhos de beneficiação que se prolongariam por dois anos. A sua organização e funcionamento continuariam no entanto a ser fortemente condicionados pelas deficiências de instalação que persistem. O Museu de Tabanca seria depois transferido para a antiga Casa do Morgado, em Chá de Tanque. V. *Ministério da Cultura reabre ...*, 2007, ALVES, *Património e Museologia ...*, 2009, p. 5 inum, *Museu de Tabanka é opção de ...*, 2009 e tb. Info. de Martinho Robalo de Brito.

¹²⁸ V. *Centro Norberto Tavares abre ... e Relatório de Gestão ...*, 2015, p. 59..

Os tópicos comentados permitem concluir que o panorama museológico cabo-verdiano tem vindo a evidenciar oscilações sensíveis ao longo da sua evolução, quer no tocante ao leque de projectos enunciado quer às suas prioridades de execução¹²⁹. Continua portanto por equacionar e definir uma orientação capaz de presidir à orientação da realidade patrimonial do país.

Torna-se patente uma excessiva dependência de apoios externos, tanto no que se refere à implementação de novas iniciativas como à melhoria dos estabelecimentos existentes, o que reduziria de modo acentuado a amplitude das decisões a tomar. Essa situação poderá ter contribuído igualmente para explicar as indefinições detectáveis na análise em curso¹³⁰.

É também manifesto o arrastamento que se evidencia na concretização dos projectos de índole regional cuja prossecução se chegaria a prolongar por décadas¹³¹. Acrescem as dificuldades de articulação e colaboração entre a administração central e autárquica claramente perceptíveis na museologia regional.

Enfrenta-se assim a necessidade de se vir a proceder a um trabalho de levantamento, avaliação, estudo e diagnóstico de cuja urgência não parece haver consciência nos meios responsáveis.

Num depoimento não muito longínquo, o então Presidente do Instituto de Investigação e Património Cultural continuava no entanto a afirmar que “a criação de museus em todas as ilhas, e em quase todas as localidades”, constituía um imperativo da política museológica a implementar¹³². O contraste desta posição com a realidade vigente era todavia flagrante, afigurando-se que a regionalização da política cabo-verdiana da especialidade só virá a progredir com o empenho efectivo do poder autárquico.

Acontece que, até hoje, a iniciativa autárquica só se manifestou em pleno no caso do Museu Municipal de S. Filipe, posto que tenham sido já desencadeados projectos análogos noutros concelhos¹³³.

As competências atribuídas ao Instituto tutelar dos museus parecem traduzir no entanto uma orientação de pendor centralista por parte do Ministério da Cultura, visto ser cometido a esse organismo um papel

¹²⁹ Dos anúncios veiculados através da imprensa, a partir da década de noventa, consta cerca de uma vintena de novos museus, de que apenas uma diminuta percentagem transitaria para uma fase de concretização.

¹³⁰ V. CARVALHO, 2005. De citar como caso exemplificativo dessa situação o do Museu Municipal de São Filipe, cuja organização se ficaria a dever ao apoio da Câmara Municipal de Palmela. V. *Museu Municipal de S. Filipe: ...*, 13 de Janeiro de 2009. Uma análise pormenorizada desse processo permitirá por certo uma apreciação fundamentada das vantagens e inconvenientes de um modelo de cooperação como aquele que foi posto em prática. V. GOUVEIA e ANTUNES, *Museologia e Património ...*, 2009.

¹³¹ Um exemplo flagrante desta situação reside no caso do Museu das Romarias, localizado em Santo Antão.

¹³² V. CARVALHO, 2005, p. 366.

¹³³ De citar a propósito o projecto de Museu de Cidade promovido pelo Município da Praia. V. GOUVEIA, *Um Museu de Cidade ...*, 2012.

determinante na condução dos projectos relativos à museologia local. Em causa encontra-se sobretudo a criação de uma Rede Nacional de Museus, incumbindo à administração central o papel de promoção, acompanhamento e a execução dos programas de organização dos museus locais¹³⁴.

Essa proposta seria mantida com a transformação do Instituto de Investigação e Património Cultural em Instituto do Património Cultural, ocorrida em 2013, passando a medida a ser designada por “rede de Museus e Centros Históricos classificados”¹³⁵.

A mudança de Governo operada em 2016 seria precedida pela publicação de um diploma legislativo aprovando o “regime jurídico das instituições e actividades museológicas” e estabelecendo o “estatuto dos museus”¹³⁶.

A edição, pela mesma altura de um Relatório de Gestão, referente ao período de 2011 a 2016, inclui um apanhado do que designa por Museus e Espaços Museológicos, em que se procura enunciar a acção conduzida pelo Ministério da Cultura nesse domínio, acrescentando uma referência à Rede Nacional de Museus e objectivos visados.

Uma vez que se estava prestes a encerrar um ciclo governativo parecia oportuno que um texto com as características daquele que foi dado a conhecer tivesse inserido uma reflexão genérica mais aprofundada acerca da política prosseguida no sector abordado.

Cidade Velha - Cenário de Indefinição

A evocação do panorama patrimonial e museológico de Cabo Verde exige naturalmente uma referência à cidade histórica da Ribeira Grande, que foi a primeira capital do arquipélago. Dir-se-á a tal respeito que se está em presença de um aglomerado urbano de apreciável dimensão, posto que fortemente degradado, mas que foi palco de acontecimentos e testemunho de vivências multisseculares.

A opção para esta rubrica por um subtítulo como o de “cenário de indefinição” requer um comentário preliminar uma vez que se formula desse modo uma apreciação acerca da situação actual do sítio e de algumas questões inerentes. Importará precisar que se encontram em aberto problemas fulcrais uma vez que se trata de um lugar de memória que não beneficia ainda de um “plano de intervenção global sustentado por um aparelho conceptual coerente” e fundamentado¹³⁷.

¹³⁴ V. *Um museu para ...*, [2012].

¹³⁵ V. Decreto-Lei nº 14/2013, de 1 de Abril, Artº 19º, Instituto do Património Cultural.

¹³⁶ V. Decreto-lei nº 30/2016, de 16 de Abril.

¹³⁷ V. GOUVEIA, 2015, p. 71.

A falta de continuidade da acção desenvolvida que só passaria a adquirir maior consistência na década de sessenta do século findo deverá ser entendida como um factor explicativo do panorama com que se depara.

A insuficiência dos valores patrimoniais relativos a um período de esplendor, ainda que com horizontes cronológicos limitados, perfila-se como um obstáculo adicional, derivando daí o que já foi designado como um processo de “rendibilização” dos testemunhos disponíveis “capaz de compensar a escassez focada”¹³⁸.

Deste esboço de caracterização do sítio emerge claramente a necessidade de vir a integrar no projecto interpretativo a delinear não só a evocação de testemunhos já desaparecidos mas também de acontecimentos determinantes do passado histórico da antiga capital de que não persiste memória consistente.

O papel desempenhado pela Ribeira Grande na aclimação e disseminação do património botânico dado a conhecer quando dos descobrimentos portugueses prefigura-se como um outro factor de complexificação do processo desencadeado dado o alargamento tipológico do acervo a processar e do aparato cénico inerente.

À necessidade de conjugação entre o processamento do património, tanto móvel como imóvel e as soluções cénicas conducentes à materialização de cenários ou de acontecimentos, haverá ainda que adicionar o património imaterial decorrente do carácter identitário do sítio, já evocado como berço da nacionalidade cabo-verdiana.

Não se tornará portanto difícil de perceber que a complexidade do seu processo de reconversão museológica possa justificar o qualificativo de “cenário de indefinição” a que se viria a recorrer. Será por conseguinte nesse enquadramento que se procurará apreciar a intervenção patrimonial que permite completar o quadro de antecedentes agora traçado e transitar para o estudo a atingir.

Tendo em atenção estes pressupostos não surpreende que os trabalhos de conservação com que se depara na Cidade Velha denotem falta de articulação exigindo um programa de diagnóstico e apreciação elaborado em função de um critério global¹³⁹.

Este quadro introdutório permitia constatar que a conservação da urbe viesse a suscitar preocupações ainda no tempo da soberania portuguesa, tendo estado na origem de acções pioneiras em Cabo Verde no domínio da recuperação patrimonial. A tomada de consciência do valor e significado da Cidade Velha deverá ser tida como um aspecto a considerar ao proceder-se

¹³⁸ V. GOUVEIA, 2015, p. 67.

¹³⁹ V. GOUVEIA, 2015, p. 63-85.

ao estudo da evolução operada no território na sequência da transição para o século findo.

Os antecedentes da degradação da Ribeira Grande de Santiago remontam às destruições causadas pelos saques ingleses e franceses de finais do século XVI e princípios de setecentos, tendo acompanhado a perda de importância que prosseguiria ao longo do período oitocentista. Daí o reaproveitamento de materiais de construção não só em proveito das obras locais mas também das que tinham lugar na capital, o que tem sido denunciado como um factor de degradação dominante¹⁴⁰.

De insistir em que a tomada de consciência no tocante ao valor patrimonial daquela que passaria a ser conhecida por “cidade velha” começar-se-ia a afirmar na transição para o século passado posto que tivesse constituído um processo lento e de carácter esporádico.

A esse respeito será de apontar a legislação promulgada em 1922, visto traduzir uma tomada de posição oficial. Foram aprovadas então medidas de protecção dos monumentos ainda subsistentes complementando-as com a proposta de se vir a criar na antiga capital um Museu Arqueológico Numismático, a que eram dispensados apoios tanto em meios humanos como de índole financeira¹⁴¹. A natureza do estabelecimento prevista na sua denominação era bastante explícita quanto às finalidades visadas, sendo a sua área de intervenção extensiva à totalidade do arquipélago.

O imperativo de valorização da Cidade Velha como lugar de memória seria objecto de novas achegas no decurso da primeira metade do século passado, podendo ser tidas como um contributo significativo para o arranque do movimento em prol da salvaguarda do património cabo-verdiano¹⁴².

Nesta perspectiva julgam-se de evocar alguns episódios que teriam lugar a partir de finais dos anos vinte tendo-se prolongado até aos começos da década imediata. Como pano de fundo encontram-se as celebrações do “quarto centenário da criação da Diocese de Cabo Verde e Guiné, a primeira estabelecida em terras africanas e que tinha a sua sede na Cidade Velha”¹⁴³.

Poder-se-á dizer que as movimentações então havidas compreenderiam trabalho de campo, mediante excursões ou “passeios de estudo” à Cidade Velha,

¹⁴⁰ A tal respeito, num pequeno texto relativo aos “Monumentos sacros” o Autor referir-se-ia à transformação dos “templos da Ribeira Grande” em “pedreira pública”. V. BRÁSIO, 1960, p. 28. O argumento voltaria a ser focado num relatório mais recente acerca da salvaguarda do sítio. V. WIECZOREK, UNESCO, s/d.

¹⁴¹ V. Portaria nº 40, de 22 de Janeiro de 1922.

¹⁴² V. *Cidade Velha: Ribeira ...* 2015, p. 9.

¹⁴³ V. *Cidade Velha: Ribeira ...* 2015, p. 9.

levantamentos fotográficos e desenhados em 1933, concernentes à edição de um fascículo que pretendia constituir um alerta em favor da conservação da antiga capital¹⁴⁴.

De salientar ainda a emergência de um movimento associativo de defesa do património, uma realização pioneira no contexto local¹⁴⁵

De reter que se estava perante uma iniciativa a que se pretendia conferir acentuado impacto, sendo manifesta nalguns dos escritos dados a conhecer uma afirmação identitária que será por certo de sublinhar.

Como complemento parece de evocar uma “caravana que irá de abalada à cidade da Ribeira Grande, em Novembro de 1933, a fim de festejar o 400º aniversário da fundação do primeiro padrão da efectivação da colonização portuguesa”¹⁴⁶.

Esse “passeio de estudo” teria como intuito um melhor conhecimento daqueles testemunhos históricos que se encontravam em ruínas e estavam a ser “vandalizados com a retirada de pedras trabalhadas para serem utilizadas na construção de residências dos novos habitantes daquele espaço”¹⁴⁷.

Parece importante assinalar que a caravana “integrava também o fotógrafo José Freire que fez um exaustivo levantamento daquelas relíquias do nosso passado”, acrescentando desenhos da autoria de Jaime Figueiredo. O grupo constataria ainda “o sacrilégio daquele abandono”, “já na altura com ”pedras tumulares a servirem de degraus, uma situação que iria persistir até aos dias de hoje”¹⁴⁸.

Em “deslocação posterior àquela urbe, João Lopes, um dos participantes, teve o cuidado de registar algumas “anotações nos originais” identificando as fotografias obtidas¹⁴⁹.

Os resultados das excursões efectuadas na altura viriam a estimular, em 1929, a criação de “Os Amigos da Cidade Velha” que com a colaboração de Monsenhor Oliveira Bouças, proporcionaria a publicação, em 1933, do folheto intitulado “Apelo em Pró das Ruínas da antiga Cidade da Ribeira Grande em Santiago”¹⁵⁰

¹⁴⁴ Refere-se aqui o texto de Monsenhor António José Pereira Bouças, editado em 1933.

¹⁴⁵ Pretende-se assinalar a criação, em 1929, do Grupo de Amigos da Cidade Velha, realização que será por certo de aprofundar.

¹⁴⁶ V. LOPES, *Manifesto: Cidade Velha ...*, 2015, p. 16.

¹⁴⁷ V. *Cidade Velha: Ribeira ...* 2015, p. 37.

¹⁴⁸ V. *Fotografias antigas da Cidade Velha: Cidade Velha ...*, 2015, p. 37 e segs.

¹⁴⁹ V. *Fotografias antigas da Cidade Velha: Cidade Velha ...*, 2015, p.37.

¹⁵⁰ V. Minerva de Cabo Verde, Praia, 1933, 1ª ed.

Deste contexto constam referências não só á legislação de 1922, mas também à proposta de criação de um Museu, já mencionadas, sendo este um projecto que o Autor do fascículo julgaria ainda passível de concretização¹⁵¹.

De justificar-se assim a posição de que a consciência patrimonial emergiria em Cabo Verde, centrada na Cidade Velha, no decurso da primeira metade do século findo, manifestando-se contudo de modo descontínuo, sem consequências no plano aplicado e incapaz de contrariar o ciclo de destruição com antecedentes remotos e cuja expressão se agravava em oitocentos e mesmo em novecentos.

Com a transição para a segunda metade do século assistir-se-ia a uma transformação substancial, tendo como protagonista o Arquitecto Luís Benavente, o que tendo em atenção o quadro antecedente poderá ser tido como o culminar de um processo que se julga contudo como susceptível de proporcionar uma visão mais consistente da evolução operada em Cabo Verde na primeira metade de novecentos.

A continuidade das missões empreendidas por este Arquitecto no decurso de mais de uma década, prefigura-se como o principal aspecto a sublinhar na actuação por si desenvolvida pois as missões empreendidas a Santiago teriam lugar até princípios dos anos setenta¹⁵².

Os trabalhos realizados por Benavente na Cidade Velha começariam pela reconstrução do Pelourinho, vindo a compreender em seguida esforços visando a recuperação das principais igrejas. Passaria a ocupar-se depois da Fortaleza Real de S. Filipe, sendo esta objecto de intervenções assinaláveis¹⁵³.

Os bens imóveis seriam também objecto da devida atenção no âmbito desse programa de salvaguarda, tendo sido manifestada a intenção de que viessem a constituir a base de uma iniciativa de feição museológica. Chegariam mesmo a ser promovidas medidas de conservação e restauro envolvendo a colaboração de organismos especializados portugueses que poderão ser objecto de melhor esclarecimento. Chegaria a noticiar-se o seu restauro, seguindo-se o “regresso aos locais de origem ou a sua colocação num futuro museu a criar na cidade da Praia”¹⁵⁴.

A produção documental constitui outra das facetas das missões realizadas que se afigura merecedora de referência, daí resultando contributos tanto de índole descritiva como de carácter normativo e programático que se julgam de destacar¹⁵⁵.

¹⁵¹ V. *Cidade Velha: Ribeira ...* 2015, p. 19.

¹⁵² V. *Luís Benavente: ...*, 1997, p. 33-34.

¹⁵³ V. *Luís Benavente: ...*, 1997, p. 33.

¹⁵⁴ A Fundação Gulbenkian seria a entidade encarregada de proceder a esses restauros, tendo assumido presumivelmente os custos inerentes. V. *Luís Benavente: ...*, 1997, p. 79.

¹⁵⁵ V. *Luís Benavente: ...*, 1997, p. 61-62.

Numa perspectiva teorizante parece de reter a formulação da ideia de que “a antiga e arruinada capital de Santiago” constituía “um conjunto urbano a preservar no todo”, ideia essa que se encontrava muito próxima da concepção de sítio que continua a orientar hoje em dia o desenvolvimento do projecto¹⁵⁶.

Ficar-se-ia a também a dever a Luís Benavente a projecção conferida às fortificações históricas ultramarinas no plano internacional, dimensão essa que seria para si um factor determinante da actuação futura¹⁵⁷.

Já foi feita menção a que a introdução de uma vertente museológica na Cidade Velha voltaria a ser proposta pelo arquitecto Paulo de Azevedo, já no período pós-independência, mediante aproveitamento do património arquitectónico existente. Essa proposta traduzia-se na criação de “um museu de sítio na igreja do Convento de S. Francisco, onde seria reunida toda a memória da Ribeira Grande, incluindo as imagens e os fragmentos de retábulos” ainda subsistentes¹⁵⁸.

Esta observação não permite contudo perceber se o acervo do futuro estabelecimento compreendia o processamento *in situ* de valores arquitectónicos, suscitando por isso interrogações acerca da natureza e das características do acervo a incorporar.

Caso essa circunstância não se verificasse, a iniciativa deveria ser qualificada preferencialmente não como um museu de sítio mas como um museu de cidade, o que não invalida que se estivesse igualmente perante uma proposta inovadora no contexto museológico local¹⁵⁹.

As intervenções patrimoniais na Cidade Velha seriam retomadas na sequência de um *Protocolo de Cooperação*, assinado com Portugal em 1988, visando a recuperação desse sítio urbano¹⁶⁰.

Uma das medidas a efectivar, a curto prazo, seria o estudo da “consolidação da Sé” e do seu programa de reconversão¹⁶¹.

¹⁵⁶ A proposta apresentada por Luís Benavente seria a de que a “Antiga Cidade da Ribeira Grande” fosse classificada “como conjunto em Monumento Nacional”, o que permite depreender que o vocábulo sítio não fazia parte da terminologia então utilizada. V. *Luís Benavente: ...*, 1997, p. 34.

¹⁵⁷ Comunicação apresentada numa reunião do Congresso do “Institut International des Chateaux Historiques”, que teve lugar em Maio de 1963 na cidade de Turim. V. *Luís Benavente: ...*, 1997, p. 61.

¹⁵⁸ Segundo o Autor esses bens encontravam-se guardados no Seminário da Praia, passando a integrar o futuro museu, “depois de serem convenientemente restaurados”. V. AZEVEDO, 1981 [2007], p. 37.

¹⁵⁹ O conceito de museu de cidade poderá ser apreendido mediante consulta de alguma bibliografia especializada, que se encontra acessível em língua portuguesa. V. GOUVEIA, 2002, p. 9-12, e INÁCIO, 2002. Relativamente ao contexto cabo-verdiano V. GOUVEIA, 2015, p. 241-263.

¹⁶⁰ V. *Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Recuperação da Cidade Velha de Cabo Verde*, Mindelo, 13 de Junho de 1988.

¹⁶¹ V. *Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Recuperação da Cidade Velha de Cabo Verde*, 1988, Art. 1º, nº 2 e 3.

Constaria também desse acordo o “inventário sistemático de todos os bens com interesse cultural”, bem como a “afecção de um edifício da Cidade Velha para depósito e eventual exposição de materiais” daí provenientes¹⁶².

Uma campanha de escavações arqueológicas desencadeada em finais da década de oitenta, vindo depois a prolongar-se por cerca de quatro anos, marcaria o início dos trabalhos de campo¹⁶³.

A Cidade Velha constituiria assim o local pioneiro da realização em Cabo Verde de pesquisas arqueológicas, resultando daí uma colecção consistente de acentuada dimensão¹⁶⁴. O acervo reunido conduziria à ideia de se vir a organizar um Museu histórico, ocupando parte das ruínas da Catedral que estava na altura a ser objecto de restauro.

Como complemento desse projecto seria avançada a ideia de ampliar a intervenção museológica ao conhecimento do quotidiano da antiga vivência urbana mediante recuperação de duas habitações consideradas tradicionais, situadas numa das ruas centrais da antiga urbe. Dava-se origem dessa forma a um projecto museológico local, concebido em moldes inovadores, conducente à reconversão de testemunhos susceptíveis de ampliar a compreensão pública desse sítio histórico¹⁶⁵.

Nessas condições não surpreenderá que a Cidade Velha fosse tida como uma das prioridades no âmbito das medidas a empreender no país no plano museológico, posto que se deparasse de início com condicionantes de ordem prática inerentes à situação de carência que o país vivia¹⁶⁶.

No projecto de reconversão das ruínas da Sé, delineado na mesma altura, encontrava-se previsto o aproveitamento das naves laterais para “expor as cantarias e esculturas” que restavam. No Altar Mór seria “constituído um núcleo histórico da Cidade Velha”, aproveitando-se o espaço da nave central e do transepto para a realização de actividades culturais. Esse núcleo passaria a ser qualificado, no desenvolvimento do processo, como “um pequeno Museu histórico da Cidade Velha”¹⁶⁷

¹⁶² Acrescia a constituição de uma equipa técnica local, sendo essas medidas da competência da “Parte caboverdiana”. V. *Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Recuperação da Cidade Velha de Cabo Verde*, 1988, Art. 2º, nº 3.

¹⁶³ V. *Ribeira Grande: A Cidade ...*, 1989.

¹⁶⁴ V. RODRIGUES, 1997, p. 99-100.

¹⁶⁵ V. RODRIGUES, 1997, p. 102. Julga-se que seria aqui de ponderar se se estava perante construções verdadeiramente representativas da arquitectura da antiga cidade.

¹⁶⁶ V. RODRIGUES, 1997, p. 98.

¹⁶⁷ Referem-se aqui um *Estudo Prévio* e o *Projecto de Reabilitação* subsequente, elaborados pelo arquitecto João Bento de Almeida em Setembro e Outubro de 1989. V. ALMEIDA, *Sé Velha: Cabo Verde: ...*, 1989 e tb. RODRIGUES, 1997, p. 102.

O processo em curso seria reforçado no final de 1990, data em que o sítio histórico seria declarado “património nacional de Cabo Verde”. Passar-se-ia a dispor desse modo de um instrumento legal, que permitia “um melhor enquadramento de acções visando a salvaguarda dessas ruínas e do conjunto histórico aí existentes”¹⁶⁸.

As primeiras medidas de interpretação do sítio ficariam a dever-se ao Instituto Nacional de Cultura, dada a organização de uma sala de exposição permanente e a colocação de painéis de identificação exteriores junto de alguns elementos arquitectónicos subsistentes. Na exposição efectuada recorrer-se-ia à apresentação de cartas geográficas e de objectos diversos recuperados localmente, testemunhos que permitiriam transmitir aos visitantes uma visão histórica da cidade¹⁶⁹.

Uma intervenção nesta linha parecia aproximar-se daquela que seria própria de um sítio, pois seria advogada a sua valorização global como lugar de memória, radicando aí o carácter inovador que deverá ser atribuído ao projecto museológico prosseguido.

Radicaria também neste entendimento a posição, explicitada na altura, de que o conceito de museu de sítio passaria a fundamentar o programa de reconversão museológica a prosseguir. A complexidade do objecto de intervenção seria contudo reconhecida desde logo, dada a sua dimensão, o efectivo da população residente e o ritmo de crescimento constatado¹⁷⁰.

Como parâmetros dessa concepção orientadora, deveriam ser promovidos os da salvaguarda dos valores patrimoniais, da melhoria das condições de vida dos habitantes e o incremento turístico tanto a nível local como nacional. Igualmente indispensável como medida de protecção, seria a adopção de providências visando o controlo do território, dada a forte pressão urbana que se fazia sentir.

Com o advento da 2ª República, a Cidade Velha seria proclamada “berço da nacionalidade”, passando a constituir uma preocupação prioritária da política de salvaguarda do património do país¹⁷¹. O propósito de classificação desse testemunho no contexto internacional persistiria ao longo da década de noventa.

Esse fito faria com que fossem intensificadas as diligências visando a sua inscrição na lista do património mundial, procurando-se dotar com recursos

¹⁶⁸ V. Decreto nº 121/90, de 8 de Dezembro.

¹⁶⁹ Estas informações constam do relatório de um consultor da UNESCO, focando a situação da Cidade Velha, em que não deixariam de ser sublinhadas graves insuficiências no relacionamento com os visitantes, tais como a inexistência de serviços de recepção e de acolhimento ou de instalações para o seu alojamento. As actividades comerciais consistiam numa loja, situada na Praça, e num bar-restaurant com condições de funcionamento inadequadas. V. SIMON, 1992, p. 48.

¹⁷⁰ V. RODRIGUES, 1997, p. 98.

¹⁷¹ V. CARVALHO, 2005, p. 365.

mais adequados o projecto de valorização do sítio. De mencionar ainda a aprovação de medidas tendentes a evitar a degradação dos monumentos, que lhe conferiam interesse e significado¹⁷².

A formalização de uma candidatura teria lugar pela primeira vez logo em 1990, tendo sido considerada insuficiente a sua fundamentação. Tornar-se-ia então patente que a classificação do sítio como património nacional se perfilava como uma condição necessária, pelo que uma vez concretizado esse passo a candidatura seria reformulada ainda que de novo sem sucesso.

Uma presença humana activa perfilar-se-ia de forma continuada como um factor susceptível de conferir ao processo de gestão do sítio uma complexidade acentuada¹⁷³. A recuperação do desenvolvimento urbano perdido, prefigurava-se igualmente como indispensável associando a população local a esse processo. A cidade carecia de vida própria, fundamentada nas suas potencialidades, para o que se tornava conveniente impulsionar o nível de vida da população residente.

Mas a expansão urbana deveria ser enquadrada de modo a que fossem evitados os desvios de pedra trabalhada, nomeadamente em benefício da Praia, praticados com frequência em tempos idos, contrariando-se igualmente os surtos de construção com consequências negativas quanto à via de progresso considerada desejável¹⁷⁴.

As circunstâncias apontadas tornam patente a importância que reveste uma apreciação de índole conceptual da situação do sítio histórico, o que permitirá constatar que a concepção museológica de base, a que foi feita menção, não viria a ser objecto da reflexão aprofundada que se impunha.

A fim de se obter uma visão mais detalhada acerca dos contornos deste problema e da sua cronologia parece conveniente que se retomem alguns dos textos de referência, apontados anteriormente como manifestações precursoras da literatura museológica cabo-verdiana.

Conforme foi dito, os escritos preliminares foram produzidos entre 1989 e 1993, sendo portanto contemporâneos de uma primeira fase de intervenção no sítio centrada nas ruínas da antiga Sé ou seja o monumento urbano com maior presença e significado¹⁷⁵.

¹⁷² V. *Programa do II Governo Constitucional ...*, Praia, 1996.

¹⁷³ Na tipologia de classificação dos sítios avançada por Georges-Henri Rivère – “site naturel, site culturel vivant et site culturel révolu” – o factor apontado constitui o elemento de distinção das duas categorias de sítios culturais. V. RIVIÈRE, 1978, p. 3.

¹⁷⁴ V. SIMON, 1992, p. 45-47 e 68 a 82, WIECZOREK, UNESCO, s/d. e CARVALHO, 2005, p. 364. Poder-se-iam suscitar aqui interrogações quanto à importância e significado atribuídos ao sítio histórico pelos naturais, sendo essa uma questão que o Autor deste estudo procuraria apreciar. V. SIMON, 1992, p. 44 e 56.

¹⁷⁵ V. LOPES FILHO, 2009 [1989], p. 44.

De salientar que a orientação de base do programa então preconizado se afigura susceptível de melhor fundamentação, pois as acções a desenvolver tinham como pressuposto a concepção do sítio como um todo, de modo a não prejudicar a sua integridade e coerência. Acresce que a população residente e as suas vivências eram tidas como factores a contemplar na actuação prevista.

Seria detectável contudo a necessidade de promover o apuramento do aparato terminológico e conceptual de base, pois era perceptível que as ideias entretanto avançadas enfermavam de algumas debilidades.

O leque vocabular utilizado compreendia diversas concepções – “musealização”, “ecomuseu” e “museu-vila” quiçá “cidade-museu” - afigurando-se que nenhuma delas poderia fundamentar convenientemente o projecto de reconversão de um testemunho complexo e diversificado, como aquele que estava a ser objecto de intervenção.

A proposta de “musealização da Ribeira Grande”, designação dada a conhecer ao encerrar-se a década de oitenta, procurava aplicar ao testemunho em causa um conceito e uma metodologia de intervenção que beneficiavam já de algum capital de experiência¹⁷⁶. O panorama continental português era animado na altura por movimentações patrimoniais tendo os sítios como cenário de aplicação, pelo que essa seria uma circunstância indutora devidamente assinalada no texto¹⁷⁷.

De notar todavia que o processamento dos testemunhos, inerente à concepção invocada, pressupunha a mobilização de apoios externos capazes de proporcionar a assistência funcional de que se carecia. Daí que o padrão de processamento dos valores patrimoniais, que integram um sítio, só possa efectivar-se mediante concursos exteriores¹⁷⁸. Reside portanto aí a diferença entre a musealização de um sítio e um museu de sítio¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Segundo a opinião do Autor a intervenção na Cidade Velha deveria ser “baseada em modelos e práticas actualizadas”, pelo que seria “aconselhável proceder-se a uma criteriosa selecção dos conhecimentos já obtidos em experiências estrangeiras neste domínio”. V. LOPES FILHO, 2009 [1989], p. 38.

¹⁷⁷ As repercussões desse movimento seriam particularmente sensíveis na Região Autónoma dos Açores, onde o Autor deste trabalho participou em encontros sobre o tema. V. GOUVEIA e CARVALHO, 2003.

¹⁷⁸ Será de introduzir aqui um primeiro comentário a este assunto, que virá a ser retomado quando da análise da “reconversão museológica do sítio” de Chão Bom. Num trabalho relativo a esta temática foi escrito que o padrão de processamento em que se fundamentam conceitos como os de património e de museu, deveria beneficiar, no caso de um programa de musealização, de “diferentes concursos institucionais”. Essa situação conduziria a uma “inter-colaboração entre vários organismos, aos quais serão solicitados contributos especializados e complementares entre si”. V. GOUVEIA e CARVALHO, 2003, p. 35.

¹⁷⁹ V. GOUVEIA e CARVALHO, 2003, p. 23. De notar que, em termos comparativos, se explicita uma diferença análoga no conceito de “coleção visitável”, expresso na legislação portuguesa vigente. Define-se aí “coleção visitável” como “o conjunto de bens culturais”, “exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o conceito de museu”. V. Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, Artº 4º.

Torna-se assim compreensível que, no texto consultado, se preconizasse a criação de retaguardas capazes de suprir as insuficiências apontadas e que fosse feita menção à “preparação de um espaço de estudo e investigação, onde também se iriam arrecadando as peças recolhidas e os achados arqueológicos”¹⁸⁰.

O Autor sublinharia ainda a importância que se devia atribuir “ao problema da mobilização da população local, de maneira a estimular o seu interesse e participação, através de uma coerente campanha de sensibilização, posto que ser-lhe-á facultada a possibilidade de colaborar, activamente, na defesa e valorização da herança cultural de que é depositária”¹⁸¹.

Dada a complexidade e amplitude da intervenção perspectivada, poder-se-ia concluir que o modelo de gestão apelando a colaborações por enquanto inexistentes - decorrente do conceito de musealização - não se mostraria capaz de dar resposta às exigências de ordem funcional que a reconversão do sítio pressupunha.

A qualificação do “Sítio Histórico da Cidade Velha” como “um ecomuseu”, seria outra das hipóteses explanadas na mesma altura. Percebe-se aí a intenção de colocar em relevo a presença de uma população activa, que deveria ser tida simultaneamente como parceira e beneficiária do projecto a gizar¹⁸².

A “criação de um espaço para Museu de História”, contida nessa mesma proposta, parecia ir ao encontro da preocupação de vir a introduzir no programa a componente diacrónica contida no conceito de ecomuseu¹⁸³.

De acentuar que a importância do contributo agora focado residiria sobretudo na atenção dispensada ao progresso local, ainda que se deva considerar que as competências e desempenhos atribuídos à população residente pela matriz conceptual adoptada, fossem muito difíceis de pôr em prática num projecto em que a intervenção oficial teria de ser determinante¹⁸⁴. Estava-se portanto perante uma analogia longínqua, insusceptível de fundamentar a transição para o plano prático.

Nos começos dos anos noventa a salvaguarda da Cidade Velha era tida, juntamente com a criação de um Museu Etnográfico, como um dos grandes projectos em que o país se encontrava envolvido¹⁸⁵.

Na perspectiva de Nélida Rodrigues, a Autora do trabalho a que se passa a fazer referência, a criação no sítio de um Museu Histórico perfilava-se como uma consequência da importância atribuída à sua dimensão diacrónica.

¹⁸⁰ V. LOPES FILHO, 2009 [1989] p. 45.

¹⁸¹ V. LOPES FILHO, 2009 [1989] p. 45.

¹⁸² V. VEIGA 1989, p. 123.

¹⁸³ V. VEIGA, 1989, p. 123. Em causa estariam portanto o “museu do espaço” e o “museu do tempo”, cuja articulação e complementaridade eram contempladas na concepção de ecomuseu. V. RIVIÈRE, 1989, p. 146-154 e *Découvrir les Écomusées ...*, 1984, p. 22 e 30-36.

¹⁸⁴ V. *Dossier écomusée*, RIVIÈRE, 1989, p. 146-154.

¹⁸⁵ V. RODRIGUES, 1991, p. 62.

Mas ao referir-se especificamente à reconversão de testemunhos *in situ*, igualmente contemplada na sua análise, o qualificativo de “Museu-Vila” afigurava-se-lhe como o mais apropriado¹⁸⁶.

A este respeito será de precisar que expressões como a de “cidade-museu” ou a de “vila-museu”, foram usadas em Portugal para realçar a importância histórica e monumental de algumas localidades. Numa perspectiva museológica entende-se no entanto que se está perante concepções difíceis de transpor para o plano operacional, pelo que não parecem revestir um interesse determinante como contributos para o problema em estudo¹⁸⁷.

Uma dessas concepções, a de cidade-museu, seria objecto de reticências no relatório de Paul-Émile Simon, a que foi feita referência. De acordo com a posição manifestada por esse Autor, a tentativa de transformar a Cidade Velha numa “*cit -musée*”, poderia conduzir a uma “*banale attraction de banlieu morte*”. Essa ideia seria depois reforçada ao afirmar que “*a vouloir faire une ville-musée, on aboutit souvent   une ville ruine*”¹⁸⁸.

No entendimento desse especialista não adviria da concretiza o dessa ideia uma dinâmica de promo o do sítio histórico ou de desenvolvimento urbano. A sua opinião seria a de que a cria o de um museu na Cidade Velha se limitaria a proporcionar apuramentos de ordem metodológica no tratamento do património local, dadas as exigências das práticas adoptadas por esses estabelecimentos¹⁸⁹.

Parecia-lhe contudo pertinente o projecto de organiza o do que chamava “jardins d’essai”, visando a recupera o de práticas de experimenta o agrícola, introduzidas quando dos primórdios da povoa o¹⁹⁰. Estar-se-ia assim perante uma iniciativa de cariz museológico, susceptível de vir a desempenhar um papel de apoio ao turismo,   forma o profissional ou mesmo de índole interpretativa¹⁹¹.

A comunica o apresentada por Ver nica Freire, passados cerca de dois anos, deverá ser tida como outra referência a explorar, posto que se viesse a ocupar sobretudo da apresenta o dos trabalhos arqueológicos realizados na S  e da recupera o do monumento.

¹⁸⁶ As palavras utilizadas seriam as de que “não chegaremos a dizer que a Cidade Velha constitui ou constituirá um ecomuseu, mas atrevemo-nos a afirmar que constitui um Museu-Vila”. V. RODRIGUES, 1991, p. 64.

¹⁸⁷ A título exemplificativo, serão de mencionar a cidade de Coimbra ou a vila de  bidos, qualificadas como tal pela divulga o e propaganda turísticas.

¹⁸⁸ V. SIMON, 1992, p. 45 e 72.

¹⁸⁹ V. SIMON, 1992, p. 72.

¹⁹⁰ V. SIMON, 1992, p. 75.

¹⁹¹ Uma realiza o afim seria proposta por José Maria Semedo, em 2010, com a designa o de “Jardim dos Cinco Continentes”, vindo a ser assumida pela Autarquia “como um dos projectos em carteira”. V. *Jardim dos Cinco Continentes apresentado ...*, 05Jun2010.

Nessa óptica parece adoptar-se aqui uma concepção próxima daquela que havia sido apresentada em 1989, no âmbito da cooperação portuguesa, incidindo no que era designado por “revitalização do edifício”. As medidas preconizadas seriam idênticas àquelas a que foi feita menção, consistindo no aproveitamento das “naves laterais” como “espaço para exposição de cantarias e esculturas”, ficando o “espaço do Altar Mór” reservado para organizar “um núcleo histórico da Cidade Velha”. Do mesmo modo, seriam realizadas na “nave central e transepto” actividades culturais “como espectáculos de música, teatro, etc.”¹⁹².

A orientação prevalecente seria portanto a de disponibilizar espaços para instalação de um arranjo expositivo, não transparecendo neste contributo qualquer menção a concepções museológicas de base. Acrescentar-se-ia no entanto que se encontrava em estudo uma “Proposta de Ante-Projecto integrado da Cidade Velha”, englobando-se aí, além do sector cultural, a área social, a agricultura, a pesca, a educação e o turismo¹⁹³. Esse seria portanto o enquadramento em que se iria processar o trabalho de museu, sendo de sublinhar a sua inserção numa linha de intervenção multifacetada.

A necessidade de se dispor de um “plano geral de reabilitação” do sítio viria a ser compreendida pelo Ministério da tutela, pelo que a sua elaboração foi encomendada, em finais do século findo, a uma personalidade portuguesa com méritos internacionalmente reconhecidos¹⁹⁴.

Sucederia no entanto que a preparação desse instrumento basilar acabaria por sofrer sucessivos atrasos, situação que afectaria naturalmente a coerência que se tornava necessário imprimir aos desenvolvimentos entretanto operados.

No terreno as intervenções seriam prosseguidas pela cooperação portuguesa e espanhola, com maior destaque para esta última, dispondo porventura de recursos financeiros mais avultados.

Dados os laços históricos, advenientes da época da sua construção, o esforço da cooperação espanhola começou por se centrar na Fortaleza de S. Filipe, alargando-se depois a outros monumentos e áreas urbanas e mesmo à envolveria rural¹⁹⁵.

¹⁹² V. FREIRE, 1993, p. 69. Parece aqui constatável a transcrição do texto de João Bento de Almeida citado anteriormente.

¹⁹³ Esclarecer-se-ia a este propósito que, caso a proposta fosse aprovada, teriam de ser “criadas condições para a sua aplicação”. V. FREIRE, 1993, p. 70. A referência ao texto de uma “proposta para a elaboração de um plano de reabilitação integrada” da Cidade Velha, datado de Setembro de 1992, parece confirmar que esse estudo já estaria parcialmente concretizado”. V. ARCOTECH, *Proposta de ...*, 1992.

¹⁹⁴ A escolha recairia no arquitecto Álvaro Siza Vieira que foi nomeado por António Jorge Delgado, o Ministro da Cultura de então. Info. de Alexandre Brás Mimoso, Setembro de 2010.

¹⁹⁵ Com efeito, seriam depois abrangidas as ruínas do Convento de S. Francisco, do edifício da Companhia do Grão Pará e Maranhão e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ainda afectada ao culto. V. *Cidade Velha: Presidente do INIC pede ...*, 2001, p.15.

Em paralelo os trabalhos desencadeados com o apoio da cooperação portuguesa tinham como objectivo principal a reabilitação da Sé, privilegiando desse modo um testemunho considerado emblemático.

Uma evocação sumária das acções desenvolvidas, nesse contexto mais recente, permitirá salientar a construção de um centro interpretativo nas imediações da Fortaleza, tendo como complemento um posto de vendas e uma pequena cafetaria¹⁹⁶. No interior do recinto muralhado proceder-se-ia aos primeiros ensaios de interpretação *in situ*, gizando um percurso apoiado em pequenos painéis contendo informação textual e iconográfica, um esforço que seria depois interrompido permanecendo hoje ainda por completar.

Da recuperação do antigo Convento de S. Francisco, empreendida também pela cooperação espanhola, resultariam espaços interiores utilizados pontualmente para apresentação de exposições temporárias e para a realização de eventos culturais.

A organização na Cidade Velha de um Núcleo Museológico seria promovida pela parte cabo-verdiana, dando-se assim sequência aos acordos firmados com o Governo português nas décadas de oitenta e noventa. Procurar-se-ia dar aí a conhecer algum do espólio arqueológico proveniente das escavações realizadas¹⁹⁷.

As chegadas agora evocadas permitem sublinhar de novo a ausência de uma concepção aglutinadora do processo de valorização patrimonial em curso, susceptível de fundamentar a orientação programática a imprimir ao seu desenvolvimento.

A criação de um museu e a necessidade de se vir a disponibilizar o espaço adequado para que se possa proceder à sua organização têm sido evocados como um passo imediato, sem que se procurem definir com precisão os objectivos a imprimir a esse estabelecimento ou as suas características tipológicas¹⁹⁸. Não se torna também patente o modo de integração dessas entidades num projecto patrimonial e museológico de reconversão do sítio, permanecendo também omissos o problema da organização das valências operativas inerentes ao seu funcionamento.

De constatar portanto que as propostas avançadas se traduzem de facto em aproveitamentos do património construído subsistente para instalação

¹⁹⁶ Essa componente seria integrada nos trabalhos promovidos pela cooperação espanhola, tendo sido colocada à disposição do público em 2000. Info. de Martinho Robalo de Brito, Março de 2010.

¹⁹⁷ O Protocolo celebrado entre os dois governos, em 18 de Fevereiro de 1997, viria a recuperar aquilo que havia sido estipulado em 1988, reafirmando-se então que competiria à parte cabo-verdiana “a afectação de um edifício para depósito e eventual exposição de materiais” relativos a este conjunto patrimonial. V. Diário da República nº 228, I Série-A, de 2-10-1997.

¹⁹⁸ V. *Cidade Velha: Presidente do INIC pede ...*, 2001, p. 16.

de iniciativas de índole museológica. Importará considerar no entanto a sua inserção num programa de reconversão global do sítio, gizado de acordo com as suas características determinantes, avultando aí a sua condição de “site culturel vivant”¹⁹⁹.

Malgrado os sintomas de anomia que têm vindo a ser aflorados, a Cidade Velha seria declarada Património Mundial da Humanidade em Junho de 2009, marco que encerraria um percurso iniciado havia cerca de vinte anos²⁰⁰. Poder-se-á afirmar que ficou assim preenchida uma condição necessária, mas não suficiente, pois não se torna difícil perceber o muito que se encontra por fazer em termos de estudo, documentação, conservação, interpretação e promoção sócio-económica do sítio²⁰¹.

A evolução processada na Cidade Velha nesta segunda década do século actual não parece ter conduzido a alterações determinantes no tocante ao teor das considerações produzidas. O investimento financeiro tem sido bastante escasso, registando-se apenas algumas medidas pontuais de índole interpretativa²⁰².

O facto se se estar em presença de um projecto fulcral no âmbito da problemática da reconversão de sítios implicará no entanto que a sua evolução seja objecto de um acompanhamento atento e continuado. Justificar-se-ia portanto a atenção que lhe é dedicada no âmbito de um estudo em que se perfilam claramente múltiplos aspectos comparativos.

Historial do Museu da Resistência

O propósito de intervenção no Tarrafal com uma finalidade museológica deverá reportar-se aos finais dos anos oitenta do século passado, sendo apontado na altura como uma iniciativa em fase de arranque. Vivia-se então num contexto em que, conforme foi dito, se encontravam apenas esboçadas as temáticas dos primeiros museus cabo-verdianos. De precisar todavia que esse projecto passaria a integrar o quadro museológico gizado para o país, decisão que passaria a ser anunciada publicamente²⁰³.

¹⁹⁹ V. RIVIÈRE, 1978.

²⁰⁰ A “inscrição da Cidade Velha, na lista de Património Mundial” fora solicitada em 1989, pelo que o processo corria os seus trâmites a partir desse ano. V. RODRIGUES, 1991, p.64.

²⁰¹ Essa classificação seria objecto de decisão no decurso da 33ª reunião do Comité do Património Mundial realizada em Sevilha, de 22 a 30 de Junho, sob a presidência da Embaixadora espanhola junto da UNESCO.

²⁰² V. GOUVEIA, 2015, p. 71 – 80.

²⁰³ V. VEIGA, 1989, p.63. Comunicação apresentada no II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, pelo Director Geral do Património Cultural, do Ministério da Informação, Cultura e Desportos.

A denominação vinda a público seria a de Museu da Resistência, parecendo de comentar, ainda que sumariamente, a orientação que transparece na sua programação preliminar.

O entendimento do Tarrafal como “lugar de memória” era apresentado como característica fulcral constituindo uma opção prioritária da condução do projecto²⁰⁴. Como complemento perfilava-se a temática da história da libertação nacional de Cabo Verde, posto que fossem de evitar sobreposições com a ideia de “edificação do Museu Amílcar Cabral” proposto para a capital²⁰⁵.

A elaboração de um programa museológico preliminar seria confiada ao artista plástico Rogério Ribeiro mediante convite oficial feito por entidades cabo-verdianas. Será de registar a intervenção na logística do processo da Associação de Amizade Portugal-Cabo Verde visto ter promovido a deslocação a esse país do especialista responsável pela condução da iniciativa, a fim de proceder a trabalhos preparatórios²⁰⁶.

A fim de esclarecer melhor a situação neste contexto de arranque afigura-se conveniente apresentar alguma informação acerca do protagonista desses trabalhos preparatórios.

Essa informação terá por base o percurso académico de Rogério Ribeiro remontando à sua formação em Pintura na Escola de Belas Artes de Lisboa, estabelecimento em que passaria depois a exercer funções docentes tendo participado inclusive na sua reforma curricular.

Mais significativo será por certo o que se poderá qualificar como o seu perfil museológico, datado de 1967 e que viria a compreender para além de uma feição profissional uma componente pedagógica e mesmo de reflexão teorizante a que importará conferir particular importância na análise dos trabalhos a seu cargo.

Acresce a acção que se poderá enquadrar no domínio aplicado em que Rogério Ribeiro exerceu funções não só de organização como de concepção museológica que se iriam prolongar por cerca de três dezenas de anos. A estes dois aspectos será de adicionar a acção pedagógica ainda que porventura menos expressiva²⁰⁷.

A reflexão produzida no domínio museológico deverá ser merecedora de maior aprofundamento, circunscrevendo-se por ora a um apontamento preliminar. Esse aprofundamento justificar-se-á por ser susceptível de

²⁰⁴ V. NUNES, 1989.

²⁰⁵ V. NUNES, 1989.

²⁰⁶ V. *Cabo Verde: Cidade Velha ...*, 2009 e NUNES, 1989.

²⁰⁷ São de incluir aqui palestras sobre ”design” e temáticas afins. V. ROSENDO, 2001.

harmonização com a orientação que pretendia imprimir ao projecto em que passaria a estar empenhado²⁰⁸.

Seria a sua condição de artista plástico que o iria conduzir ao campo da museologia perfilando-se como uma consequência do seu empenho como agente interventivo na comunidade, pois em seu entender o papel do artista implicava uma acção determinante em termos de mudança social. Daí o esforço desenvolvido na criação de uma rede de equipamentos públicos assente nas autarquias e portanto alheia à tutela do poder central perfilando-se como factor de implementação de uma política cultural compreendendo um conjunto de pólos dinamizadores do tecido social. De atender a que uma tal movimentação tinha como substracto uma ideia ou concepção de museu capaz de influenciar os comportamentos socio-culturais dos destinatários²⁰⁹.

No plano temático são de constatar ainda as afinidades de Rogério Ribeiro com o projecto cabo-verdiano cuja concepção lhe tinha sido atribuída.

A temática política não era alheia ao seu percurso museológico sendo de recordar a organização do Museu de Peniche, englobando um “núcleo da resistência”, resultando daí a possibilidade de se virem a gerar linhas de aproximação entre as duas realizações. De adicionar o “projecto e montagem da Casa Museu Manuel Ribeiro de Pavia”²¹⁰.

Acresce que lhe havia sido cometido, em 1976, o encargo de proceder à encaenação e montagem de uma exposição temporária abordando um assunto afim. O local de apresentação fora o chamado Pavilhão de Belém, utilizado na época para acontecimentos desse tipo²¹¹. De concluir portanto que era detentor de um capital de conhecimentos de que se iria por certo socorrer.

A título complementar importará fazer referência à sua militância comunista dada a influência daí adveniente nos comportamentos assumidos nos desempenhos focados. A inscrição de Rogério Ribeiro no Partido Comunista Português teria lugar em 1975 tendo mantido essa filiação até final da vida. Faria parte do Comité Central desse Partido de 1983 a 1992 tendo sido durante esse período que iria desenvolver o trabalho em análise²¹².

Parece assim de depreender que a linha de orientação perfilhada para o contexto português pudesse ter influenciado alguns dos aspectos que Rogério Ribeiro pretendia imprimir à definição de objectivos e modo de organização do Museu cujo programa lhe havia sido confiado.

²⁰⁸ De mencionar aqui a a importância dos esclarecimentos advenientes da consulta da documentação legada por Rogério Ribeiro ao Município de Almada por enquanto ainda não disponível.

²⁰⁹ V. ROSENDO, 2008, p. 4 inum.

²¹⁰ V. NUNES, 1989 e *Rogério Ribeiro*, Wikipédia, http://pt.wikipedia.org/wiki/Rog%C3%A9rio_Ribeiro (07-02-2005)

²¹¹ V. *Rogério Fernando da Silva Ribeiro*, 2007.

²¹² V. *Rogério Ribeiro*, Wikipédia (07-02- 2005).

A programação proposta para esse empreendimento orientava-se por dois vectores principais, devendo apontar-se como determinante a “reconstrução de uma vasta zona do campo”, entretanto degradada por ocupações inapropriadas. Previa-se igualmente a reconstituição de testemunhos da vida prisional - tais como “as celas, os instrumentos de tortura e repressão utilizados” - bem como de instalações afins como as das “cozinhas e das secretarias”²¹³.

Esse critério de reconversão museológica prenunciava a condição de museu de sítio do futuro estabelecimento e daí o significado e importância que se lhe deverá atribuir.

A consagração de uma “outra zona do campo à história da libertação nacional de Cabo Verde” indiciava que se pretendia introduzir no projecto uma segunda componente, obedecendo a diferente orientação. Com efeito, previa-se aí o aproveitamento de edifícios existentes como espaços dedicados à evocação do processo conducente á proclamação da independência do território²¹⁴.

A feição simbólica do lugar seria reforçada pela “construção de um monumento, um elemento vertical, junto do qual os visitantes possam prestar homenagem” a todos os que ali tinham estado encarcerados. A presença deste elemento justificaria a designação de Museu Memorial também atribuída ao projecto, suscitando-se aqui uma questão merecedora de um comentário capaz de contribuir para uma melhor elucidação do sustentáculo teórico subjacente à programação idealizada.

A questão a elucidar será a de se saber se o Memorial previsto poderá ser tido como uma componente do acervo concebida e concretizada como estratégia de materialização do significado simbólico que procurava conferir-se ao empreendimento. O qualificativo de “museu memorial” adquiria desse modo plena justificação uma vez que este passaria a conferir ao testemunho uma nova configuração.

Numa outra perspectiva estar-se-ia perante um acrescento alheio à composição do acervo, introduzido no espaço controlado como factor de reforço da capacidade de mobilização do público visitante. Situações desta índole são frequentes em *batlefield sites* como resultado de comemorações históricas associadas a esses lugares de memória. Dir-se-á que esse tipo de alterações terá de ser objecto de ponderação uma vez que uma presença excessiva desse tipo de elementos poderia conduzir à descaracterização dos testemunhos a salvaguardar²¹⁵.

²¹³ V. NUNES, 1989.

²¹⁴ V. NUNES, 1989.

²¹⁵ O tratamento de campos de batalha europeus como o de Waterloo, na Bélgica, permite exemplificar o tipo de intervenções focado e acautelar os inconvenientes que possam vir a ocasionar. No Bussaco

A criação de “um espaço lúdico e de «uso»” para os habitantes da vila do Tarrafal, deverá entender-se como traduzindo preocupações de ordem educativa e social, pelo que se prefigurava como um elemento de modernidade da realização²¹⁶

Estas considerações acabariam por constituir propostas sem consequências, uma vez que após a extinção definitiva do Campo, em 1975, se transitaria para um período intervalar, em que se iriam suceder as ocupações precárias dos edifícios existentes, gerando-se uma situação de abandono que se viria a prolongar por uma vintena de anos²¹⁷.

A ideia da criação de um museu continuava no entanto a ser alimentada sem que a intenção proclamada viesse a assumir uma feição prática, passando a acentuada degradação do testemunho a constituir motivo de preocupação. Tal conduziria mesmo a que, nos começos da década de noventa, a reconversão museológica preconizada fosse objecto de interrogações.

Tratar-se-ia portanto de um projecto visto de forma continuada como objectivo do sector governamental da cultura, assistindo-se contudo a uma concretização oscilante e dilatada no tempo. Como factor determinante das interrogações suscitadas era apontada a inexistência, por parte do Governo de Cabo Verde, de condições financeiras que permitissem viabilizar o processo desencadeado.

Um tal condicionalismo levaria a que fosse avançada publicamente, em 1993, pelo Ministro da Justiça e do Trabalho, a eventualidade de se virem a reactivar as instalações existentes como estabelecimento prisional destinado a reclusos de delito comum²¹⁸.

Estava-se perante uma tomada de posição com efeitos sensíveis, capaz de provocar vivas reacções tanto em Cabo Verde como em Portugal, situação de que esse membro do Governo tinha por certo consciência²¹⁹.

o Obelisco comemorativo de 1873, bem como os principais testemunhos do desenrolar do conflito não são se encontram integrados no Museu Militar. V. BUTTERY, *Guide ...*, 2014 e *Roteiro dos Museus Militares ...*, 1999.

²¹⁶ V. NUNES, 1989.

²¹⁷ Seria nessa época que funcionariam no Campo centros de recrutamento e instrução militar e policial, seguindo-se a afectação a desempenhos escolares, a sua transformação em depósitos de empresas públicas e privadas e a ocupação habitacional por famílias carenciadas da região. V. TAVARES, 2007, p. 229-230 e LOPES, José Vicente, *Tarrafal de Chão Bom ...*, 2010, p. 193. Seria avançado ainda o propósito de adaptar uma parte dos edifícios à instalação de uma estância turística. V. *O presidio ...*, O Arquipélago, nº 617 de 06-06-1974,

²¹⁸ Esse era o teor de uma declaração feita, através de Rádio Nacional, pelo titular da pasta, Dr. Eurico Monteiro, no princípio de Setembro de 1993. V. PACHECO *et al.*, *Tarrafal nunca mais ...*, 13 de Setembro de 1993. De recordar, a propósito, que o encarceramento de detidos nessa condição tinha constituído prática habitual enquanto o estabelecimento se encontrava em actividade.

²¹⁹ Essas reacções seriam patentes na comunicação social, tendo sido protagonizadas por ex-tarrafalistas

Não deixaria de ser recordado, a propósito, o alheamento da cooperação portuguesa face a compromissos assumidos nos anos oitenta, inclusive pelo facto de o apoio daí adveniente ser tido como indispensável à prossecução do projecto. De concluir portanto que a intervenção portuguesa era tida como determinante não só no desencadear da iniciativa como na sua prossecução²²⁰.

As interrogações então suscitadas seriam ultrapassadas a curto prazo, perfilando-se a segunda metade da década como um período marcante para a consolidação e avanço do deste empreendimento museológico. Com efeito, registar-se-ia nesse lustro uma conjugação de esforços entre os dois países envolvidos que não se viria a repetir posteriormente.

O interesse de Portugal pelo avanço dos trabalhos manifestar-se-ia ao mais alto nível, sendo de sublinhar o efeito catalisador da viagem presidencial, realizada em 1995, visto ter sido incluído no programa uma visita ao campo prisional²²¹. Visitas complementares teriam lugar em anos seguintes, devendo ser entendidas como traduzindo o empenho do governo português no relançamento do projecto²²².

Estas movimentações no plano externo teriam correspondência no contexto cabo-verdiano, vindo a reconversão museológica pretendida a beneficiar, entre 1996 e 1998, de sucessivos contributos programáticos a cargo da iniciativa local.

O papel de arranque competiria a uma entidade privada, vindo a ser depois enquadrado e reforçado graças à acção desenvolvida pelo Gabinete de Salvaguarda do Património, do Ministério da Cultura cabo-verdiano no âmbito do Programa governamental “relativo à Recuperação/Reabilitação do Património edificado”²²³. A uma fase de projecto viria portanto a suceder-

cabo-verdianos e portugueses. V. PACHECO *et al.*, *Tarrafal nunca mais ...*, 13 de Setembro de 1993.

²²⁰ Seria noticiado na altura que havia um “projecto em Portugal, há mais de dez anos, mas que não anda para a frente”. V. PACHECO *et al.*, *Tarrafal nunca mais ...*, 13 de Setembro de 1993.

²²¹ Essa viagem de Jorge Sampaio, seria a primeira deslocação ao estrangeiro no decurso do mandato presidencial então iniciado, tendo sido designada por “viagem da amizade”. Info de Eugénio Anacoreta Correia, então embaixador de Portugal em Cabo Verde.

²²² O Ministro da Cultura António Maria Carrilho visitaria o sítio por três vezes – 1996, 1997 e 1999 - tendo acompanhado o Primeiro Ministro António Guterres na segunda dessas deslocações. Infos de Eugénio Anacoreta Correia e Alexandre Brás Mimoso.

²²³ Os trabalhos de campo teriam início em Julho de 1996, tendo ficado a cargo de P. Martins - Arquitectura, Engenharia & Gestão. Competiria depois a essa mesma empresa a elaboração do ante-projecto de *Transformação do ex-Campo de Concentração do Tarrafal num Museu de Resistência*, a que se seguiria o *Projecto do Museu : Orçamento*. A intervenção de Martha de León Heredia e de Hector Alvarez Fernandez, cooperantes cubanos a trabalhar para o Gabinete de Salvaguarda do Património, do Ministério da Cultura, conduziria à apresentação, em 1998, do *Projecto de Restauro: Museu da Resistência*. Verificar-se-ia, por último, uma conjugação de esforços entre a iniciativa privada e as entidades oficiais de que resultaria, em Outubro desse ano, um *Dossier* relativo à Primeira fase do *Projecto de Reconstrução/Reabilitação do Campo de Concentração do Tarrafal*, qualificado como « Complexo Cultural

se uma outra de execução dos trabalhos, viabilizada através do apoio da cooperação portuguesa.

A cerimónia de entrega da primeira *tranche* da comparticipação financeira portuguesa na recuperação arquitectónica a realizar, seria aproveitada pelo Ministro da Cultura de Cabo Verde para divulgar, junto da imprensa, o cenário previsto para o desenvolvimento da iniciativa.

A estimativa orçamental seria de oitenta mil contos cabo-verdianos, ficando a cargo da Cooperação portuguesa três quartos desse montante, o que permitia dizer que Portugal seria o “principal financiador da obra”²²⁴. O período de trabalho previsto era de dezasseis meses, desdobrando-se a sua execução por quatro fases.

A primeira dessas fases incidia na recuperação do antigo edifício administrativo, localizado junto à entrada do recinto muralhado, compreendendo ainda a da central eléctrica e da instalação da antiga “messe de oficiais”, bem como a construção dos acessos principais e do estacionamento automóvel²²⁵.

A transformação do edifício administrativo num centro interpretativo adquiria especial relevo no contexto dessa fase de arranque, tendo sido objecto de explicações sumárias por parte do Ministro da Cultura, tanto a concepção em causa como a sua finalidade e conteúdos²²⁶. Recorrendo a uma expressão feliz, qualificaria esse centro como “a cara do grande complexo que será o Museu da Resistência”²²⁷.

A segunda fase comportava a recuperação dos pavilhões dos presos políticos portugueses e cabo-verdianos e da antiga cozinha, testemunhos que seriam reconvertidos em áreas interpretativas²²⁸.

No âmbito da fase seguinte a ala destinada aos restantes prisioneiros – angolanos e guineenses – daria lugar a uma nova componente expositiva e a uma biblioteca²²⁹.

e Museístico ». Seria esse documento que sustentaria, no ano seguinte, o financiamento atribuído pela cooperação portuguesa. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, s/d., [MARTINS], *Transformação do ex-Campo...*, 12/8/97, LÉON HEREDIA e ÁLVAREZ FERNANDEZ, *Projecto de Restauro ...*, 1998 e LÉON *et al*, *Dossier ...*, 1998, p. 3.

²²⁴ A entrega da quantia de onze mil contos cabo-verdianos, destinados ao financiamento dos trabalhos, seria feita pelo Embaixador de Portugal, Eng^o Anacoreta Correia, a 26 de Dezembro de 1998. V. LOPES, J. V., *Museu do Tarrafal ...*, 18 de Dezembro de 1998.

²²⁵ V. *Portugal atribui ...*, 14 de Dezembro de 1998 e *120 mil contos ...*, 21 de Janeiro de 1999.

²²⁶ V. LOPES, J. V., 18 de Dezembro de 1998.

²²⁷ V. *Antigo presídio ...*, 15 de Dezembro de 1998. A possibilidade de dotar o Museu com esse tipo de componente tinha sido avançada na sequência de uma missão de cooperação portuguesa realizada em Setembro anterior. No *Relatório* dado a conhecer seria recomendada a “criação de um centro interpretativo a articular com um itinerário de visita pontuado com a informação necessária para que se possam compreender os testemunhos contemplados por esse percurso”. V. GOUVEIA e LOPES FILHO, 1998, p. 8.

²²⁸ V. *Obras no futuro Museu ...*, 28 de Janeiro de 1999.

²²⁹ V. *Obras no futuro Museu ...*, 28 de Janeiro de 1999.

Na quarta e última etapa, os trabalhos iriam recair na “antiga caserna dos militares”, sendo instalados aí um “auditório e um centro de artesanato”. A expressão “complexo cultural”, também usada para designar o projecto, parecia advir dessas componentes²³⁰.

Após a conclusão das obras, as autoridades cabo-verdianas pretendiam propor à UNESCO a declaração do Museu “como infra-estrutura de interesse regional”²³¹. Essa pretensão fundamentava-se na importância atribuída ao projecto no contexto dos países de expressão oficial em língua portuguesa.

O plano de obras arrancaria em Janeiro de 1999, sendo acompanhado por elementos da equipa do Gabinete de Salvaguarda do Património, dado ter sido a entidade encarregada de dar andamento à iniciativa²³².

A participação portuguesa, que devia compreender áreas como as “de investigação histórica, de projecto museológico e de requalificação arquitectónica”, não se chegaria porem a efectivar²³³.

Obter-se-iam então os primeiros testemunhos móveis, que seriam integrados no centro interpretativo, um equipamento prioritário, na medida em que permitia concretizar de forma expedita uma primeira componente informativa de que se carecia com urgência²³⁴.

Por razões de ordem financeira e presumivelmente também de calendário, assistir-se-ia a uma redução significativa do conjunto de obras previstas para esta fase inicial, posto que lhe viesse a ser adicionada a reabilitação do antigo posto médico. Seriam recuperados o edifício da secretaria e duas divisões situadas de um lado e de outro da zona de entrada, bem como a instalação que tinha sido ocupada por uma biblioteca²³⁵. Os trabalhos de beneficiação dos restantes edifícios, localizados nas áreas intra-muros e extra-muros, ficariam agendados para um faseamento ulterior que não se chegaria a calendarizar.

A inauguração desta primeira etapa de concretização do processo teria lugar em Dezembro de 2000, numa cerimónia assinalada pela colocação de uma placa comemorativa do lado direito do portão de acesso ao recinto

²³⁰ V. *Obras no futuro Museu ...*, 28 de Janeiro de 1999.

²³¹ V. *Obras no futuro Museu ...*, 28 de Janeiro de 1999.

²³² A esse propósito, será de mencionar o acompanhamento a cargo dos dois cooperantes cubanos, cuja chegada ao local seria noticiada como dando início aos trabalhos. V. *Obras no futuro Museu ...*, 28 de Janeiro de 1999.

²³³ Essa participação pressupunha a designação de especialistas nas áreas indicadas, bem como a nomeação de uma Comissão Paritária de acompanhamento dos pontos respeitantes ao sector patrimonial. V. *Declaração Final* da visita realizada pelo Ministro da Cultura português Manuel Maria Carrilho a Cabo Verde, em Julho de 1999.

²³⁴ V. LOPES, J. V., *Museu do Tarrafal ...*, 18 de Dezembro de 1998.

²³⁵ V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002. Essa antiga instalação situava-se numa construção do bloco direito do campo, edificada entre as casernas e a lavandaria e casa de banho. V. MARTINS, 1996, p. 267.

muralhado²³⁶. Julga-se de sublinhar aqui o avanço registado no âmbito do relacionamento com o público, uma vez que se passava a dispor de uma componente interpretativa introdutória.

Após a mudança de governo, operada em 2001, parecia ter-se procurado dar continuidade à implementação do Museu, tendo sido elaborado, logo no ano imediato, um estudo preliminar indicativo de uma nova fase do processo²³⁷. O estado de degradação de algumas instalações era preocupante, pelo que haveria lugar para uma chamada de atenção relativa a obras de manutenção que requeriam uma atenção mais imediata.

A leitura do documento descritivo elaborado permite constatar no entanto uma falta de articulação com as posições precedentes que parece de assinalar. As preocupações dominantes na altura centravam-se na necessidade de reabilitação do edificado que se fazia sentir, sendo omitidas quaisquer apreciações relativas à orientação que devia presidir à continuação do projecto.

Não surpreende portanto que a componente interpretativa, situada no exterior do recinto muralhado, seja referida como um mero espaço de exposição, sendo esquecida a concepção basilar apresentada quando do início das obras, havia pouco mais de um ano.

De atentar contudo em que a menção feita aos conteúdos dos dois pisos do edifício - encontrando-se expostos num deles os “acervos dos 1.^{os} presos políticos portugueses” e no outro os dos “presos políticos angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos entre outros” - permitia perceber que se estava perante uma temática de cariz introdutório própria de um centro interpretativo²³⁸.

O modo de financiamento previsto para a concretização subsequente faria prever contudo algumas dificuldades, pois a percentagem dos custos a suportar pela UNESCO, como entidade financiadora, seria diminuta, antevendo-se que o remanescente viesse a ser coberto pelo Governo português e pelos países africanos lusófonos²³⁹.

Não se parecia desenhar assim um cenário favorável ao seguimento da proposta, pelo que o processo acabaria por enfrentar uma nova fase de letargia, que se iria manter ao longo dos primeiros anos do novo século. Afigura-se possível atribuir essa quebra de ritmo a motivos de ordem financeira, uma vez

²³⁶ V. TAVARES, 2007, fig. 27, p. 231.

²³⁷ Essa seria uma meta do plano de actividades anuais da Direcção da Salvaguarda do Património, do Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais, visando transformar o “ex-Campo de Concentração de Tarrafal num museu funcional em prol do desenvolvimento local, nacional e regional”. V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002, p. 3.

²³⁸ V. PEREIRA e BRITO, 2002, p. 3. Na realidade não chegariam a ser encarcerados no Tarrafal presos políticos moçambicanos.

²³⁹ De notar que o orçamento previsto era de vinte mil contos, ficando apenas três mil a cargo da UNESCO, o que correspondia a 15% do total. V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002, p. 3.

que era perceptível que a concretização desta iniciativa se havia encontrado dependente, desde o início, da concessão de apoios portugueses²⁴⁰. A possibilidade de comparticipação financeira dos países lusófonos, em particular por parte de Angola, seria avançada por diversas vezes ao longo do processo posto que não tivesse transitado nunca para uma fase de concretização.

Estava-se então numa altura em que a reconversão museológica do sítio era ainda incipiente, visto compreender, para além do centro interpretativo, apenas um auditório e uma sala de exposições temporárias, resultantes do aproveitamento das duas divisões recuperadas junto da zona de entrada. Acrescia o posto médico, onde fora colocado um módulo cénico e um bar instalado no espaço outrora destinado a sala de leitura²⁴¹.

Em meados de 2005 avaliavam-se as possibilidades de vir a reactivar a intervenção no Campo, pelo que se estava a então a “preparar o restauro das portas, a pintura das casernas, a iluminação”. Acrescia a recolha de mais documentação “junto de várias entidades e antigos prisioneiros”, de modo a organizar-se um “arquivo audiovisual sobre a história daquele espaço”, transformando-o assim “num espaço de memória”. Relativamente à área exterior, pretendia-se “realojar as pessoas que vivem naquelas antigas casernas de oficiais”, de modo a que fossem ampliadas as instalações disponíveis²⁴².

A atribuição, em 2006, do estatuto de Património Nacional tanto às “dependências como à História da Prisão”, deverá ser vista como expressando a intenção de vir a prosseguir a implementação do projecto e de ultrapassar o retardamento, que se havia entretanto gerado²⁴³.

Essa posição foi confirmada em 2007 ao explanarem-se os “grandes eixos da política patrimonial” do país, figurando os trabalhos a realizar no “ex-Campo de Concentração do Tarrafal” como um dos vectores da estratégia a prosseguir.

O ano de 2009 parecia prefigurar-se como um marco na reactivação do processo de organização do Museu da Resistência, tendo-se procedido à sua inauguração oficial, tal como tinha sido anunciado na imprensa cerca de dois anos antes. A realização, pela mesma altura, de “um grande fórum sobre o Campo de Concentração do Tarrafal” proporcionaria um enquadramento adequado para essa cerimónia²⁴⁴.

²⁴⁰ Uma nova partilha de competências governativas, em que a cultura ficava associada, num mesmo ministério, a sectores com um peso social e económico muito acentuado, poderá ter tido também influência no abrandamento do processo. Esse seria o caso do Ministério da Educação, Cultura e Desportos, criado em 2001 e do Ministério da Cultura e Desportos, seu sucessor a partir de 2003. V. Decreto-Lei nº 25/2001 de 5 de Novembro e Decreto-Lei nº 2/2003, de 24 de Fevereiro.

²⁴¹ V. PEREIRA e BRITO, 2002, p. 2-3.

²⁴² V. CARVALHO, *Património: Tanto ...* 2005.

²⁴³ V. *Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2006*, de 14 de Agosto e TAVARES, 2007, p. 231.

²⁴⁴ Esse evento havia sido sugerido em 2006 pelo Ministro da Cultura, tendo sido divulgado quando de

Um “Simpósio Internacional sobre o Tarrafal”, comemorativo do trigésimo quinto aniversário da sua extinção, teria efectivamente lugar nesse ano, sendo constatável a importância que se pretendia atribuir nesse evento à retoma do projecto museológico. Uma iniciativa de âmbito internacional, como aquela que tinha então lugar, seria considerada como o cenário adequado para promover a desejada reactivação²⁴⁵.

A inclusão no calendário do encontro da apresentação e debate desse tema perfilava-se como um desenvolvimento positivo, uma vez que havia sido omitido em iniciativas congêneres, realizadas anteriormente²⁴⁶.

De acordo com a declaração produzida pela Fundação Amílcar Cabral, uma das entidades promotoras do Simpósio, este tinha como finalidade “cumprir três objectivos: recolher testemunhos e documentos relativos à existência e funcionamento do presídio do Tarrafal, apresentar e discutir um projecto museológico transnacional para o futuro deste monumento histórico e realizar uma jornada de reflexão e debate em torno do legado histórico de valores e ideais humanistas e inspiradores para as gerações vindouras”²⁴⁷.

Na perspectiva museológica apontada, a reconversão de um testemunho com uma elevada carga simbólica perfilava-se como o objectivo principal, pretendendo-se que viesse a constituir um factor de desenvolvimento na tríplice perspectiva – local, nacional e internacional.

A importância que a intervenção revestia no plano local não deixaria de ser focada, desde logo, em declarações feitas à imprensa pelo Autarca com ligações mais directas ao empreendimento²⁴⁸.

Como complemento impunha-se naturalmente a projecção da iniciativa à escala do país, o que lhe conferia uma irradiação de âmbito nacional.

Relativamente ao contexto internacional, por certo o mais relevante, seria formulado um conjunto de propostas susceptíveis de ampliar o impacto a atingir

uma visita, realizada em Setembro de 2007, pela sua homóloga portuguesa. V. *Tarrafal: Museu ...*, Voz di Povo.on line.com, de 13 de Setembro de 2007 e VARELA, *Museu da Resistência ...*, Inforpress, <http://www.cabonet.nl> (25-01-2009).

²⁴⁵ A este respeito julga-se de precisar que no dia 1 de Maio de 1974 seriam libertados os prisioneiros políticos angolanos e cabo-verdianos encarcerados no ainda designado Campo de Trabalho de Chão Bom. Em Dezembro desse mesmo ano voltaria contudo a haver aí presos políticos como consequência dos conflitos internos que precederam a proclamação da independência em 5 de Julho do ano seguinte. O diploma legal extinguindo a prisão seria proclamado na sequência desse acontecimento, V. Decreto-lei nº 3/75, de 19 de Julho.

²⁴⁶ “*Que futuro para o Campo do Tarrafal?*” seria o título de um dos quatro painéis agendados para comunicações e debate. V. *Simpósio Internacional ...*, 2009. Uma omissão desse tipo tinha-se verificado no “Congresso Internacional”, realizado em Lisboa um ano antes. V. “*Colóquio Internacional Tarrafal: Uma prisão, dois continentes*”, Lisboa, 29 de Outubro de 2008.

²⁴⁷ V. *Campo de Concentração do Tarrafal acolhe Simpósio ...*, 21-04-2009.

²⁴⁸ V. *Transformação do Campo ...*, 23-06-2009.

e de congregar esforços por parte de outros países. Procuravam-se garantir dessa forma as condições necessárias à viabilização e desenvolvimento do projecto²⁴⁹.

O propósito de internacionalização constituía um ponto forte do encontro, tendo sido sublinhado na intervenção governamental, feita quando da abertura do Simpósio, ao expressar-se o desejo de que aquilo que já era “património Nacional de Cabo Verde” fosse “reconhecido como Património da Humanidade”²⁵⁰.

A cerimónia inaugural seria acompanhada pela apresentação de uma “exposição documental e fotográfica sobre a vida dos presos políticos”, composta por “cerca de 40 painéis”²⁵¹. A associação do Simpósio a uma exposição temporária, montada no espaço interno do campo, poderá ser vista como um esboço interpretativo do sítio, o que parecia reforçar o concurso do acontecimento para a reactivação do programa museológico.

Caso se queira proceder a uma apreciação do evento, numa perspectiva global, a atenção deverá centrar-se nas “Recomendações” extraídas da “Análise Geral do Simpósio”, uma vez que se inserem aí os principais contributos formulados²⁵².

Nessa óptica, afigura-se de começar por referir a proposta de elaboração de “legislação apropriada e multinacional” capaz de “garantir o carácter perene da importância do Campo de Concentração do Tarrafal para que o seu destino não dependa das vicissitudes circunstanciais dos respectivos governos”²⁵³.

Dada a índole desta apreciação, serão de destacar os contributos de ordem museológica, em que avultaria a preocupação de vir a dotar o projecto com uma dimensão internacional, tida por enquanto como incipiente. O emprego da designação “Museu transnacional”, como qualificativo da meta a atingir, procurava enfatizar uma tal pretensão²⁵⁴.

O propósito de renovar a concepção orientadora do estabelecimento, detectável nas declarações oficiais produzidas, deverá incluir-se na apreciação agora mencionada.

No intuito de comentar esse tópico será de atentar na denominação de “Museu da Resistência Antifascista e de Luta Anticolonial”, utilizada nas palavras proferidas na cerimónia de abertura do acontecimento²⁵⁵.

²⁴⁹ V. *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal ...*, 8 de Maio de 2009 e *Cabo Verde quer reconhecimento ...*, 24-04-2009.

²⁵⁰ V. *Discurso PM Abertura ...*, 22-abr-2009.

²⁵¹ V. *Simpósio Internacional sobre o Campo ...*, 29-04-2009, *Simpósio sobre Campo de Tarrafal inicia ...*, April 28th 2009 e *Campo do Tarrafal acolhe ...*, 21 de Abril 2009.

²⁵² V. *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal ...*, 8 de Maio de 2009.

²⁵³ V. *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal ...*, 8 de Maio de 2009.

²⁵⁴ V. *Transformação do Campo ...*, 23-06-2009.

²⁵⁵ V. *Discurso PM abertura Simpósio ...*, 29 abr. 2009.

No prosseguimento do Simpósio ir-se-á deparar no entanto com uma ideia afim, posto que de âmbito mais lato, que era a de transformar o “antigo campo de concentração do Tarrafal” num “pólo de História de África”, que incluísse um “Museu da Liberdade com enfoque na vertente da Resistência”. A missão dessa entidade passaria assim a orientar-se por um “conceito mais amplo”.

A fim de precisar melhor esta concepção, adiantava-se ainda que se julgava preferível que o “Museu que se pretende criar em Cabo Verde, em vez de ser o Museu da Resistência Antifascista, fosse um Museu da Liberdade”, visto ser “a resistência um caminho para se chegar à liberdade”²⁵⁶.

O entendimento subjacente era o de que o programa a implementar devia ir ao encontro da pretensão anunciada pelo Governo de “tornar a antiga colónia prisional em Património Mundial da Humanidade”, pelo que uma concepção temática mais abrangente se coadunava melhor com esse objectivo.

Essa posição contribuiria também para reforçar a internacionalização do projecto, dada uma maior capacidade de mobilização, na qualidade de colaboradores da candidatura a promover, não só dos “membros da CPLP” como de outros países africanos.

A análise das “Recomendações” finais permite retirar ainda mais algumas conclusões quanto à sustentabilidade teórica que presidiu à sua elaboração, sendo aí detectável a necessidade de um maior apuramento do aparato conceptual subjacente.

A esse respeito, parece conveniente começar por assinalar a pretensão de que fosse assegurada “a integridade das instalações do Campo, tal como se encontravam no momento da sua libertação”²⁵⁷. O objectivo daí decorrente seria o da “manutenção do Campo como Memorial da Luta comum” dos povos nela envolvidos. A salvaguarda do testemunho e o propósito de lhe conferir um papel de intervenção cívica, perfilavam-se assim como dois pontos fulcrais das propostas formuladas.

Os tópicos aprovados compreendiam ainda aspectos afins, contemplando os domínios da investigação, da educação e dos custos de funcionamento.

A criação de um “Centro Internacional de pesquisas da Luta pelas Independências “daria seguimento ao primeiro desses objectivos. O aspecto educativo seria contemplado mediante a existência de “áreas dedicadas às Crianças e à Juventude para que possam aprender melhor a História”. Previasse igualmente a organização “nos terrenos adjacentes ao Campo de valências capazes de assegurar a sustentabilidade do Campo”.

²⁵⁶ V. *Tarrafal vira centro histórico ...*, 12May2009

²⁵⁷ V. *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal ...*, 8 de Maio de 2009.

Far-se-ia, por último, um apelo aos governos de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e Portugal para que os custos de “edificação e manutenção do Campo” ficassem a seu cargo, pelo que esses países assumiriam conjuntamente as despesas de investimento²⁵⁸.

Num tal contexto a proposta de criação “dentro do Campo de Concentração do Tarrafal, de um Museu da Resistência e da Liberdade” prefigurar-se-ia sobretudo como uma iniciativa de reforço do conjunto de medidas preconizadas²⁵⁹. A reconversão patrimonial deste lugar de memória, mediante aplicação do conceito de museu de sítio, não chegaria portanto a ser equacionada.

Estava-se assim perante uma concepção museológica restritiva, uma vez que as componentes mais significativas do testemunho em causa não seriam parte integrante do projecto anunciado.

A realização deste Fórum chegaria a ser entendida como um marco fundamental da evolução do Museu da Resistência, passando a estar-se depois disso perante um estabelecimento com características sensivelmente diferentes. Iniciava-se assim uma segunda fase dessa evolução, sendo a concepção de “museu transnacional” invocada como um factor determinante da mudança operada²⁶⁰.

Adoptava-se assim um horizonte cronológico diminuto, visto tomar-se como baliza da fase inicial o ano 2000, data de conclusão das obras de beneficiação do testemunho. Ignoravam-se portanto não só os antecedentes que remontavam aos anos oitenta mas também todo o processo de programação ocorrido na década seguinte.

Acresce que, tal como se poderá constatar pelas considerações que se irão seguir, as ideias debatidas no Fórum teriam consequências de ordem prática pouco sensíveis, pelo que o entendimento de que se passaria a estar perante um Museu com características substancialmente diferentes não parece de aceitar²⁶¹.

Com efeito, uma apreciação da continuidade da realização em análise permite constatar que os acontecimentos agora comentados teriam repercussões diminutas na sua evolução posterior, sendo no entanto de apreciar alguns dos desenvolvimentos subsequentes.

O primeiro ponto a destacar será o da atribuição à iniciativa de recursos humanos próprios, mediante destacamento como responsável de um docente do ensino secundário, situação que se viria a concretizar por ocasião do encontro²⁶².

²⁵⁸ Esta intenção seria expressa com maior intensidade num trabalho académico já citado em que seria proposto que a CPLP passasse a assumir a tutela do estabelecimento. V. MENDES, 2010, p. 95.

²⁵⁹ V. *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal ...*, 8 de Maio de 2009.

²⁶⁰ V. MENDES, 2010, p.73.

²⁶¹ V. MENDES, 2010, p. 72-74.

²⁶² Esse elemento encontrava-se destacado desde Agosto de 2008, tendo sido empossado em Maio do ano seguinte. Info. de Martinho Robalo de Brito, 26 de Março de 2010.

No plano interpretativo ocorreriam também medidas em que será de atentar, como a do encerramento do centro interpretativo, a funcionar havia quase uma década. O espaço seria reaproveitado como gabinete da direcção e como local de manutenção das colecções²⁶³.

Em sua substituição passar-se-ia a dispor-se de uma exposição permanente, instalada nos antigos pavilhões dos presos políticos angolanos e guineenses, cujos conteúdos resultariam da realização temporária congénere a que foi feita menção²⁶⁴.

A interpretação do sítio seria ainda objecto de contributos adicionais, como a colocação de um painel de síntese à esquerda do portão de entrada. De referir igualmente a identificação das antigas funções dos diferentes edifícios, recorrendo-se para tal a legendas, aplicadas em placas de acrílico, colocadas junto às portas de entrada²⁶⁵.

A organização de exposições externas capazes de promover, de modo alargado, o conhecimento do campo prisional e da sua história, constituiria outra manifestação decorrente do propósito de reactivação do projecto agora comentado.

Nessa linha será de começar por focar o plano internacional, fazendo referência à apresentação no Museu do Neo-Realismo, de Vila Franca de Xira, a partir de Abril de 2009, de uma exposição temática com apreciável dimensão e impacto. Pretendia-se mesmo conferir a essa iniciativa um carácter itinerante, o que não se chegaria a efectivar²⁶⁶.

A nível do país procurar-se-iam prosseguir realizações idênticas, tendo sido inaugurada no Centro Cultural do Mindelo, em Maio do ano seguinte, uma outra exposição dedicada à história do antigo campo prisional²⁶⁷. A cenografia baseava-se em fotografias e informação textual, colocados em quarenta e dois painéis flexíveis, o que facilitava o seu acondicionamento e transporte. Previa-se assim desde logo a sua itinerância, pelo que seria

²⁶³ Info. de Martinho Robalo de Brito, 26 de Março de 2010.

²⁶⁴ Numa das salas ocupadas por essa exposição esse esforço interpretativo seria ampliado posteriormente mediante apresentação de um vasto conjunto de documentos escritos colocados em mesas com os tampo cobertos por placas transparentes. De notar que se tratava de documentação pesada tida como pouco apropriada para integrar o discurso patente ao público.

²⁶⁵ Essa identificação teria lugar em fins de Maio de 2009 ou seja, logo após a realização do Simpósio referido. Info. de Martinho Robalo de Brito, 26 de Março de 2010.

²⁶⁶ De mencionar que essa exposição disporia de uma obra de acompanhamento intitulada *Tarrafal: Memória do Campo de Concentração*, acrescendo diversas acções de animação cultural. V. *Tarrafal: Memória do ...*, 2010.

²⁶⁷ Cumpre assinalar que já anteriormente tinham sido realizadas em Cabo Verde exposições relativas ao Tarrafal. Uma iniciativa desse tipo, intitulada “O Campo de Concentração do Tarrafal: Documentação Histórica” tinha sido promovida em 2007 pelo Arquivo Histórico Nacional em colaboração com a ACEP. V. MENDES, 2010, p. 75.

deslocada depois para Santo Antão, seguindo-se uma terceira apresentação na capital²⁶⁸.

Estando-se perante manifestações enquadráveis no âmbito museológico, parece de sublinhar o facto de o Museu da Resistência não figurar como entidade promotora de qualquer uma dessas iniciativas. Constatava-se desse modo um certo afastamento que poderá ser indicativo de alguma falta de dinâmica por parte desse estabelecimento²⁶⁹.

A candidatura a Património Mundial da Humanidade, do antigo Campo prisional, derivaria igualmente da realização do “Simpósio” de 2009, procurando-se conferir maior expressão ao propósito de internacionalização manifestado.

De recordar que o lançamento dessa candidatura tinha sido antecipado na intervenção do Primeiro-Ministro, proferida logo na sessão de abertura, tendo novamente como pressuposto um maior envolvimento no processo dos países presentes no acontecimento²⁷⁰.

Notícias posteriores iriam confirmar o início dos trabalhos preparatórios, pretendendo-se proceder à entrega da documentação necessária à UNESCO, no prazo de um ou dois anos²⁷¹.

A reorganização da orgânica governamental, sobrevinda em Março de 2010, voltaria a inserir a área da Cultura num contexto mais vasto, integrando no mesmo Ministério domínios como os do Ensino Superior e da Ciência, tidos como afins no seio do novo executivo. Na sequência dessas alterações operar-se-iam também mudanças a nível da administração central, gerando-se assim um novo cenário de evolução de um processo cuja dinâmica e potencialidades se tornavam difíceis de avaliar²⁷².

²⁶⁸ V. T.S.F., *Memória do Campo de Concentração ...*, 15 Maio 2010. A permanência dessa realização no Centro Cultural do Mindelo prolongar-se-ia por cerca de um mês. Seguir-se-ia a apresentação na Escola Técnica de Porto Novo, em Santo Antão, e posteriormente na Biblioteca Nacional da Praia. V. *Campo de concentração do Tarrafal: Exposição ...*, 28 de Maio 2010 e Info. Jorge Soares Silva, Director do Serviço de Património e Materiais da Presidência da República, Nov2010.

²⁶⁹ A primeira dessas exposições seria promovida pelo Museu do Neo-Realismo e pelas Fundações Mário Soares e Amílcar Cabral, tendo sido esta última a entidade promotora da segunda. V. T.S.F., *Memória do Campo de Concentração ...*, Maio 2010.

²⁷⁰ A importância atribuída a essa ideia viria a ser reforçada pelo facto de o discurso proferido ter sido inserido, com o título de “Um Património para a Humanidade”, na obra de promoção da campanha para as eleições legislativas disputadas no ano imediato. V. NEVES, 2010, p. 240-243 e tb. *Cabo Verde quer reconhecimento ...*, 29-04-2009, *Tarrafal: Discurso de José ...*, 9 de Junho de 2009 e NOGUEIRA, *Revisitar o Tarrafal*, Maio de 2009.

²⁷¹ A preparação da candidatura seria anunciada pelo então Presidente do IIPC e objecto de divulgação nos meios de comunicação social. V. *Cabo Verde prepara candidatura ...*, 7 de Janeiro de 2009, *Candidatura do Campo de ...*, 7 de Janeiro de 2010 e *Campo do Tarrafal: A Memória entre ...*, 26-04-2010.

²⁷² V. Resolução do Conselho de Ministros de 7 de Julho de 2010, nomeando novo Presidente para o Instituto da Investigação e Património Culturais. V. *Humberto Lima é o novo ...*, 12-jul-2010.

Na recomposição governamental seguinte, levada a cabo em 2011, o Ministério da Cultura seria recriado, não se vindo a constatar no entanto progressos sensíveis quer no andamento da proposta anunciada quer na implementação do estabelecimento em análise²⁷³.

Uma apresentação abreviada da evolução do projecto de reconversão museológica do sítio de Chão Bom permite constatar que a indefinição conceptual se antevia como uma insuficiência a salientar permanecendo omissa a necessidade de se vir a elaborar um programa global que importaria que fosse convenientemente debatido.

Reconversão museológica do sítio

Foi dito de início que a condução deste estudo teria como conceito de referência o de museu de sítio, tendo-se adiantado no entanto que se estava perante uma linha de orientação que carecia de uma maior consolidação tanto no plano conceptual como terminológico.

Pretende-se agora apurar a reflexão a que se procedeu mediante recurso a uma via aplicada o que implicará um acompanhamento da evolução do processo mediante análise dos sucessivos contributos de que tem vindo a ser objecto.

Incluem-se aí as explanações produzidas por sucessivos responsáveis, no exercício das respectivas competências, os escritos de vária índole que foram sendo divulgados, e a documentação programática elaborada. Acrescem naturalmente as obras de beneficiação, efectuadas em diferentes épocas, que constituem a faceta de maior impacto da evolução da iniciativa. Deste ponto de vista os comentários procurarão alargar-se às intervenções que tiveram lugar em datas recentes.

A selecção de um acervo, cuja reconversão museológica se deverá operar *in situ*, prefigura-se como fundamento do tipo de estabelecimento em causa, integrando-se igualmente na política de incorporações a desenvolver os bens móveis, não só de proveniência contextual como concebidos em função das necessidades de documentação e da cenografia a aplicar. Decorre daí a criação de um modelo sectorial específico, posto que compreendendo o leque de funcionalidades que tipifica o conceito de museu.

Exigir-se-á portanto que a estrutura criada disponha das chamadas áreas de retaguarda, inerentes aos registos documentais e à conservação, bem como à colocação em reserva dos testemunhos potencialmente mobilizáveis em contexto interpretativo.

²⁷³ V. Decreto- Lei nº 14/2013, de 1 de Abril.

Caso este conjunto de requisitos não se venha a efectivar, estar-se-á perante um projecto compreendendo a reconversão de valores patrimoniais *in situ*, mas que não irá conduzir à criação do modelo de organização e de funcionamento próprio de um museu.

Será assim de admitir que a valorização de um sítio possa gerar vias de intervenção diferenciadas, tendo como matriz o processamento padronizado de testemunhos inerente ao conceito de património²⁷⁴. Configuram-se dessa forma soluções alternativas, com ou sem transposição para o plano institucional, uma vez que poderão dar ou não origem à criação de museus.

Entende-se por conseguinte que se poderão gerar, fora do universo dos museus, cenários susceptíveis de assegurar o processamento dos valores patrimoniais de um sítio. De atender contudo a que se prefigurará sempre, como condição necessária, a obtenção dos concursos funcionais capazes de assegurar o padrão de processamento daqueles testemunhos que venham a ser integrados nos projectos empreendidos.

De mencionar aqui os chamados lugares de memória – “Gedenkstatte” em língua alemã – cujo tratamento seria evocado num pequeno estudo, relativo ao sítio histórico em causa. A posição assumida nesse contexto é a de que um espaço histórico deverá ser tido como lugar de memória desde que se esteja perante um testemunho autêntico, aberto ao público, detentor de uma exposição permanente e dando origem a um “programa de educação e pesquisa” prosseguido com continuidade. Esses lugares de memória passariam depois a integrar-se em redes susceptíveis de proporcionar a sua promoção e inter-colaboração, sendo esse outro aspecto a reter²⁷⁵.

Tratar-se-ia portanto de realizações próximas dos museus de sítio, importando averiguar qual a configuração da estrutura de suporte das funcionalidades indicadas.

Os chamados programas de musealização - já abordados em textos especializados ou mesmo postos em prática - procurariam enquadrar situações análogas, ainda que as propostas de definição desse conceito não tenham sido por enquanto objecto de consenso²⁷⁶.

²⁷⁴ Tem-se aqui em mente a feição operacional desse conceito, o que implica o estudo, selecção, conservação, interpretação e divulgação dos testemunhos que integram o universo de valores em causa. V. GOUVEIA e CARVALHO, 2003, p. 39-41.

²⁷⁵ V. GALLINARO, *s/d.*, p.123.

²⁷⁶ V. GOUVEIA e CARVALHO, *Musealização de sítios ...*, 2003, p. 19-28 e GOUVEIA, *Terminologia e conceitos ...*, 2003, p. 249-252. Como alternativa poderá prefigurar-se o recurso a um vocábulo como “patrimonialização”, fazendo-lhe corresponder objectivos e metodologias idênticos aos da “musealização”. Uma perspectiva de abordagem afim conduziria à formulação do conceito de “coleção visitável”, já consagrado na legislação portuguesa especializada, mas em que foi omitido o processamento de património imóvel. V. Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, Artº 4º, nº 1.

O panorama cabo-verdiano regista neste âmbito uma intervenção esclarecedora localizada no município de São Domingos. Em causa encontra-se a valorização de um trapiche, mediante trabalhos de conservação e arranjo do testemunho e da sua envolvimento, não se afigurando contudo que tenham sido previstos os apoios funcionais anteriormente apontados.

Em termos afins, julga-se que será de retomar aqui a proposta, já comentada, conducente à transformação do sítio num museu centrado na temática em causa. Não haveria então lugar ao processamento de testemunhos não deslocados, mobilizando-se sobretudo colecções patrimoniais móveis. Conforme foi dito, esta seria uma das propostas surgidas em debates relativos à realização em curso, tendo sido apresentada igualmente no contexto académico²⁷⁷.

A introdução de um comentário desta índole, numa rubrica preliminar como esta, afigura-se pertinente, uma vez que ainda não se encontram consolidadas, no âmbito do projecto em análise, as componentes funcionais inerentes à credenciação de um museu²⁷⁸. As intenções esboçadas tornam também mais compreensíveis as razões subjacentes à escolha do título adoptado para a presente versão deste ensaio.

Sucedo no entanto que a posição prevalecente ao longo de todo este processo se tem centrado na criação de um museu, pelo que será de acordo com os parâmetros daí decorrentes que se irá prosseguir com este estudo.

Uma breve reflexão em torno das denominações ou qualificativos, que têm sido propostos para este estabelecimento, afigura-se susceptível de proporcionar achegas significativas para a sua caracterização tipológica. Entende-se que uma tal questão decorre das considerações agora feitas, pelo que será esse o primeiro tópico a desenvolver.

²⁷⁷ Uma proposta formulada nesses termos surgiria numa dissertação recente, centrada no tratamento da memória do sítio. Muito embora se fale aí em reconversão do Campo num museu, o que se propõe na realidade parece ser o aproveitamento dos espaços edificados para instalação das suas componentes funcionais. De notar que a designação “museu de sítio” não é usada nesse trabalho, não se procedendo também a qualquer abordagem desse conceito. Particularmente elucidativa seria a inclusão no discurso de uma “proposta de serviços” em que se discrimina a afectação dos espaços existentes a “salas de exposição”, tanto permanentes como temporárias, a “serviços educativos”, a “acervo e reservas”, a “actividades de dinamização” e outros. V. MENDES, 2010, p. 84-86.

²⁷⁸ A apreciação preliminar da questão, inserida no Relatório da Missão de cooperação, efectuada em Setembro de 1998, levaria a que fosse desaconselhada “a organização no local de serviços de documentação e de outros sectores funcionais que integram as estruturas dos museus”. Aliviar-se-iam desse modo os encargos de instalação e funcionamento a suportar a nível local. V. GOUVEIA e LOPES FILHO, 2016, p. 9. No caso português as exigências inerentes à credenciação de museus foram estabelecidas na chamada “lei quadro dos museus”. V. Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto. Um propósito equiparável viria a presidir à elaboração em Cabo Verde de legislação visando finalidades análogas. V. Decreto-lei nº 30/2016, de 16 de Abril.

Os testemunhos a processar *in situ*, cuja caracterização se considera como um pressuposto da política de incorporações a pôr em prática no estabelecimento estudado, foram objecto de transformações acentuadas ao longo do período que se pretende documentar. Ao proceder-se a essa caracterização, dever-se-á ter em linha de conta o facto de a realidade, com que se depara actualmente, ser fruto de uma dinâmica que não poderá ser ignorada. Colocam-se desse modo problemas de índole diacrónica que se perfilam como um segundo tópico a apreciar.

Numa perspectiva afim, importará incluir também uma análise cronológica dos sucessivos contributos de que o processo de programação do estabelecimento tem vindo a beneficiar, procurando retirar daí algumas conclusões acerca da orientação que se procuraria imprimir a este projecto.

Recorrer-se-á para isso a parâmetros de presença obrigatória nesse processo, pois constituem os sustentáculos do modelo organizativo e funcional próprio do conceito de museu.

O aprofundamento dos textos programáticos detectados permite confirmar o protagonismo das componentes públicas e a secundarização das de retaguarda, decorrendo daí a opção de tratar de modo individualizado o relacionamento com os visitantes tema a que é dedicado o subtítulo final desta parte do trabalho.

A apreciação das componentes de retaguarda, na tríplice perspectiva da documentação, conservação e reserva, bem como dos espaços que lhe seriam afectados, não conduziria a um aprofundamento comparável, entendendo-se por isso que não carecia de um tratamento discriminado.

O tópico de encerramento centrar-se-á portanto no relacionamento com o público, avultando aí a interpretação dos testemunhos, nas suas diversas componentes e modalidades de concretização. Nesse âmbito serão ainda merecedoras de uma referência sumária questões como a do acolhimento dos visitantes e das actividades educativas e de animação.

De acrescentar, que estas perspectivas de abordagem proporcionam pontes para que se proceda à apreciação do projecto em função de uma possível estratégia comercial, situando-se numa linha afim o comentário ao papel que se lhe pretendia atribuir em prol do fomento local.

Enquadramento tipológico

Uma apreciação das denominações ou simples qualificativos que foram sendo atribuídos ao projecto museológico de Chão Bom, perfila-se como uma achega preliminar a ter em conta para uma clarificação da tipologia, missão e características do estabelecimento previsto.

A denominação de Museu da Resistência, avançada logo de início, remete para o domínio da história contemporânea, prefigurando-se assim a sua orientação disciplinar.

Torna-se também manifesto o propósito de lhe atribuir um papel de intervenção cívica, orientado por posições decorrentes dos afrontamentos que assinalaram de forma determinante o século findo. Serão esses os pressupostos que informam a interpretação da conflitualidade interna do Regime do Estado Novo e das lutas travadas em favor das independências dos territórios sob soberania portuguesa, duas questões tidas como temas centrais da realização.

Não surpreende portanto que, nos textos vindos a público, os comentários de índole temática se tenham sobreposto a um aprofundamento conduzido em função de parâmetros museológicos. A proposta de enquadramento tipológico nos chamados “museus de consciência” obedece igualmente a uma via de abordagem desta índole.

Decorre também daí a inexistência de aproximações comparativas com projectos patrimoniais e museológicos, distantes caso se tenha em atenção o assunto tratado, mas em que se verificam analogias no tocante à natureza e características do acervo e ao modelo funcional emergente²⁷⁹.

Ao contrapor-se a denominação adoptada oficialmente, a de Museu da Resistência, de clara ressonância temática, à qualificação tipológica como museu de sítio, coloca-se precisamente em evidência o dualismo que se pretende assinalar.

Houve ocasião de sublinhar um tal dualismo no comentário ao programa preliminar do Museu, da autoria de Rogério Ribeiro, datado de finais dos anos oitenta. A ideia de museu de sítio, implícita na proposta dada então a conhecer, não chegaria contudo a ser objecto de uma reflexão conceptual específica por parte do Autor, sendo essa uma posição que se viria a manter em contributos programáticos posteriores. Implícita estaria também uma linha de intervenção que haveria oportunidade de abordar.

O mesmo não se verificaria com o propósito de intervenção cívica, pois este seria materializado no plano arquitectónico. A construção de um elemento arquitectónico simbólico, então preconizada, daria mesmo origem

²⁷⁹ Têm-se aqui em mente os casos do sítio da Cidade Velha ou das casas históricas, que têm sido objecto de referências ao longo do texto. Numa óptica afim será de citar o caso de Pedra de Lume, na ilha do Sal, que o Governo pretende classificar como Património Nacional, posto que não tenha sido abordada a implementação de medidas de apoio inerentes. V. *Governo quer declarar ...*, Inforpress / Expresso das Ilhas, 15-10 -2011.

ao qualificativo de Museu Memorial a cuja apreciação se procedeu. De recordar, que esse elemento adicional continuaria a ser contemplado quando do relançamento da programação em meados dos anos noventa²⁸⁰.

Proseguindo com esta linha de apreciação, dir-se-á que os problemas tipológicos não têm tido um protagonismo adequado no panorama da museologia cabo-verdiana, exceptuando-se aqui a ideia de museu nacional.

Foi já sublinhado que se centra aí uma questão recorrente no contexto da especialidade, preocupação que contrasta com o tratamento conferido à temática dos museus de índole regional, pois esse é um domínio que não tem vindo a merecer um interesse comparável²⁸¹.

Parece derivar desses pressupostos o facto de o alargamento do panorama museológico cabo-verdiano, sob a tutela governativa da cultura, se ter vindo a operar sobretudo em função de parâmetros disciplinares e temáticos. De ressaltar aqui uma vez mais a inexistência de contributos advenientes do domínio das ciências biológicas

O relevo atribuído localmente a uma categoria tipológica recente como a das casas históricas foi já salientado, estando-se perante uma via de diversificação com potencialidades que se espera que possam vir a ser devidamente exploradas. Está-se aqui no entanto perante um universo que não atingiu ainda o grau de consolidação necessário para que possa ser tido como um novo sector da realidade museológica do país.

Poder-se-á explicar assim que as propostas apresentadas, relativamente ao caso em estudo, não se tenham situado numa linha de aprofundamento do conceito museológico que se lhes encontra subjacente. Nessa perspectiva, importará atentar nos conteúdos de duas expressões detectáveis nos contributos programáticos que foram sendo entretanto produzidos.

Em finais dos anos noventa o projecto em análise seria designado, na sua globalidade, por “complexo cultural e museístico”, entendendo-se que se pretendia desse modo conferir destaque ao modelo de competências proposto. Ao tomar-se como referência a ideia de museu, habitualmente perfilhada a nível local, ter-se-ia julgado conveniente escolher uma designação capaz de evidenciar os aspectos tidos como inovadores do programa elaborado. Em causa encontrava-se necessariamente o cariz desenvolvimentista da proposta, sendo este centrado no fomento do artesanato²⁸².

²⁸⁰ V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, s/d., p. 3.

²⁸¹ As posições assumidas por Nélida Rodrigues perfilam-se como excepções nesta matéria. V. RODRIGUES, 1991, p. 61-64 e 1994, p. 23-24.

²⁸² Daí a inclusão de um Centro de Artesanato, designado por “Centro de Desenvolvimento Artesanal” em documentação anterior. V. LÉON *et al.*, 1998, p. 5 e [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, s/d., p.7.

Uma outra denominação, a de “Museu da Resistência-Centro Cultural”, seria adoptada, em 2002 num documento elaborado com o intuito de viabilizar a continuidade do processo de implementação do estabelecimento²⁸³.

Ao recorrer-se a esta nova expressão, torna-se perceptível que se pretendia vincar a amplitude dos objectivos visados. A adopção de um papel de promoção de intercâmbios, debates e conferências, tanto de âmbito nacional como internacional, implicaria, no entender dos Autores do texto, a escolha de uma designação em conformidade²⁸⁴.

Afigura-se assim de concluir que se estava, em qualquer dos casos, perante qualificações susceptíveis de proporcionar uma melhor compreensão de algumas das características do projecto. Entende-se contudo que as expressões usadas não deverão ser tidas como susceptíveis de traduzir um apuramento das concepções museológicas que o sustentam pelo que revestem um alcance limitado.

Será portanto de repetir que o aprofundamento do caso em estudo se tem vindo a centrar numa abordagem de ordem temática, o que irá conduzir a uma última achega no âmbito desta sub-rubrica.

Nessa óptica será de recordar que teria lugar, em 2009, um evento visando a reactivação desta iniciativa museológica, a que presidia um claro propósito de internacionalização²⁸⁵.

As propostas de reapreciação temática, formuladas à data, seriam consequentes com a internacionalização pretendida, posto que fossem também susceptíveis de proporcionar uma acentuada renovação. Seria nesse contexto que viria a emergir o qualificativo de “Museu Transnacional”, utilizado de forma pertinente para sintetizar as preocupações em causa²⁸⁶.

Conforme foi sublinhado antes, pretendia-se desse modo vir a posicionar melhor o projecto no seio da comunidade dos países lusófonos, de modo a induzir os apoios daí provenientes que se julgavam indispensáveis. Essa orientação era consonante com o que se poderá qualificar como uma reformulação da missão do estabelecimento, visando conferir-lhe uma maior amplitude.

De notar, que se iriam patentear afinidades entre as duas propostas apresentadas nesse sentido, uma vez que ambas perfilhavam pressupostos que havia a intenção de reforçar.

Recordando comentários anteriores, adiantar-se-á que se começaria por advogar a transformação do “ex-Campo de Concentração do Tarrafal num

²⁸³ V. PEREIRA e BRITO, 2002.

²⁸⁴ V. PEREIRA e BRITO, 2002, p. 2-4.

²⁸⁵ V. *Simpósio Internacional sobre o Tarrafal*, (28-04 a 01-05-2009)

²⁸⁶ V. *Campo de Concentração do Tarrafal acolhe Simpósio...*, 21-abr-2009.

Museu da Resistência Antifascista e de Luta Anticolonial”. Sublinhava-se dessa forma o facto de se estar perante um testemunho com uma importância e significado relevantes para países cujas vicissitudes de um passado comum se pretendiam evocar²⁸⁷.

Essa concepção passaria no entanto a ser enunciada de um modo afim, posto que mais abrangente, ao dizer-se que “a ideia principal” deveria ser a de transformar esse local de memória num “pólo de história de África”, compreendendo um “Museu da Liberdade com enfoque na vertente da Resistência”.

Tal como foi referido, propunha-se dessa forma uma opção em favor de “um conceito mais amplo”, pois a escolha da denominação Museu da Liberdade, em detrimento de “Museu da Resistência Antifascista”, teria subjacente a ideia de que a “resistência foi um caminho para se chegar à liberdade”²⁸⁸.

Gerar-se-iam assim dois contributos consonantes, posto que ambos de índole temática, pelo que não adviriam daí consequências determinantes quanto à fundamentação museológica do estabelecimento a programar.

O objectivo visado seria sobretudo o de procurar gizar uma estratégia que fosse susceptível de proporcionar a possibilidade de se ultrapassar o impasse gerado e que a evolução mais recente do processo parece confirmar. De recordar no entanto a manutenção de preocupações tendentes à organização de uma unidade museológica moderna que houve ocasião de salientar.

Caracterização do testemunho

O exercício a que se pretende agora proceder, centrar-se-á nos testemunhos a processar *in situ*, visto serem esses aqueles que conferem especificidade aos acervos a processar.

Tal como foi assinalado, os sítios históricos deverão ser entendidos como lugares de memória das realidades culturais de que foram palco, pelo que a sua reconversão museológica pressupõe um tratamento como valores patrimoniais. Daí a necessidade de proceder à sua caracterização mediante parâmetros que permitam explicitar esse estatuto²⁸⁹.

²⁸⁷ V. *Discurso PM abertura Simpósio ...*, 29abr2009.

²⁸⁸ Essa posição seria formulada por Manuel Veiga, à data Ministro da Cultura de Cabo Verde. V. *Tarrafal vira centro histórico das lutas ...*, 12May2009.

²⁸⁹ O tratamento do sítio como um testemunho, que aqui se preconiza, exclui forçosamente a introdução nesse contexto de construções estranhas, sendo de rejeitar por conseguinte projectos de reconversão museológica orientados nesse sentido, tal como sucede, ainda que por razões de ordem funcional, na proposta de Monteiro Lima a que já foi feita referência. V. LIMA, 2010, p. 103-117 e figs. 43 e 45 a 47.

Nessa óptica deparar-se-á por certo com diferentes situações, uma vez que será variável o valor e significado das realidades objecto de intervenção. Haverá por isso casos em que o interesse documental que lhes é inerente orienta de forma determinante a reconversão a operar, paralelamente a outros em que se tornará admissível conjugar em tais casos uma interpretação minimalista com afectações de natureza diversa daquelas que lhes eram atribuídas anteriormente. Estar-se-á desse modo perante espaços considerados sobretudo como de instalação, pois as suas potencialidades interpretativas não são tidas como determinantes²⁹⁰.

Já foi sublinhado que a política de incorporações a definir para a reconversão museológica de um sítio terá como pressuposto inultrapassável o processamento de testemunhos não deslocados, o que confere especificidades à sua selecção, identificação e registo. Trata-se aqui de práticas do domínio da museologia aplicada que deverão ser adaptadas às particularidades deste tipo de situações.

Na definição de um sítio, tida como um passo obrigatório do processo de programação, emergem assim dois parâmetros determinantes, sendo um de índole geográfico-cultural e o outro de ordem cronológica.

No âmbito do primeiro, a inclusão de componentes significativas, localizadas fora do perímetro demarcado do campo prisional, poderia conduzir a descontinuidades na área sob controlo do estabelecimento. Tais descontinuidades são susceptíveis de ocorrer em entidades cujo acervo integra componentes territoriais alargadas, em que foram introduzidos posteriormente elementos estranhos, ampliando-se desse modo a diversidade da tipologia museológica. São conhecidos estabelecimentos designados na língua portuguesa por “museus polinucleados” e “museus multipolares”, posto que se esteja aí perante uma terminologia que não tem merecido uma aceitação generalizada²⁹¹.

Os terrenos da granja existente no tempo da “Colónia Penal” ou as residências, atribuídas outrora ao director e a responsáveis do Campo, situadas para além da estrada que liga o Tarrafal a Chão Bom, poderiam ilustrar este problema caso viessem a integrar o acervo do museu. No caso das residências essa seria a intenção manifestada de início, tendo esses imóveis transitado

²⁹⁰ O caso da reconversão da antiga prisão de Badajoz em Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo, parece exemplificar uma situação desse tipo, pois as intervenções profundas operadas no âmbito desse processo, conduziram a uma descaracterização notória do edifício original. V. LIMA, p. 63-67 e figs. 20-22.

²⁹¹ Tal como se procurou explicar em trabalhos precedentes a expressão *musée éclaté*, detectável na língua francesa, afigura-se mais precisa. V. GOUVEIA, *Terminologia e conceitos: ...*, 2003, p. 225-247. Essa designação seria aplicada ao “*musée de l’homme et de l’industrie: Le Creusot Monceau les Mines*”, V. *Un Musée éclaté ...*, 1973

depois para a responsabilidade da Presidência da República, pelo que deixariam de constituir espaços museológicos²⁹².

A formulação destas considerações fica a dever-se a uma possível falta de continuidade territorial do espaço controlado prefigurando-se desse modo questões no tocante à configuração do projecto a que importará atender.

Numa óptica afim daquela que foi focada, importará mencionar ainda o cemitério, em que foram sepultados aqueles que faleceram durante o encarceramento, sendo esse um tópico que suscita algumas reflexões adicionais.

Esse constitui um complemento da memória do lugar, cujo conhecimento deverá ser associado ao do Museu, posto que a integração no seu acervo de um lugar com restos humanos identificados envolvesse uma dimensão ética cuja ponderação se tornaria incontornável²⁹³. A notícia da trasladação desses restos mortais para um Memorial, edificado no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, acabaria por alterar o estatuto desse testemunho conferindo-lhe características com exigências diferentes²⁹⁴.

Passando agora à apreciação do critério decorrente da aplicação de parâmetros cronológicos dir-se-á que se geram aqui por certo maiores interrogações, pelo que importará conferir particular atenção a alguns dos seus possíveis desenvolvimentos.

No caso de um sítio, as balizas temporais do cenário cultural a evocar poderão cingir-se apenas a alguns dias quiçá a algumas horas ou remeter pelo contrário para intervalos de muitos milénios. A capacidade de documentação dos elementos remanescentes poderá assim traduzir, de um modo bastante variável, os horizontes cronológicos da realidade a interpretar.

Daí que haja períodos que os testemunhos disponíveis poderão documentar de modo adequado, posto que se possa deparar igualmente com omissões perturbadoras e com um leque documental a processar *in situ* manifestamente insuficiente.

A contextualização temporal desses testemunhos perfila-se assim como um parâmetro metodológico indispensável, pelo que se torna necessário avaliar o potencial interpretativo de que se dispõe.

Deparar-se-á assim com temas que não serão susceptíveis de vir a ser interpretados com base no processamento de testemunhos *in situ*, o que

²⁹² V. MARTINS, 1996, p. 278-279.

²⁹³ Os problemas inerentes a situações deste tipo têm motivado, a partir dos anos setenta do século findo, literatura especializada capaz de fornecer achegas para um desenvolvimento mais fundamentado deste problema. V. JENKINS, 2010.

²⁹⁴ Uma das sepulturas existentes nesse cemitério seria de um preso de delito comum pressupondo-se que este não seria incluído na trasladação mencionada.. V. DIAS, 2015, *Tarrafal ...*

dará origem a cenografias sustentadas por bens móveis ou em que se terá mesmo de recorrer a soluções cénicas concebidas em função dos desafios a enfrentar.

Nalguns sítios, aqueles que foram palco de acontecimentos episódicos, a sincronia será por certo preponderante, ainda que as transformações ocorridas possam ter produzido alterações muito sensíveis do cenário em causa²⁹⁵.

Será portanto em função das premissas apontadas que se deverá vir a proceder à caracterização do sítio, fundamentando-se dessa forma a política de incorporações a formular e a aplicar.

Poder-se-á promover aqui uma aproximação ao modelo do ecomuseu, em que a componente denominada “museu do tempo” viria proporcionar o recuo cronológico indispensável para que se pudessem conjugar tanto as visões diacrónica como sincrónica da realidade a interpretar. De precisar melhor este ponto dizendo que a cenografia dessa componente mobilizaria testemunhos de natureza diferente daqueles que de acordo com o pensamento de Rivière integram o chamado “museu do espaço”.²⁹⁶

Em Chão Bom está-se perante um testemunho conducente a um recuo temporal de três quartos de século, mas em que pouco mais de três décadas correspondem à afectação prisional. Especificando melhor, dir-se-á que se tem aqui em mente o período que medeia entre 1935, ano em que ocorrem os primeiros trabalhos preparatórios, a 2009, data em que o Museu seria aberto ao público²⁹⁷.

Acresce que o período de funcionamento como prisão política compreenderia duas fases separadas por um período intervalar – 1936 a 1954 e 1961 a 1974 – correspondentes a contextos históricos bastante diferenciados. Estar-se-ia face a situações distintas, pois a população reclusa começaria por se caracterizar pela presença de revolucionários oriundos da Metrópole, que seriam depois substituídos por prisioneiros resultantes da participação nos conflitos africanos entretanto deflagrados.

O início da primeira dessas fases poder-se-á reportar à escolha do local para instalação da Colónia Penal de Cabo Verde, tendo-se prolongado até 1954, ano de um primeiro encerramento²⁹⁸. Nesse contexto poder-se-á individualizar

²⁹⁵ O exemplo mais elucidativo deverá ser o dos *batle-field sites* ou de museus evocativos de conflitos nucleares onde os meios bélicos utilizados tornaram irreconhecível o cenário anterior, que só poderá ser evocado mediante recurso a documentação indirecta.

²⁹⁶ V. *Découvrir les écomusées ...*, 1984, p. 34.

²⁹⁷ V. VARELA, *Museu da Resistência ...*, 12Sep2007.

²⁹⁸ Tal decisão seria tomada, a 8 de Outubro de 1935, data do despacho do Presidente do Conselho de Ministros determinando que a construção da Colónia Penal tivesse lugar no Tarrafal. O encerramento seria determinado pela Portaria nº 14.684, de 31 de Dezembro de 1953. V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 27, 56 e 85.

o período de 1936 a 1938, em que as instalações eram provisórias pois estavam ainda em construção aquelas que viriam a perdurar.

Em 1961 seria criado o Campo de Trabalho de Chão Bom, dando-se início ao seu funcionamento, em Fevereiro de 1962, para “receber presos de Angola”²⁹⁹. Ser-lhe-ia atribuída parte das instalações existentes, permanecendo em actividade até 1 de Maio de 1974, data que é apontada habitualmente como termo da ocupação prisional do sítio³⁰⁰.

A extinção oficial só teria lugar a 19 de Julho de 1975, tendo sido enfatizada então a importância e o significado a atribuir à memória do lugar. Não seria contudo avançada à data qualquer intenção de se vir a operar a sua reconversão museológica³⁰¹.

Conforme foi dito, a proposta de criação de um museu viria a ser divulgada em finais dos anos oitenta, posto que só passada cerca de uma década é que fosse dado início aos trabalhos de organização que continuam por ultimar hoje em dia.

Depara-se assim com um período de ocupações transitórias que se prolongaria até à segunda metade da década de noventa. De adiantar que no decurso de uma vintena de anos ou seja, de meados da década de setenta a meados dos anos noventa, as alterações ocorridas carecem de significado do ponto de vista do tema tratado. Estava-se então num período, de ocupações circunstanciais ou mesmo de abandono, com consequências negativas no tocante à futura implementação de um projecto museológico que não poderão ser ignoradas³⁰².

²⁹⁹ V. LOPES, José Vicente, 2010, p. 19.

³⁰⁰ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 85 e *Tarrafal: Memória ...*, 2010, p.139-141. A afirmação de que a prisão teria sido reutilizada para presos políticos, após esse segundo encerramento, viria a público com alguma frequência, sendo essa uma questão que iria permanecer por elucidar por mais de uma vintena de anos. No discurso proferido quando da abertura do “Simpósio Internacional”, realizado em 2009, o Primeiro Ministro da altura faria uma alusão ao assunto ao pontificar-se a assumir as “responsabilidades políticas em tudo o que terá acontecido após a independência”. V. *Discurso PM Abertura Simpósio ...*, 29-abr-2009. Numa obra recentemente publicada a questão seria objecto de um esclarecimento mais aprofundado, confirmando-se a utilização das instalações para encarcerar prisioneiros políticos até à proclamação da independência. V. LOPES, José Vicente, 2010, p. 183-194. Posteriormente, tornar-se-ia possível contactar uma testemunha directa desse período final de funcionamento que confirmaria os encarceramentos políticos. Trata-se de um antigo oficial médico português que aí prestou então serviço. V. CABRAL, 2012, p. 350.. O assunto voltaria a ser focado num texto recentemente divulgado na imprensa. V. GRANADEIRO, *Tarrafal ...*, 14 de Agosto de 2010.

³⁰¹ A comissão nomeada pelo Ministro da Justiça competiria apenas “liquidar o património do Presídio e Campo de Trabalho extintos”, parecendo de tomar em atenção as designações utilizadas na legislação publicada na altura. V. Decreto-Lei nº 3/75, de 19 de Julho, Artº. 2º, b).

³⁰² De referir que seria no decurso deste período que se viriam a destruir, por decisão autárquica, as casernas que tinham alojado os agentes da PIDE, pretendendo-se aproveitar o terreno para edificação de um cinema. Esse projecto não chegaria contudo a concretizar-se, o que evitaria uma intrusão de monta na configuração do sítio. V. TAVARES, 2007, p.230 e GALLINARO, s/d., p.120.

Aquilo que se deverá designar hoje por memória do lugar tinha origem em movimentações de meados dos anos trinta, quando da realização dos estudos preliminares conducentes à transformação do local em instalação prisional³⁰³.

Essa tomada de decisão seria precedida de “um reconhecimento cuidadosamente feito por técnicos a diferentes ilhas do Arquipélago”, tendo-se acabado por chegar à “conclusão de que o lugar de Tarrafal, da ilha de Santiago, reunia as condições necessárias à instalação” da colónia penal prevista³⁰⁴. Foi elaborado depois o projecto arquitectónico que se desdobraria por “diferentes pavilhões para instalação apropriada dos respectivos serviços, agrupamento dos presos e separação dos diferentes grupos entre si”³⁰⁵.

A instalação da colónia penal era tida como urgente pelo que foi programada desde logo uma fase provisória, precedendo aquela que seria a definitiva. Esse faseamento permitia conciliar a necessidade de internamento urgente de reclusos com o “aproveitamento do trabalho destes na construção das obras necessárias”³⁰⁶.

Transitar-se-ia depois para execução da etapa provisória, em que as instalações continuavam a ser precárias, visto consistirem em barracas de lona facilmente degradáveis pelo desgaste a que estavam sujeitas. Esses alojamentos viriam a ser substituídos, em 1938, por barracas de madeira “mais higiénicas e confortáveis”³⁰⁷.

A edificação em pedra seria anunciada no começo de 1937, tendo ocorrido passado cerca de um ano a mudança dos presos “para os novos barracões de alvenaria”³⁰⁸. Procuravam-se assegurar desse modo as condições de funcionamento tidas como prioritárias e garantir a disciplina da prisão³⁰⁹.

³⁰³ As fotografias disponíveis documentam claramente esse cenário de arranque. V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 11 e 26 e *Tarrafal ...*, 2010, p. 36-37. A instalação em Santiago teria antecedentes na ilha de S. Nicolau e mesmo na de Santiago na chamada Ponta Temerosa, junto ao Farol Maria Pia, não havendo oportunidade de os pormenorizar no âmbito deste ensaio.

³⁰⁴ Tais condições contemplavam o “ponto de vista higiénico, de vigilância e dos recursos naturais de comunicações indispensáveis ao seu bom funcionamento”. V. Decreto-lei nº 26.539, de 23 de Abril.

³⁰⁵ V. Decreto-lei nº 26.539, de 23 de Abril.

³⁰⁶ V. Decreto-lei nº 26.539, de 23 de Abril.

³⁰⁷ O único edifício construído em pedra era então o da cozinha, mas que se encontrava na altura incompleto. V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p. 83. Estes segundos alojamentos provinham da cidade da Praia e da ilha de S. Nicolau. V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 12.

³⁰⁸ V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p. 123. Daí decorreria também um aumento de emprego para a população local, referido por alguns autores. V. TAVARES, 2007, p. 169 e LOPES, José Vicente, 2010, p. 88.

³⁰⁹ A cela disciplinar seria construída em 1937, reportando-se a esse ano as primeiras referências à sua utilização. V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p. 105 e LOPES, José Vicente, 2010, p. 114. Conhecida por “frigideira”, esta cela disciplinar viria a ser destruída após o encerramento da Colónia Penal nos anos cinquenta.

De assinalar que a presença de construções em pedra correspondia a uma alteração importante do ponto de vista patrimonial, uma vez que se passaria a estar perante testemunhos com maior perdurabilidade³¹⁰.

No chamado Campo Provisório da Colónia Penal de Cabo Verde iria ser introduzido nesta altura um primeiro elemento caracterizador do sítio, tendo sido definido o recinto prisional, cuja delimitação viria a manter-se.

Com efeito, começar-se-ia a abrir “uma vala a toda a volta do campo, com 3 metros de profundidade e 4 de largura”. O perímetro delineado passaria a ser rodeado por um talude, que se elevava “a três metros de altura acima do nível “ do terreno circundante. Esse talude era encimado por uma plataforma por onde circulavam as sentinelas³¹¹.

A componente das instalações, cuja designação era a de “Colónia Penal”, passava portanto a ser defendida por um fosso com banquetas, reforçado com uma vedação de arame farpado. Dum lado e doutro do portão de entrada viriam a erguer-se dois fortins, sendo a vala atravessada nesse local por uma ponte de madeira. Nos ângulos do recinto ficavam instalados postos de vigilância³¹².

Até princípios de 1939 foram também “realizados diversos trabalhos, considerados preparatórios da edificação do campo definitivo”, tendo tido lugar em parte na Vila do Tarrafal. Consistiriam em infra-estruturas beneficiando os acessos, o abastecimento de água ou o alojamento de agentes e de presos³¹³. No mês de Abril seria inaugurada a iluminação eléctrica exterior, mas que se encontrava já em funcionamento desde meados do ano transacto³¹⁴

Esta fase de instalação compreendia a construção de quatro casernas para detidos, o que começava a conferir ao arranjo interior do recinto prisional uma configuração próxima daquela que continua a apresentar³¹⁵.

Importará no entanto destacar que essa configuração comportava ainda aspectos precários, tal como viria a acontecer com as “3 casas de madeira servindo como oficinas para presos”, detectáveis em fotografias coevas, mas que acabariam por não subsistir³¹⁶.

Quanto à parte exterior torna-se possível constatar que se procedia nesta época à instalação de serviços como os de secretaria e arquivo ou de

³¹⁰ V. *Plano Director Municipal: Tarrafal de Santiago ...*, 2010, p.61.

³¹¹ V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p. 108 e 77-78.

³¹² Sobre o fortim da esquerda chegaria a ser construída uma barraca de madeira, utilizada como oficina de costura, instalando-se aí mais tarde um posto de rádio para uso dos presos. V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p. 78-79 e *Tarrafal: Memória ...*, 2010, p. 48 a 62.

³¹³ De assinalar a propósito a instalação de uma delegação da DGEMN, tendo como objectivo o acompanhamento do processo. V. *Tarrafal ...*, 2010, p.36-37.

³¹⁴ V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p.150 e 162.

³¹⁵ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p.15.

³¹⁶ V. *Tarrafal: Memória ...*, 2010, p. 44-45 e *Memória do Campo ...*, p. 14.

abastecimento de energia eléctrica, bem como à construção de casernas. No começo a enfermaria dispunha apenas de instalações provisórias de madeira, que seriam depois reforçadas mediante aproveitamento de um dos barracões de alvenaria³¹⁷.

Estava-se então perante o que era qualificado como um projecto provisório que deveria dar lugar a um programa definitivo. Essa ideia viria no entanto a ser abandonada por se entender que as condições existentes podiam satisfazer as necessidades previstas, bastando para tal que fossem completadas e objecto de algumas melhorias³¹⁸.

Essa era a razão pela qual acabaria por ser dada por concluída a intervenção no processo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tendo-se procedido ao encerramento da Delegação que havia sido instalada na povoação vizinha³¹⁹.

De sublinhar no entanto que o aspecto que o sítio apresenta hoje em dia só lhe viria a ser conferido por intervenções mais tardias, que tiveram lugar já na segunda fase de funcionamento.

Essa configuração seria consequência de um programa de obras dilatado, mas que progrediria a um ritmo lento, pelo que acabaria por se prolongar quase até ao final desta fase. Daí que a imagem actual do recinto corresponda apenas a um curto período da sua vigência.

Tais constatações permitem reforçar a importância a atribuir à dimensão diacrónica, quando do processamento dos testemunhos que integram um sítio. Tal como se constata no caso em estudo, poderão advir daí questões de ordem interpretativa com uma acentuada complexidade.

A informação disponível é susceptível de proporcionar uma panorâmica do local, datada de 1961 ou seja, quando do começo da segunda fase de ocupação, fornecendo assim matéria para início da análise a que se pretende agora proceder.

A área vedada tinha na altura um arranjo análogo àquele que ainda se mantém, posto que viessem a ser aí edificadas algumas construções adicionais.

De notar que nesta segunda fase permaneciam no campo os presos de delito comum, pois tinham aí continuado após 1954, vindo a partilhar as instalações com os primeiros prisioneiros políticos que seriam os de

³¹⁷ Essa instalação de reforço teria entre os presos a designação de “mitra”. V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p.134 e *Memória do Campo ...*, 2009, p. 45.

³¹⁸ *Memória do Campo ...*, 2009, p.15.

³¹⁹ Essa intervenção havia sido desencadeada em Janeiro de 1937, tendo o encerramento da Delegação dado origem a um Relatório, datado de 30 de Junho de 1940. V. *Dossier Tarrafal*, 2006, p. 92-93 e *Memória do Campo ...*, 2009, p.15.

proveniência angolana³²⁰. Essa circunstância tem consequências de ordem interpretativa que convém ponderar.

Optando por uma visão ampla da situação, dir-se-á que o arruamento central dividia o recinto em dois blocos que podiam ser isolados - tal como constava do projecto - situando-se ao fundo o novo posto de saúde.

Essa via de penetração, conhecida por avenida das Acácias, era ladeada à esquerda por um pavilhão, subdividido longitudinalmente em duas prisões, a que acrescia um edifício de topo com uma implantação perpendicular. Esse bloco estava equipado com instalações sanitárias, cozinha e lavandaria³²¹.

O bloco lateral direito possuía características análogas, posto que não dispusesse nem de lavandaria nem de cozinha.

O fosso circundante exterior tinha pequena profundidade, “encontrando-se mal colocada e parcialmente em mau estado” a vedação de arame farpado. Os “4 ângulos do recinto” tinham sido guarnecidos com guaritas para as sentinelas³²².

Por solucionar encontrava-se a instalação do pessoal administrativo e de segurança, tendo sido cedidas para tal “4 casas desmontáveis”, deslocadas da capital do território. Destinavam-se a secretaria e a residência do seu responsável, do ecónomo e do “chefe dos guardas dos presos de Angola”.

A zona envolvente exterior compreendia ainda a central eléctrica e uma caserna, subsistindo com carácter residual algumas barracas de lona³²³.

Poder-se-ia dizer, em síntese, que as instalações eram constituídas pelo “presídio propriamente dito” e por casas destinadas aos diversos serviços e a habitação do pessoal administrativo e de segurança. Os reclusos, tanto políticos como de delito comum, ocupavam portanto instalações vizinhas, posto que o chamado “Campo de Trabalho de Chão Bom” constituísse uma entidade autónoma³²⁴.

Os terrenos destinados a trabalhos agrícolas – antiga granja – tinham sido entregues aos Serviços de Fomento Pecuário, dando origem a um “Posto experimental”³²⁵.

³²⁰ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p.17. A manutenção de presos de delito comum numa prisão a que se pretende atribuir a designação de campo de concentração prefigura-se como um factor a ter em atenção.

³²¹ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p.17.

³²² V. *Memória do Campo ...*, 2009, p.17.

³²³ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 17 e 28-29. Tal como foi dito, a cela disciplinar, que parece ter sido pouco usada nos últimos anos da fase anterior, havia entretanto desaparecido. V. LOPES, José Vicente, 2010, p. 14.

³²⁴ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 17-18.

³²⁵ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 17.

Conforme foi dito, seria desencadeado a partir de 1965 um programa global de remodelação, abrangendo o Presídio e o Campo de Trabalho, que daria lugar a obras quer no recinto vedado quer nas áreas envolventes (*Fig. 1*).

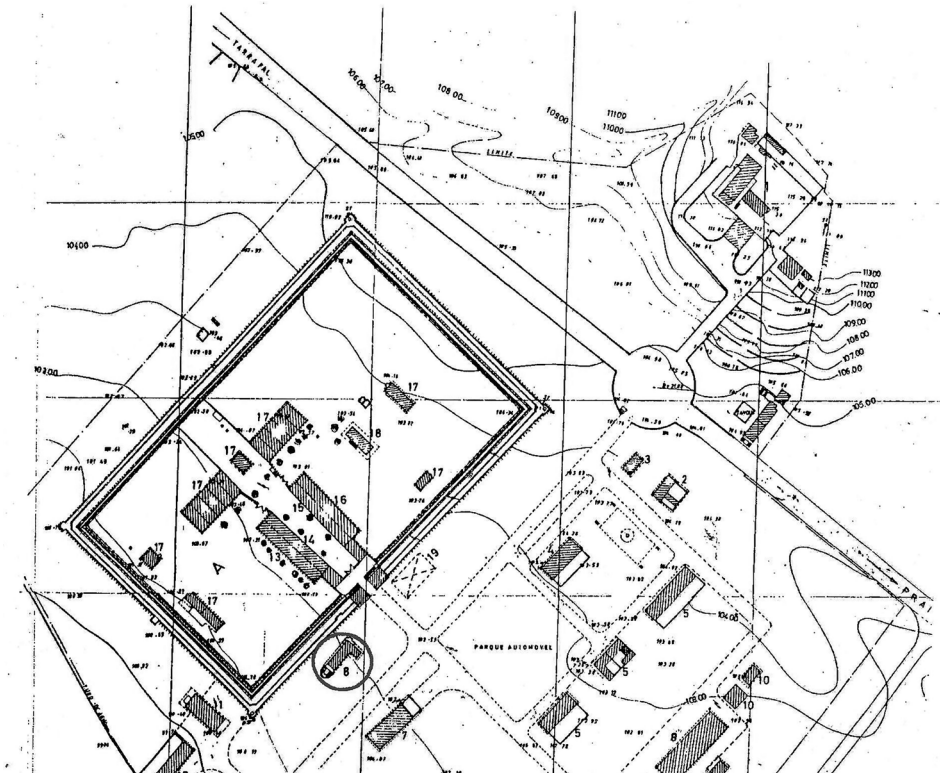


Fig. 1 – Planta do sítio, datada de 1965, havendo apenas a acrescentar a edificação de duas novas construções, no interior do recinto muralhado, antes do encerramento do campo prisional. Uma delas seria destinada a um depósito de lenha, tendo sido instalada na outra uma pequena biblioteca. No espaço exterior, à esquerda da entrada, encontra-se assinalado o edifício onde chegaria a funcionar um centro interpretativo.

As obras a realizar compreenderiam não só o que era designado por “reparações e modificações”, mas também a “construção de anexos”, originando assim novos edifícios³²⁶.

Na parte dessas obras localizada na área exterior seriam privilegiadas as condições de alojamento do pessoal administrativo, de segurança e do

³²⁶ Essas obras seriam discriminadas num “orçamento conjunto”, datado de 25 de Novembro de 1965, ficando aquelas que diziam respeito ao Presídio e a Instalações Militares a cargo da Província de Cabo Verde e as relativas ao Campo de Trabalho a cargo da Província de Angola. V. *Memória do Campo ...*, 2009, 18-19.

efectivo militar. Esses alojamentos situavam-se nos quarteirões definidos pela rotunda, construída no cruzamento da estrada de ligação de Chão Bom ao Tarrafal, com uma via perpendicular, que servia as necessidades de circulação interna³²⁷.

Nesses melhoramentos foram contempladas as moradias do director do Campo e do pessoal com cargos de chefia ou desempenhando tarefas especializadas³²⁸. Beneficiar-se-iam também a “camarata dos sargentos”, a caserna e refeitório dos soldados e o aquartelamento para guardas auxiliares. Acrescia um edifício de boa traça com um alpendre envolvente conhecido como “messe de oficiais”.

Quanto aos serviços proceder-se-ia à remodelação da central eléctrica e da secretaria, que passaria a dispor de um anexo para arquivo. Em local mais longínquo seria erguido o “depósito para pólvora e munições”³²⁹.

No interior do recinto vedado, em que permaneciam os condenados de delito comum, manter-se-ia a separação em dois blocos, vindo depois a ser aí alojados reclusos políticos angolanos, guineenses e cabo-verdianos³³⁰.

Esses blocos incluíam pavilhões prisionais e celas disciplinares, retretes e banho, bem como lavandarias, cozinhas e refeitórios. Os principais melhoramentos do recinto prisional seriam introduzidos nesta fase, sendo de salientar a construção de lavabos e de lavandarias, a canalização de água e a electrificação parcial do campo³³¹.

Tal como sucedia na área exterior as novas construções seriam pouco significativas, sendo de mencionar unicamente dois edifícios localizados logo a seguir ao pequeno corredor de entrada, de um e outro lado do arruamento central e que são identificados como instalações de celas disciplinares³³². De referir igualmente a construção no espaço do bloco esquerdo do campo, compreendido entre a “cozinha” e “arrecadações” e as “retretes”, de um

³²⁷ V. “Planta geral do Campo de Trabalho de Chão Bom”, *Memória do Campo ...*, 2009, p. 18 e Campo de Concentração de Tarrafal (Complexo Administrativo, Político e Prisional), MARTINS, 1965, p. 267.

³²⁸ As moradias destinadas ao director, chefe de secretaria, chefe dos guardas e ecónomo, ficavam para além da estrada que ligava Chão Bom ao Tarrafal. Noutra zona, igualmente afastada, situavam-se moradias para o encarregado da central eléctrica, enfermeiro, escriturário e guardas. V. V. *Memória do Campo ...*, 2009, p.18.

³²⁹ Presume-se que esse anexo tivesse vindo substituir a barraca de lona, bem visível em fotografias obtidas anteriormente. V. *Memória do Campo ...*, 2009, p.29 e 45.

³³⁰ V. MARTINS, 1995, p. 267 e LOPES, José Vicente, 2010, p. 15-19, 40 e segs.

³³¹ Tal ficaria a dever-se sobretudo a José da Silva Vigário, penúltimo director do estabelecimento. V. LOPES, José Vicente, 2010, p. 170-173.

³³² Sabe-se contudo que existia aí um pequeno compartimento, em que os reclusos recebiam visitas realizadas às quintas-feiras e domingos. V. MARTINS, 1995, p. 150.

“depósito de lenha”³³³. Mais significativa seria a edificação de uma sala de leitura, localizada no bloco contrário³³⁴.

Sucederia no entanto que o programa de obras agora descrito transitaria, em 1967, para uma nova etapa com acentuado impacto, consistindo no reforço da fortificação do recinto muralhado, o que viria conferir a essa componente o aspecto exterior imponente que ainda mantém. Um tal programa justificaria-se por razões de defesa contra ataques vindos do exterior, pois não era tido como necessário em termos de segurança interna³³⁵.

Haveria na altura informações quanto ao alargamento do teatro de operações da Guiné a Cabo Verde, mediante implantação da guerrilha na serra da Malagueta, situada na ilha de Santiago, residindo por certo aí a justificação desse plano de obras e da urgência com que viria a ser executado³³⁶.

A sua orçamentação dataria de 1968, tendo havido indicações, nos começos do ano seguinte, para que tivessem “início, o mais breve possível”. Nessas condições recomendava-se a sua execução por empreitada, competindo à Repartição de Obras Públicas de Cabo Verde” a elaboração do competente caderno de encargos e a abertura do respectivo concurso”³³⁷.

O aspecto fortificado, que se impõe hoje em dia como imagem de marca do recinto prisional de Chão Bom, reporta-se assim aos começos dos anos setenta do século findo, tendo sido na mesma altura que a fachada principal passou a ter a imagem impressiva que continua a oferecer (*Figs. 2-3*).

³³³ De acordo com a legenda da *Planta geral do Campo de Trabalho de Chão Bom*, datada de 1965, essas instalações destinavam-se a “reclusos de CV”. V. *Memória do Campo ...*, 2009, p.18 e 64. A cela de castigo conhecida por “holandinha”, ocupava o canto interior esquerdo da arrecadação anexa à cozinha. V. *Tarrafal: Memória ...*, 2010, p. 95 e 135.

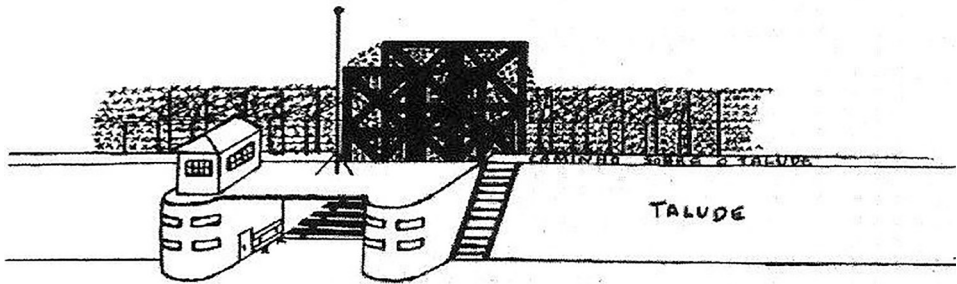
³³⁴ Essa construção encontra-se representada numa planta publicada por Pedro Martins em 1995. V. MARTINS, 1995, p. 266 e tb. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, 1997, p. 4.

³³⁵ V. *Memória do Campo ...*, 2009, p. 21 e LOPES, José Vicente, *Chão Bom de Tarrafal ...*, 2010, p. 114.

³³⁶ Numa entrevista concedida, em 2014, na qualidade de antigo graduado militar do PAIGC, Corsino Tolentino refere-se à preparação de grupos de combatentes que iriam desencadear a guerrilha em Santiago. Um primeiro contingente teria treino em Cuba, seguindo-se outro instruído em Odessa, na antiga União Soviética. A acção a empreender teria sido no entanto sucessivamente protelada visto considerar-se como muito provável a possibilidade de aniquilação desses contingentes gorando-se assim o intuito de expansão da guerrilha. Ainda de acordo com Corsino Tolentino o abandono do desembarque teria motivado controvérsias no relacionamento com Cuba tendo a ideia permanecido latente até princípios dos anos setenta. V. *Estávamos todos cansados da guerra, ...*[2014]. O tema voltaria a ser abordado em entrevista concedida pelo Comandante Manecas dos Santos, em 11 de Maio de 2017, a um diário lisboeta, tendo dito então que “ havia uma velha ideia de desembarcar em Cabo Verde, ainda bem que não levámos isso a cabo, se não era suicídio”. A opção tomada teria sido defendida por Amílcar Cabral tendo o “grupo de 230 e tal cabo-verdianos seguido para a Guiné-Conacri”. V. *A Guiné-bissau ...*, 21 de Junho de 2017.

³³⁷ V. Documentação publicada in *Tarrafal: Memória ...*, 2010, p. 118-119. Tais obras estariam já a ser executadas “por volta de 1970”. V. LOPES, José Vicente, *Chão Bom de Tarrafal ...*, 2010, p. 114-115.

ENTRADA DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO



Figs. 2-3 – Duas vistas da entrada do recinto prisional de Chão Bom que permitem constatar as alterações operadas na fachada principal ao longo do funcionamento do estabelecimento.

Daí que parte das construções subsistentes que têm sido objecto de recuperação tenha um alcance limitado, visto documentar apenas um período de funcionamento curto e tardio. De atender a que o sítio constitui um testemunho de trinta e oito anos da vida prisional, pelo que o facto de se estar perante elementos patrimoniais de relevo, mas que se reportam apenas a cerca de um décimo desse período, se perfila como uma dificuldade no tocante à concepção da via diacrónica do programa interpretativo.

De salientar a propósito que a degradação das construções, situadas no exterior do perímetro muralhado, se viria entretanto a acentuar consideravelmente, uma vez que não tem sido objecto de medidas de conservação apropriadas.

Particularmente elucidativo seria o caso do edifício referido como “messe de oficiais”, hoje totalmente arruinado, pelo que uma eventual reconstrução acarretaria encargos bastante avultados.

Julga-se assim de concluir que as potencialidades, inerentes à reconversão de valores patrimoniais *in situ*, revestem neste projecto condicionamentos apreciáveis.

Parece de ter ainda em atenção o facto de a importância documental dos testemunhos subsistentes se centrar na fase final de existência do campo, pelo que configura não só um horizonte cronológico limitado mas também com características de vivência particulares.

O tratamento dos bens imóveis, situados na área envolvente do recinto muralhado, deverá ser objecto da devida atenção, posto que permita um reaproveitamento com acentuada latitude. De atender contudo a que esta componente comporta testemunhos cujo significado não poderá ser ignorado³³⁸.

A central eléctrica constitui um desses testemunhos, cuja conservação tem sido descuidada, muito embora revista particular interesse do ponto de vista da história prisional uma vez que foi solicitado o concurso dos detidos para que se mantivesse operacional.

Tendo em atenção este exemplo, poder-se-á dizer em síntese que a reconversão museológica se prefigura como a opção mais aconselhável, sempre que os imóveis possam ser entendidos como marcos susceptíveis de proporcionar uma melhor compreensão do sítio.

A transposição desse critério para o plano aplicado suscitará no entanto dificuldades que exigem uma reflexão adequada. Nesta perspectiva o tratamento de construções com uma acentuada presença arquitectónica, muito embora com um valor menos pronunciado na qualidade de testemunhos terá de ser objecto de soluções muito cuidadas. Como exemplo será de mencionar precisamente a chamada “messe de oficiais”, a que foi feita já repetida menção.

Um testemunho como o da central eléctrica permitirá inclusive alargar o teor deste comentário caso se tenha em atenção que o interesse que reveste poderá variar em função de diferentes perspectivas de avaliação. Em causa encontra-se desde logo a sua possível importância do ponto de vista da arqueologia industrial, devendo atender-se igualmente às mudanças que viria a produzir na vivência prisional, bem como à circunstância, a que já se aludiu, de ter havido detidos ocupados na sua manutenção (*Figs. 4 - 5*)

³³⁸ Parece oportuno referir aqui que num projecto de “reconversão da penitenciária” em “Museu da Resistência”, delineado muito recentemente, a área envolvente do recinto muralhado não seria abrangida. V. LIMA, 2010, p. 103-117.



Fig. 4 – Existem na zona envolvente construções com menor interesse como testemunhos que importará integrar no programa de recuperação do sítio. Tal é o caso do edifício da antiga “messe de oficiais”, cujo reaproveitamento poderá contemplar a instalação de serviços acessórios no âmbito de um programa global a definir.



Fig. 5 - Muito embora situada fora do recinto muralhado, a antiga central eléctrica deveria prefigurar-se como um dos testemunhos a contemplar pelo programa interpretativo.

Está-se portanto perante um conjunto de factores cujos contributos interpretativos haverá que ter em linha de conta. Daí que os testemunhos subsistentes possam revestir uma importância e significado variáveis podendo vir a ser equacionadas diversas hipóteses quanto ao modo de processamento a adoptar.

A programação das intervenções a operar no tocante ao edificado existente em certas zonas controladas do sítio irá confrontar-se ainda com uma realidade incontornável. Tem-se aqui em mente o que se poderá qualificar como elemento humano ou seja a presença de população residente em parte das construções existentes como resultado de ocupações levadas a cabo no período pós-independência.

De salientar de novo que essas construções não revestem particular importância como testemunhos, afigurando-se todavia que a continuidade das ocupações desencadeadas não se prefigura como uma situação perdurável.

É sabido que uma parte do edificado contemporâneo do período prisional, englobando a residência do director e de alguns quadros, seria subtraída à tutela do sítio. Conforme foi comentado a descontinuidade geográfica facilitaria uma tal solução estando-se aí todavia perante uma medida que não se julga de repetir no tocante às construções agora em causa.

A possibilidade de se recorrer ao que foi já qualificado como aproveitamento museológico de todo o edificado, prevista na programação inicial, também não poderá ser retomada visto não se revelar compatível com o alojamento de agregados populacionais tão numerosos como aqueles que se encontram em causa³³⁹.

A possibilidade de atribuir o uso dessas construções a pessoal ao serviço do estabelecimento a criar perfilar-se-á sempre como uma solução admissível, posto que com um alcance limitado uma vez que beneficiaria apenas uma percentagem minoritária da população em causa.

De ter igualmente em atenção que o estado de degradação das habitações ocupadas não dispensa um programa de recuperação oneroso, o que aponta claramente para que a sua afectação se processe em prol do projecto.

Posto que irregulares as ocupações em análise perduram há já algumas décadas ocasionando um problema que não poderá deixar de ser equacionado ao ser dada sequência ao programa de reconversão do sítio. Será mesmo de admitir que venha a ser concedido à implementação da opção prevista um prazo de execução dilatado, o que não impedirá todavia que o problema focado

³³⁹ Tal como consta do programa apresentado por Pedro Martins as residências situadas para além da estrada que liga Tarrafal a Chão Bom, serviriam para instalar o “Centro de Administração e Documentação do futuro Museu”. (Planta Geral do Campo de Concentração do Tarrafal) V. MARTINS, 1995, p. 267.

continue a permanecer em aberto. Consta-se assim que o elemento humano, anteriormente referido, confere à elaboração deste programa patrimonial uma feição interventiva no plano social a que não deverá deixar de ser atribuída a devida ênfase.

A fim de se poder concluir este exercício de caracterização do sítio importará que seja feita menção a um programa de obras iniciado em 2015, tendo prosseguido nos começos do ano imediato. Esse programa seria anunciado conjuntamente por Cabo Verde e Portugal, em meados desse ano, prefigurando-se assim como a reactivação do esforço de cooperação entre os dois países que havia sido desencadeado nos anos noventa do século anterior e que foi já objecto de apreciação³⁴⁰.

Uma análise objectiva permitirá concluir que esta iniciativa acabaria por se limitar a um programa de intenções, muito embora se tenha chegado a projectar no domínio aplicado, sendo de salientar ainda que viria a revestir um aparato oficial de relevo, digno de apreciação.

O começo de execução dos trabalhos encetados seria impulsionado pela administração cabo-verdiana, o que poderá constituir um indicativo do empenho que suscitavam a nível local. Esse empenho não impediria contudo que se viesse a deparar com uma actuação inconclusiva posto que merecedora de comentário.

Uma circunstância adversa, porventura mesmo determinante, resultaria da mudança de Governo então operada em Cabo Verde, tornando-se perceptíveis alguns sintomas de alheamento por parte do novo executivo uma vez que não voltariam a ser feitas por parte dos órgãos competentes quaisquer referências a uma possível retoma dos trabalhos³⁴¹.

A fim de que este assunto possa ser objecto de melhor esclarecimento parece de delinear a sua contextualização, afigurando-se oportuno referir a tal respeito algumas notícias de origem cabo-verdiana em se dava conta de que o “antigo campo de concentração do Tarrafal tinha atingido um estado de degradação bastante avançado”³⁴².

Relativamente àquela que poderá ser designada por componente museológica do sítio a situação era considerada como preocupante. Com efeito, a informação vinda a público era a de que o “Campo se encontrava praticamente

³⁴⁰ Esse anúncio competiria ao Ministro da Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio de Sousa e ao Secretário de Estado da Cultura de Portugal, Jorge Barreto Xavier, chegando este a deslocar-se a Cabo Verde numa missão de que um dos objectivos seria o da promoção deste projecto. V. *Obras no Tarrafal ...*, 19-01-2016.

³⁴¹ Com efeito, nas eleições legislativas, realizadas em 20 de Março de 2016, o partido no governo que era o PAICV seria derrotado passando o MPD a ser responsável pelo novo executivo que entraria em funções a 22 de Abril seguinte.. V. *Cabo Verde: Eleições ...* DW [Março de 2016].

³⁴² V. DIAS, *Tarrafal "Campo ...*, 2015..

ao abandono”, encontrando-se instalada “num mal conservado museu a memória de centenas de antifascistas portugueses e nacionalistas africanos ali encarcerados”³⁴³.

As circunstâncias negativas a que se acaba de aludir poderão contribuir para justificar o empenho com que se viria a deparar na recuperação do sítio o que parecia prenunciar nova tentativa de mobilização do apoio concedido pela cooperação portuguesa a um projecto que parecia ter permanecido entretanto em estado latente.

Essa junção de esforços havia já produzido resultados positivos nos anos noventa, tendo sido citada como um factor a reativar quando dos vários processos de recuperação do sítio ensaiados posteriormente.

As preocupações de internacionalização, procurando envolver o apoio de outros países lusófonos manter-se-iam também mesmo que as expectativas a tal respeito passassem a revestir uma feição mais modesta³⁴⁴.

De adiantar que, muito embora as obras de arranque tivessem sido feitas em estreita articulação com o Instituto responsável pelo Património Cultural, a sua execução não parece ter obedecido a uma programação previamente delineada acabando mesmo por vir a ser prejudicada por erros técnicos de que resultariam desabamentos na antiga Secretaria tendo como consequência o desaparecimento do piso elevado. Tal como foi dito, essa construção havia sido ocupada durante algum tempo por um centro interpretativo, o que lhe conferia particular significado³⁴⁵ (*Figs. 6 e 7*).

Ainda que só se tivesse vindo a prolongar por um curto período a intervenção em causa incidiria não só no interior do recinto muralhado mas também no espaço controlado envolvente tendo sido nessa área que se viriam a operar os resultados mais relevantes.

No tocante ao primeiro dos aspectos agora focados será de citar o arranjo do arruamento central, também conhecido por avenida das Acácias, bem como a adaptação das duas salas que ladeiam o pequeno túnel de entrada, passando a da esquerda a constituir um espaço de “media” e tendo-se procedido na da direita à montagem de uma componente expositiva. Procurava-se introduzir assim um elemento interpretativo capaz de facilitar o relacionamento com os visitantes.

³⁴³ V. DIAS, *Tarrafal "Campo ...*, 2015 e *Especial 40 anos de independência...*, 29Junho de 2015. De destacar aqui que a condição de centro interpretativo dessa componente permanecia ignorada muito embora o Ministro da Cultura, em funções à data, tivesse chegado a pôr essa medida em andamento. A diferente filiação partidária poderá explicar um tal alheamento.

³⁴⁴ V. Os países lusófonos cujo envolvimento se pretendia assegurar eram Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, posto que não fosse previsto qualquer calendarização a esse respeito. V. *Portugal ajuda Cabo Verde ...*, Julho 8, 2015.

³⁴⁵ V. *Obras no Tarrafal ...*, 19-01-2016 e *Obras descaracterizam antigo campo ...* 18Jan[2016]



Fig. 6 – Estado actual do edifício da antiga secretaria, posteriormente instalação de um centro interpretativo. Junto foi colocado um painel de identificação.

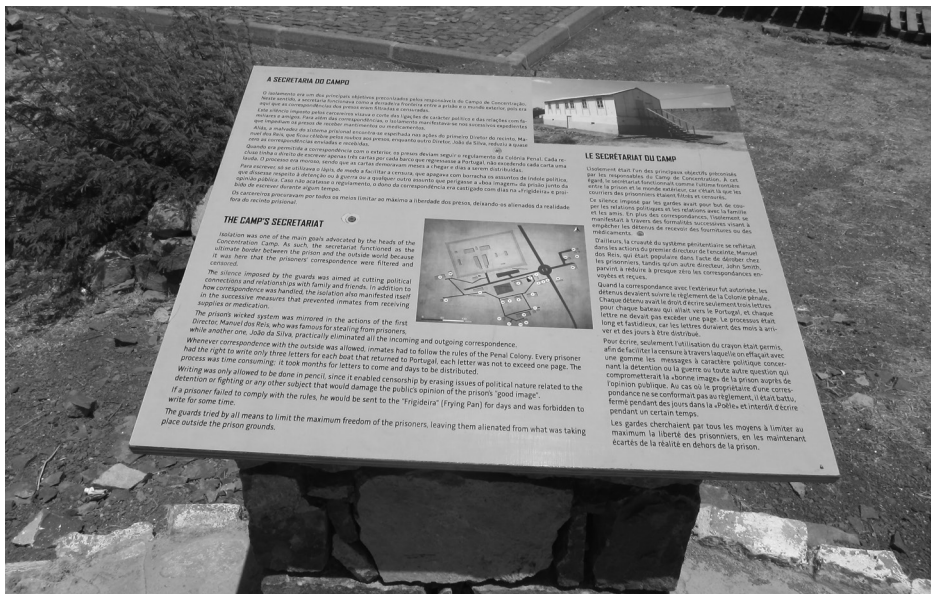


Fig. 7 – Vista aproximada do painel identificando a instalação da antiga secretaria. Inclui uma fotografia do edifício, anterior ao desabamento ocorrido, e a localização relativamente ao recinto muralhado

Na área controlada, exterior ao recinto muralhado, seria organizado um itinerário de visita com base em painéis interpretativos verticais. Essa medida seria extensiva ao local de ingresso no recinto prisional ficando aí colocado um elemento idêntico contendo uma inscrição em que passava a ser atribuído ao estabelecimento a denominação de Museu do Campo de Concentração do Tarrafal³⁴⁶(*Figs 8 e 9*).



Fig. 8 - Painel situado à entrada do recinto prisional conferindo ao estabelecimento a denominação de “Museu Campo de Concentração”.

Posto que não tenha sido detectável por enquanto uma explicação concludente para esta mudança de denominação poder-se-á aventar a hipótese de que se pretendesse por esse meio conferir ao projecto um impacto susceptível de facilitar uma maior captação de apoios

A criação desse percurso interpretativo exterior bem como o arranjo da entrada exterior pareciam confirmar que o relacionamento com o público se perfilava como uma preocupação dominante do conjunto de medidas postas em prática³⁴⁷.

³⁴⁶ De comentar a propósito que, muito embora consagrada no local essa alteração parece não ter sido oficializada em termos legislativos, estando-se desse modo perante uma medida que deverá ser objecto de esclarecimento, inclusive porque a denominação Museu da Resistência continuaria a ser usada . Info de José Maria Almeida, funcionário superior do AHN, confirmada por Maria Eugénia Alves, técnica superior do IPC. V Mail de José Maria de Almeida de 16 de Maio de 2017.

³⁴⁷ Julga-se possível relacionar a criação desse percurso interpretativo com colocação de placas de identificação nos testemunhos edificados, localizados no interior do recinto muralhado, posto que se



Fig. 9 - Entrada da área controlada, vendo-se à esquerda parte do edificado e o painel dando início ao percurso interpretativo.

Julga-se oportuno sublinhar aqui que a execução do programa parecia encontrar-se uma vez mais dependente do concurso da cooperação portuguesa, o que acabaria por não se efectivar, residindo aí por certo uma razão preponderante para que fosse interrompido. A insuficiência das potencialidades locais no tocante à capacidade de sustentação de um plano de obras mais exigente, já enfatizada anteriormente, continuaria a prefigurar-se como uma barreira extremamente difícil de ultrapassar,

A fim de que se possa perceber melhor essa situação de dependência julga-se aconselhável referir com algum detalhe o aparato oficial já sublinhado. Nesse particular será de evocar a inauguração do Museu, dito agora do Campo de Concentração do Tarrafal, destacando o papel então conferido à representação portuguesa³⁴⁸.

estivesse aí perante medidas distanciadas no tempo. Trata-se contudo de uma hipótese relativamente à qual não foi possível obter confirmação.

³⁴⁸ Justificar-se-ia assim o lugar de destaque atribuído a membros do Governo de Lisboa nas cerimónias que oficializaram a inauguração do então chamado Museu do Campo de Concentração do Tarrafal. Presentes para além do primeiro-ministro português António Costa, os ministros Augusto Santos Silva e João Soares, bem como Manuel Machado, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Acrescia o dirigente histórico comunista Domingos Abrantes .V. *Inauguração do Museu ...*, 21-01-2016.

De acordo com o que foi divulgado pela comunicação social seria o primeiro-ministro português a assumir o protagonismo do evento, tendo proferido na ocasião um discurso em que enalteceu “os lutadores pelas independências africanas” e defendido a posição de “que só é livre quem os outros liberta”³⁴⁹

Estas manifestações de apreço permitem depreender não só a importância simbólica conferida à cerimónia, mas também as expectativas que por certo se lhe encontravam subjacentes.

Pareciam encontrar-se assim reunidas as condições que iriam possibilitar que fosse dada continuidade ao plano de obras em curso, malgrado as insuficiências programáticas e os percalços ocorridos no decurso da sua execução.

Nesse sentido havia pois que proceder à constituição da equipa prevista para accionar o que era designado por “musealização final do antigo campo de concentração”, transitando o projecto para uma fase de concretização mais avançada.

O protocolo de cooperação luso-caboverdiano que havia sido entretanto preparado constituía como que a cúpula política do programa museológico visado tendo sido assinado a 10 de Julho antecedente³⁵⁰.

Conforme foi dito, as razões que terão levado à suspensão de um processo de colaboração que se afigurava promissor carecem ainda de um melhor esclarecimento importando igualmente vir a perceber qual a posição assumida pelo novo executivo. Com efeito, tendo decorrido mais de um ano após a sua tomada de posse, não se conhecem ainda informações acerca de possíveis desenvolvimentos da iniciativa o que parece prenunciar uma situação susceptível de gerar alguma perplexidade.

Muito embora se julgue aconselhável que seja mantida por enquanto uma posição cautelara, será de recordar aqui que os antecedentes conhecidos, quer no tocante à evolução do caso em estudo quer em termos do panorama cabo-verdiano da especialidade não deixarão de suscitar porventura algumas inquietações.

Dada a atenção que têm suscitado ao longo deste ensaio os problemas de carácter terminológico e conceptual será por certo pertinente introduzir, como remate a este comentário, uma referência dessa índole motivada pela expressão “musealização do campo” utilizada de forma repetida como qualificativo do programa de obras agora apreciado³⁵¹.

³⁴⁹ V. *Inauguração do Museu...*, 21-01-2016.

³⁵⁰ V. AF/ZS, Inforpress/Fim

³⁵¹ V. COTRIM, 8/7/2015, *Portugal ajuda Cabo Verde ...*, Julho 8, 2015 e *Obras descaracterizam antigo ...*, 18Jan[2016]. De notar que neste último texto se fala em “musealização ou restauração do ex-campo de concentração do Tarrafal”.

Para o Governo de Cabo Verde encontrava-se em causa o “primeiro processo de musealização *in situ*”, permitindo “um trabalho integrado entre a valorização do património edificado” e a população local que ocupava algumas construções marginais³⁵².

Ao recorrer-se a essa terminologia poder-se-á dar a entender que se pretendia atribuir aos valores patrimoniais em causa um processamento equiparável àquele que era ministrado ao acervo a incorporar num museu. Focava-se também o intuito de associar a população residente a esse processo permanecendo todavia por equacionar o modo como se viria a concretizar essa participação.

Uma reflexão sumária acerca do termo musealização e da concepção subjacente parece indicar que se estava perante a atribuição de um estatuto museológico a valores patrimoniais mais amplos e diversificados. Implícito encontrava-se também o problema, já comentado anteriormente, do enquadramento tipológico e caracterização da entidade planeada.

O alargamento do projecto aos testemunhos localizados na área controlada exterior ao recinto muralhado prefigura-se por isso claramente como um aspecto a reter no contexto do programa de obras que se procurou apreciar.

Esses testemunhos passariam a ser parte integrante do acervo do estabelecimento em organização e como tal objecto de medidas de conservação e interpretação. .

Comprovava-se também desse modo a falta de um esforço de reflexão que se afigura indispensável para que se possa fundamentar convenientemente o programa de índole museológica a delinear³⁵³.

Metodologia da programação

O estudo do projecto museológico de Chão Bom remete actualmente para um horizonte cronológico de aproximadamente trinta anos. No decurso dessas três décadas são detectáveis contributos programáticos, cuja sequência e conteúdos serão de ter em atenção uma vez que possibilitam uma avaliação metodológica do processo gizado que se afigura indispensável³⁵⁴.

³⁵² V. *Relatório de Gestão 2011 a 2016*, p. 60.

³⁵³ Os vocábulos musealizar e musealização seriam usados em 2013 por ocasião de uma Conferência sobre a Rota dos Presídios do Mundo realizada no Tarrafal. Da documentação consultada não se torna possível obter ilações acerca dos conceitos subjacentes. V. QUEIROZ, *Historiadores portugueses e africanos ...*, 01/11/2013.

³⁵⁴ Aos contributos analisados poder-se-ão adicionar as propostas apresentadas em trabalhos académicos recentes, mas que não se inserem no processo de programação que se pretende focar. Contêm no entanto aspectos merecedores de observações pontuais, que têm vindo a ser expressas ao longo do texto. V. LIMA, 2010 e MENDES, 2010.

Torna-se possível constatar que os contributos dessa índole remontam à segunda metade dos anos oitenta, inserindo-se num processo de colaboração com entidades portuguesas, que se iria prolongar pela década seguinte. Essa colaboração não conduziria no entanto ao desempenho de um papel determinante por parte da cooperação lusa, acabando esta por ser canalizada para o plano financeiro.

Nesta óptica poder-se-á dizer que só no decurso da fase preliminar do projecto é que surgiriam propostas significativas coadjuvadas por parceiros portugueses, em que se procuraria conferir à iniciativa uma orientação que não teria seguimento.

Já foi referido que se tem apenas um conhecimento indirecto da documentação produzida de começo, posto que a informação disponível permita considerar que os objectivos e orientação programática então definidos mantêm acentuado interesse³⁵⁵.

A evocação histórica, inerente à memória do lugar, proporcionaria um papel cívico mobilizador que aproximava o futuro estabelecimento de concepções museológicas de cunho intervencionista. Poder-se-á mesmo considerar que essa feição seria reforçada pelos benefícios previstos em favor da população local. Acresce a prefiguração de um museu de sítio, dada a inclusão de testemunhos do domínio do património imóvel que se iria manter como vector de orientação deste ensaio malgrado as interrogações que possa suscitar³⁵⁶.

O processo preliminar gizado não viria contudo a ter continuidade, pelo que se seguiria um período intervalar só ultrapassado na década imediata.

A retoma desencadeada nos anos noventa daria origem a um conjunto de documentos, resultantes da intervenção de diferentes protagonistas, tornando-se patentes todavia as ligações entre os seus conteúdos.

Nesse novo contexto o projecto, inicialmente de cunho privado, passaria a dispor do apoio e enquadramento oficiais, sendo esse um passo que importará sublinhar.

O historial sumariamente traçado permite destacar a importância dessa retoma, de que se conhece presentemente o teor dos dois documentos de arranque. O primeiro seria qualificado como um *Ante-Projecto do Museu*, tendo sido adoptado para o segundo o título de *Projecto do Museu*, expressão que aponta para que se esteja em presença de dois contributos sequenciais³⁵⁷.

³⁵⁵ Posto que revista o maior interesse, uma apreciação metodológica mais rigorosa destes primeiros contributos só será possível na sequência da recuperação desses materiais. De mencionar aqui a documentação integrada no espólio de Rogério Ribeiro a que se não consegue por enquanto ter acesso.

³⁵⁶ V. NUNES, *Rogério Ribeiro ...*, 1989.

³⁵⁷ V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, s/d. e [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, 1997. A elaboração desses materiais seria precedida pela realização de trabalhos de terreno, que teriam

O enquadramento deste último comprovava a transição da iniciativa para o âmbito da administração central³⁵⁸.

O apuramento metodológico, que a índole destes contributos evidencia, deverá ser atribuído à intervenção do arquitecto Pedro Martins, cujo papel na reactivação dos trabalhos se revelaria determinante, visto estar-se perante documentação da sua autoria³⁵⁹. Uma forte ligação pessoal e afectiva ao testemunho permitirá compreender o empenho que animava essa intervenção, sendo de ter igualmente em linha de conta os conhecimentos obtidos no domínio museológico ao longo da sua formação académica e profissional³⁶⁰.

As alterações então ocorridas na composição do Governo do País iriam proporcionar uma intensificação do apoio dispensado, podendo afirmar-se que a programação se viria a desenvolver em moldes que poderão qualificar-se como de parceria entre o domínio público e o privado.

O contributo oficial teria como protagonista o Gabinete de Salvaguarda do Património, um organismo especializado que passaria a integrar a orgânica ministerial cabo-verdiana. No leque de incumbências desse Gabinete figurava a de “criar e gerir museus e espaços museológicos”³⁶¹.

Já nos começos de 1998 seria apresentado pelo Ministério da Cultura, através do Gabinete citado, um *Projecto de Restauro* visando a instalação do Museu no antigo complexo prisional³⁶².

O conteúdo deste documento permite comprovar uma articulação com o *Projecto* imediatamente anterior, evidenciando-se assim não só uma linha de continuidade dos trabalhos, mas também a colaboração entre a iniciativa privada e o domínio oficial³⁶³.

lugar em Julho e Agosto de 1996. V. P. Martins – Arquitectura, Engenharia & Gestão, *Campo de Concentração do Tarrafal: Levantamento da Planta do existente*, 1996.

³⁵⁸ Com efeito, o chamado “dono da obra” seria o Ministério da Educação, Ciência e Cultura, tendo como titular José Luís Livramento Monteiro de Brito. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, 1997.

³⁵⁹ De acordo com as declarações de Pedro Martins, um dos responsáveis pela iniciativa - transcritas numa publicação recente - as primeiras diligências empreendidas em prol do relançamento do projecto museológico então latente, não teriam beneficiado da receptividade esperada. V. LOPES, José Vicente, *Chão Bom de Tarrafal ...*, 2010, p.315-316.

³⁶⁰ Oriundo do município de Santa Catarina da Assomada, por si considerado como a “vanguarda do partido na clandestinidade”, o arquitecto Pedro Martins ficaria preso em Chão Bom de 24 de Março de 1971 até 1 de Maio de 1974. V. MARTINS, 1975, p. 157 a 169. Licenciado em Arquitectura pela *University of Arizona* obteve o Mestrado em Gestão de Empresas pela *Columbia University of New York*. V. MARTINS, 1975.

³⁶¹ Esse Gabinete fazia parte da Secretaria de Estado da Cultura, que integrava o Ministério da Educação, Ciência e Cultura então existente. V. Decreto-Lei nº 97/97, de 31 de Dezembro, Artº 1º, nº 2, alínea p).

³⁶² V. LÉON HEREDIA e ALVAREZ FERNANDEZ, *Projecto de Restauro ...*, 1998.

³⁶³ De assinalar que este documento se encontra subscrito apenas pelos cooperantes cubanos Martha de Léon e Hector Alvarez, posto que em parte das suas rubricas se limite a transcrever o texto apresentado por Pedro Martins em 12-8-1997.

A fase de programação agora em análise iria conduzir, decorrido pouco mais de meio ano, à apresentação, sob a designação genérica de *Dossier*, de um contributo programático mais elaborado que deverá ser tido como uma peça fundamental de todo o processo³⁶⁴. Com efeito, foi assinalado na evocação histórica a que se procedeu antes, que seria com base nesse *Dossier* que viria a ser concedido, por parte da cooperação portuguesa, o financiamento necessário à execução da fase inicial dos trabalhos³⁶⁵.

Esta síntese sequencial, de uma fase determinante da programação do Museu da Resistência, permite proceder a um breve comentário em que se procurará focar a índole e o alcance da documentação citada.

Recorrer-se-á para tal a parâmetros obrigatórios do processo de programação dos museus, tais como o enunciado da sua missão, a definição do seu enquadramento tipológico e o processo de implementação do modelo organizativo e funcional adequado.

O teor das abordagens contidas nas sub-rubricas precedentes – enquadramento tipológico e caracterização do testemunho – permitirá reforçar as conclusões decorrentes dos sucessivos contributos programáticos agora analisados.

Relativamente à missão do estabelecimento dir-se-á que, muito embora não seja explicitada formalmente na documentação em análise, se tornam perceptíveis os seus principais vectores.

Constata-se que se pretendia vir a conjugar a evocação dos acontecimentos históricos, de que o campo prisional foi cenário, com um papel de dinamização cívica dotando o Museu com um cunho intervencionista já assinalado. Manter-se-iam portanto as principais linhas de orientação que a iniciativa apresentava quando do seu lançamento na década precedente.

A aproximação aos museus de sítio parecia tornar-se patente logo nos dois primeiros contributos apresentados, posto que não tivesse sido explicitada e justificada a terminologia em causa. A afectação ao projecto de toda a área ocupada pelo antigo campo prisional preconizava claramente uma opção nesse sentido³⁶⁶.

³⁶⁴ V. LÉON *et al.*, *Dossier ...*, 1998.

³⁶⁵ Esse propósito transparece no título completo do *Dossier*, visto ter como subtítulo *Apresentação referente à Primeira Fase do Projecto de Recuperação/Reabilitação do Campo de Concentração do Tarrafal: Complexo cultural e museístico*. V. LÉON *et al.*, *Dossier ...*, 1998.

³⁶⁶ De acordo com o que consta do *Ante-Projecto* os “limites do Campo são os que pertenciam ao antigo Presídio de Chão Bom e que se encontram registados na fazenda pública e que no terreno correspondem à área cercada pelo arame farpado nos dois lados da estrada que dá acesso à vila do Tarrafal indo da povoação de Chão Bom”. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, s/d., p. 7 inum.

Depara-se assim com uma insuficiência do aparelho conceptual disponível, tendo havido oportunidade de sublinhar que a expressão “museu de sítio” era então muito pouco frequente a nível local³⁶⁷.

O significado dos testemunhos arquitectónicos, compreendidos nesse contexto, determinaria depois o tratamento a adoptar. A reconversão *in situ* teria maior incidência nos imóveis localizados no interior do recinto muralhado, pois a “disparidade das construções, a sua localização e as técnicas empregues”, não impunham “valor arquitectónico” ao restante conjunto. É uma vez que a área extra-muros “pertencia ao Complexo Administrativo e Militar”, a sua importância histórica não era comparável à da componente intra-muros³⁶⁸.

Será conveniente todavia ter aqui presente que, na definição do espaço a afectar ao programa museológico não se marginalizava a zona envolvente, uma vez que o percurso de visita teria início no monumento evocativo aí localizado³⁶⁹.

Acresce a importância atribuída à ligação entre a componente exterior e a interna, pelo que se evidenciava a intenção de vir a recuperar o troço de carris de ferro, subsistente na zona de entrada e de reconstruir o veículo de tracção animal de que havia notícia. Dar-se-ia a conhecer dessa forma “o meio de transporte utilizado entre o Campo e a Horta ou Colonato”, bem como o veículo existente para tal³⁷⁰.

De focar ainda a recuperação da generalidade dos imóveis, localizados no perímetro do recinto prisional, mesmo que viessem a ser objecto de diferentes critérios de reutilização.

Desenhar-se-ia assim um itinerário de visita capaz de proporcionar ao público uma proposta interpretativa própria de um museu de sítio, pois a “articulação das diversas partes do futuro museu” estabelecer-se-ia mediante um percurso, compreendendo os “diversos pontos de interesse do complexo”, que culminaria com “exibições de filmes ou palestras no auditório”. Patenteava-se aqui de novo a ligação com o espaço exterior³⁷¹.

³⁶⁷ Conforme se fez notar, num passo anterior do discurso, esse qualificativo só seria detectável pontualmente num Relatório sobre o património de Cabo Verde, datado do começo dos anos oitenta, sendo de acrescentar, já na década seguinte, uma entrevista concedida por Nélida Rodrigues e dois trabalhos de sua autoria então publicados. V. AZEVEDO, *Cabo Verde ...*, 1981 [2007], *Museu dos CTT: Entrevista ...*, 1993, p. 33 e RODRIGUES, 1994 e 1995.

³⁶⁸ V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo...*, s/d., p. 8 inum.

³⁶⁹ V. MARTINS, *Testemunho ...*, 1995, p. 278-279.

³⁷⁰ Tratava-se de um carro em ferro, puxado por boi, que podia ser reconstruído a partir de fotografias. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo...*, s/d., p. 9.

³⁷¹ Parece de reter que haveria na realidade dois itinerários de visita, sendo designado por “circuito (oficial)” aquele que se “iniciaria com a colocação de flores no monumento ao ex-presos político”. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo...*, s/d., p. 5 inum.

O programa esboçado beneficiava por conseguinte do concurso de imóveis localizados na área extra-muros, posto que a noção a aplicar nesses casos fosse preferencialmente a de aproveitamento museológico³⁷². A diferença daí resultante, quanto ao modo de tratamento dos testemunhos, ficaria a dever-se ao facto de se entender que tais construções revestiam um interesse documental acessório.

Previa-se a instalação de uma bilheteira, situada na zona de acesso rodoviário próxima do parque de estacionamento, ainda que não tivessem sido indicados nem os limites do espaço controlado, nem o local de verificação dos comprovativos de ingresso.

Localizar-se-ia também na área envolvente uma “Sala de exposição”, dedicada à “História do Campo”, que devia ser tida como uma componente introdutória³⁷³.

Importará mencionar igualmente a definição de uma tipologia para as áreas de exposição – permanente e temporária – obedecendo as da primeira categoria a diferentes concepções cénicas. Incluir-se-á aí o que se poderá designar por recriações ambientais, a par com soluções interpretativas baseadas na conjugação de testemunhos móveis com informação textual e iconográfica³⁷⁴.

Na documentação de arranque, agora em análise, seria também feita menção a outras formas de relacionamento com os utilizadores tais como as actividades educativas e de animação e as componentes comerciais³⁷⁵.

A fim de complementar os espaços públicos seriam organizadas áreas de retaguarda, compreendendo as de reserva, de registo documental e de trabalhos de conservação³⁷⁶.

A apreciação sumária dos elementos programáticos, devidos à iniciativa do arquitecto Pedro Martins, permite constatar que se estava perante uma visão bem fundamentada de um museu, integrando o leque sectorial que lhe é próprio.

³⁷² Entende-se que a noção de “aproveitamento museológico”, agora evocada, seria aplicada naqueles “casos em que um imóvel com interesse cultural é utilizado para instalação de um museu ou simples pólo museológico, sendo esse o objectivo dominante. Essa orientação deverá compatibilizar-se com um propósito de interpretação, ainda que minimalista, do valor da construção como testemunho”. V. GOUVEIA e CARVALHO, *Musealização de Sítios ...*, 2003, p. 22-23 e GOUVEIA e ALARCÃO, *Museus e Património cultural ...*, 1990, p. 436-438.

³⁷³ V. MARTINS, *Testemunho ...*, 1995, p. 278-279.

³⁷⁴ A reconversão da cozinha, da cela de castigo e das latrinas, orientar-se-ia pelo primeiro critério, sendo de especificar, no caso da chamada “sala de visitas”, o recurso a um *life size group*. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, s/d., p. 5 inum.

³⁷⁵ Seriam previstos no *Ante-Projecto* uma “Sala de conferências para 200 participantes”, a “venda de souvenirs” e um “snack-bar”. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo ...*, s/d., p. 3 inum.

³⁷⁶ As designações usadas seriam “Arrecadação de Peças do Museu”, “Centro de Documentação” e “Atelier de de Conservação”, V. MARTINS, *Testemunho ...*, 1995, p. 278-279.

Conforme foi já referido, seguir-se-ia, no ano imediato, um contributo de índole idêntica, assinalando a intervenção oficial na elaboração do projecto³⁷⁷.

Seria então recuperada uma parte significativa do documento anterior, tendo-se procedido a uma simplificação das rubricas introdutórias. A proposta resultante teria por título *Projecto de Restauro: Museu da Resistência*, sendo de salientar que passaria a incidir na reconversão das construções situadas no interior da área muralhada.

No enunciado da missão do estabelecimento a criar, a que se procederia na parte nova do texto, depara-se com um reforço dos seus propósitos internacionais, mediante o incremento da “solidariedade entre os povos de Angola, Cabo Verde, Guiné e Portugal”³⁷⁸.

Em finais desse mesmo ano era apresentado o *Dossier*, referente á fase de execução inicial do projecto, subscrito por uma equipa que congregava as colaborações oficial e privada³⁷⁹.

A presença de formação em museologia, na composição da equipa profissional encarregada deste trabalho, conduziria à introdução de nova terminologia. Advinha também daí a atribuição ao projecto da designação de “complexo cultural e museístico”, que foi já merecedora de comentário, posto que se afigure oportuno tecer mais algumas considerações acerca deste tópico.

Entende-se que a expressão encontrada pretendia qualificar uma entidade com maior abrangência do que aquela que era atribuída localmente a um museu, procurando colocar em evidência alguns dos vectores da iniciativa.

Tal como foi mencionado, havia a intenção de conferir relevo às vertentes sócio-económicas da realização, o que se traduzia na inclusão de uma “zona de desenvolvimento de actividades vinculadas ao artesanato”. Visava-se desse modo “dignificar e promover a cultura nacional”, através da caracterização do “artesanato tradicional caboverdiano”, pelo que se passaria a dispor de um instrumento catalisador do “desenvolvimento cultural e turístico do município do Tarrafal”³⁸⁰.

As instalações do “Complexo Cultural” compreendiam espaços de apoio à promoção de acções de divulgação e estudo da história do conjunto prisional, bem como de afirmação da identidade cultural não só de Cabo Verde como dos “povos que falam a língua portuguesa”.

³⁷⁷ Este documento encontra-se datado de Outubro de 1998 e o precedente de Março do mesmo ano. V. LÉON HEREDIA e ALVAREZ FERNANDEZ, *Projecto de Restauro ...*, 1998.

³⁷⁸ V. LÉON HEREDIA e ALVAREZ FERNANDEZ, 1998, *Projecto de Restauro ...*, p.1.

³⁷⁹ V. LÉON *et al*, *Dossier ...*, 1998.

³⁸⁰ V. LÉON *et al*, *Dossier ...*, 1998, p. 6 inum. Num depoimento relativo ao assunto, prestado pelo arquitecto Pedro Martins, diz-se que o artesanato em casca de coco, feito em Chão Bom, se tinha desenvolvido graças ao apoio da leva de prisioneiros de que fazia parte. V. MARTINS, 1995, p. 154-155.

Acrescia um propósito comparativo, sendo mostradas “outras prisões e outros Campos de Concentração”, onde a humanidade tinha sofrido em defesa dos seus ideais. O objectivo seria o de vir a introduzir uma dinâmica permanente no seio do Museu, mediante a realização de “palestras, apoio a programas de formação e projecção de filmes”³⁸¹.

Verificar-se-ia assim uma interpenetração entre as competências do Complexo e do Museu, o que permite concluir que, recorrendo a nova terminologia, se pretendiam enfatizar aquelas vertentes deste empreendimento que, no contexto cabo-verdiano, não se encontravam habitualmente associadas à ideia de museu.

De recordar aqui no entanto que a componente desenvolvimentista já se encontrava presente na programação museológica precedente, pelo que só uma visão excessivamente restrita do conceito de museu justificava esta busca de uma terminologia alternativa.

Tal como sucedia com a documentação produzida antes, era conferido ao relacionamento com o público um papel fulcral, o que se poderá confirmar pelo tratamento dado ao conteúdo do chamado “perfil do complexo cultural e museístico”.

Os tópicos enunciados centravam-se no domínio interpretativo, sendo proposta nesse âmbito uma tipologia que não diferia substancialmente daquela a que já foi feita referência.

A componente expositiva compreendia “Salas de Exposições Permanentes”, “Salas ambientadas”, “Salas de Exposição Temporária” e “Sinalização de ruínas”, o que permite voltar a focar a introdução de nova terminologia resultante muito provavelmente da cooperação cubana. A interpretação de testemunhos *in situ* era patente em soluções cénicas designadas por “salas ambientadas” e “sinalização de ruínas”, sendo esse um aspecto a assinalar, posto que se deparasse assim com expressões carecendo porventura de acertos³⁸².

A definição deste perfil contemplava ainda, no âmbito do relacionamento com o público, o Auditório, Centro de Artesanato, Biblioteca e *Snack-Bar*³⁸³.

De acrescentar as componentes de apoio, integrando o suporte logístico e administrativo, espaços de lazer, informação e zonas de estacionamento³⁸⁴.

³⁸¹ V. LÉON et al., Dossier ..., 1998, p. 6 inum.

³⁸² V. LÉON et al., 1998. p. 7.

³⁸³ De notar que a Biblioteca seria simultaneamente um local de “consulta e venda de bibliografia especializada”. V. LÉON et al., Dossier ..., 1998. p. 7 inum.

³⁸⁴ A informação seria prestada por “guias de acompanhamento do percurso do Complexo”. V. LÉON et al., Dossier ..., 1998. p. 7 inum.

No âmbito das componentes de retaguarda menciona-se apenas o chamado “Armazém”, parecendo implícita dessa forma uma secundarização dos sectores funcionais correspondentes³⁸⁵.

A necessidade de se vir a dispor de uma colecção destinada à encenação e montagem das áreas expositivas, em que haveria recurso a testemunhos móveis, levaria a que fossem incluídas neste documento algumas recomendações de ordem metodológica, tendo em vista a execução desse trabalho. A criação de um Centro de Documentação para apoio à investigação nacional e estrangeira, seria outro dos objectivos mencionados, posto que não sejam explicitados os tipos de registos a produzir relativamente ao acervo tanto móvel como imóvel³⁸⁶.

O comentário ao desenvolvimento programático deste projecto, a que se acaba de proceder, permite constatar que os contributos produzidos deverão ser tidos como instrumentos de percurso, o que faria prever desenvolvimentos mais específicos antes de se dar início à fase de concretização que se prefigurava.

Uma vez que tal não viria a suceder, não surpreende que fossem incluídos no trabalho executado aspectos que não tinham sido previstos nessa fase de programação. Tal seria o caso da criação do centro interpretativo, pois essa proposta tinha sido tratada apenas de modo muito incipiente na documentação programática elaborada anteriormente³⁸⁷.

Esse será um dos pontos a apreciar na rubrica imediata, em que se procurarão aprofundar as relações com o público. A opção justifica-se visto que se está aí perante um tema privilegiado tanto na documentação programática como na restante informação a que se teve acesso.

Julga-se oportuno salientar que a importância destes trabalhos preliminares acabaria por residir nos levantamentos desenhados, visto terem constituído a base da recuperação arquitectónica em que iria incidir o prosseguimento dos trabalhos.

A mudança política, ocorrida em 2001, não deixaria de dar lugar a mais um novo esforço no sentido de se retomar o processo de organização do Museu. Justificar-se-ia assim a elaboração de um novo contributo programático, datado de 2002, que irá possibilitar uma última achega ao tema agora abordado³⁸⁸.

O estado de degradação atingido pelo conjunto arquitectónico, sendo mesmo previsível um aumento sensível dos danos existentes, contribuiria de forma decisiva para a elaboração desta achega.

³⁸⁵ V. LÉON *et al*, *Dossier ...*, 1998. p. 7 inum.

³⁸⁶ V. LÉON *et al*, *Dossier ...*, 1998. p. 9.

³⁸⁷ Será no entanto de atender a que a criação dessa componente interpretativa seria mencionada num *Relatório* de missão dado entretanto a conhecer. V. GOUVEIA e LOPES FILHO, 2010.

³⁸⁸ O documento seria da responsabilidade do INIPC, tendo sido preparado pela Direcção de Salvaguarda do Património. V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002.

Tratava-se de uma proposta que visava desencadear uma nova fase de trabalho, complementando aquela que tinha sido concluída havia cerca de dois anos³⁸⁹.

Surpreende todavia que não seja aí mencionada a documentação já comentada, bem como a inexistência de qualquer referência à bibliografia anteriormente produzida, não se tornando assim perceptível qualquer articulação com a documentação precedente..

O financiamento previsto ficaria dependente na quase totalidade do apoio internacional, em particular de Portugal e dos países lusófonos, sendo essa uma circunstância que condicionava sensivelmente a proposta³⁹⁰. Dado que se tratava de uma iniciativa de continuidade, pressupõe-se que não seriam marginalizados os pressupostos que constavam da documentação já apreciada.

No plano conceptual, julga-se de referir a designação de “Museu de Resistência/Centro Cultural”, atribuída ao estabelecimento, expressão que foi já objecto de considerações que importará recordar.

Seria sublinhado, que se pretendiam destacar desse modo os desempenhos conferidos a essa entidade na “promoção de encontros e intercâmbios entre os povos e as culturas”, particularmente os da “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, entendendo-se que a designação escolhida se coadunava melhor com a prática dessas actividades³⁹¹.

Presente também a ideia de que o Museu devia actuar como um factor de desenvolvimento local, pelo que era reconhecida a esse tipo de estabelecimentos a possibilidade de desempenho de um papel de fomento económico e social³⁹².

No plano conceptual julga-se de repetir que o centro interpretativo, localizado na zona extra-muros, merecia apenas a designado de “sala de exposição”, ignorando-se desse modo a terminologia e funções, que lhe haviam sido atribuídas pela própria entidade de tutela.

A terminar, será de assinalar que, muito embora sejam discriminados os espaços beneficiados pelas obras realizadas, fazendo-se assim um ponto de situação do processo, não se especificam as finalidades visadas pela nova intervenção³⁹³.

³⁸⁹ Referem-se aqui naturalmente as obras executadas de 1998 a 2000, já descritas na evocação retrospectiva a que se procedeu.

³⁹⁰ Já foi dito que o orçamento avançado ascendia a vinte mil contos, em que apenas três mil seriam suportados pela UNESCO, pelo que uma quantia apreciável teria de ser coberta conjuntamente por Cabo Verde, Portugal, Angola e Moçambique. V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002, p. 6-7.

³⁹¹ De atender a que se depara aí tanto com uma junção cumulativa – Centro Cultural/Museu da Resistência – como com uma utilização alternativa – Museu ou Centro Cultural - o que patenteia alguma imprecisão conceptual. V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002, p. 2-4.

³⁹² V. Pereira e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002, p. 2.

³⁹³ Para além do centro interpretativo, seria feita menção ao auditório e sala de exposição, situados

Será assim de pressupor que a intenção dominante era a de fazer face aos processos de degradação que careciam de resposta mais urgente, tal como parece indicar o conteúdo da subrubrica intitulada “características construtivas”³⁹⁴.

Relacionamento com o público

O estudo da programação do Museu da Resistência que se tem vindo a efectuar, permite constatar a prioridade concedida nesse processo às actividades do domínio da interpretação.

A condição de museu de sítio levaria a que essas actividades se projectassem na totalidade do complexo arquitectónico, posto que incidissem prioritariamente no interior do recinto muralhado.

Uma vez que revestiam menor interesse do ponto de vista documental, os imóveis situados na zona envolvente seriam destinados à instalação de complementos expositivos introdutórios, comparativos ou de síntese.

Como excepção a considerar será de citar o caso da central eléctrica, um testemunho com reconhecido interesse, mas cuja interpretação não chegaria a ser equacionada. Acrescia a cela de castigo, conhecida por “frigideira”, mas que havia sido entretanto destruída. De ter ainda em linha de conta o cemitério em que se operaram contudo algumas alterações que houve já ocasião de comentar.

Nos primeiros contributos elaborados seria proposta a construção, como monumento evocativo, de um elemento simbólico, diversificando o leque documental disponível, que passaria a compreender desse modo um testemunho produzido em função do projecto delineado³⁹⁵. Estar-se-ia perante um factor de reforço da adesão dos visitantes, capaz de motivar uma atitude participativa da sua parte mediante a deposição de flores nesse local, uma ideia que acabaria no entanto por ser abandonada em achegas posteriores.

A definição de tipologias para as áreas de exposição perfilar-se-ia como um tópico central da temática abordada, sendo esse um aspecto já tratado mas que convém retomar.

De lembrar, a esse respeito, que a reconversão de testemunhos promovendo a sua interpretação *in situ* revestia particular importância dado o enquadramento tipológico da iniciativa, tendo sido avançadas a esse respeito propostas cénicas diferenciadas.

à direita e à esquerda da entrada, bem como ao “antigo posto de socorro e antiga sala de leitura”. V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002, p. 4.

³⁹⁴ V. PEREIRA e BRITO, *Projecto de Reabilitação ...*, 2002, p. 4-5.

³⁹⁵ Conforme foi já explicado anteriormente, considera-se que no acervo de um museu se poderão incorporar para além dos testemunhos móveis e imóveis, aqueles que são produzidos em função das necessidades da encenação.

Aquela que se considera mais significativa teria como sustentáculo as potencialidades dos testemunhos subsistentes que passariam a constituir elementos determinantes das soluções a criar, uma vez que as concepções propostas de acordo com este critério se baseavam no valor que as construções seleccionadas revestiam do ponto de vista documental. Incluir-se-iam nesse contexto, a par com reconstituições ambientais, intervenções minimalistas valorizando testemunhos que seriam mantidos como ruínas³⁹⁶.

Preconizava-se contudo uma segunda via, em que as construções subsistentes seriam reutilizadas sobretudo como locais de instalação de exposições temáticas, não se estabelecendo dessa forma uma ligação substancial desse edificado com a cenografia a que se iria recorrer.

A exposição revestiria portanto qualquer uma das duas modalidades indicadas, posto que só a primeira deva ser tida como específica de um sítio.

Patente ainda um outro critério tipológico, contrapondo espaços para exposições permanentes e temporárias, ainda que não tivesse chegado a ser delineada a política a imprimir a essa segunda modalidade.

De notar que o quadro de aplicação dessas modalidades expositivas se viria a revelar muito limitativo, pois a sua concretização futura teria uma expressão mínima que se centrava de imediato apenas no domínio temporário³⁹⁷.

Uma modalidade afim, a da exposição itinerante, chegaria também a marcar presença mediante adaptação de exposições ditas “fora de sede” ou através de iniciativas concebidas expressamente com essa intenção³⁹⁸.

A evocação das ligações outrora existentes entre o espaço prisional e a área envolvente, contribuiria também para colocar em evidência a importância atribuída ao sítio no plano interpretativo, procurando mobilizar os testemunhos evocativos dessa situação³⁹⁹.

Nesta óptica o aspecto fulcral residia contudo na organização de um percurso de visita que integrava os testemunhos construídos de maior significado. A finalidade visada seria a de vir a proporcionar uma visão global do sítio como lugar de memória.

³⁹⁶ De recordar que a designação usada para tal era “Sinalização de ruínas dos edifícios”. V. LÉON *et al*, *Dossier...*, 1998, p. 4.

³⁹⁷ Tal como foi dito, estar-se-ia perante uma única realização, levada a cabo no Museu por ocasião do Simpósio Internacional de 2009, transformada depois em exposição permanente. V. *Memória do Campo ...*, 2009.

³⁹⁸ Recorre-se aqui a uma expressão brasileira, sendo de recordar aquela que foi inaugurada no Museu do Neo-Realismo, em Março de 2010, encontrando-se previsto um circuito a efectivar em Portugal, e uma iniciativa análoga que seria apresentada no Centro Cultural do Mindelo em Maio seguinte. V. *Tarrafal: Memória do Campo...*, 2010, e T.S.F., *Memória do Campo ...*, 15Maio2010.

³⁹⁹ A fim de comprovar este aspecto, será mencionar de novo a recuperação do troço de carris de ferro, que se mantinha na zona de entrada, bem como a reconstrução do veículo utilizado.

Atendendo aos pressupostos focados, torna-se compreensível a criação de um espaço adicional, designado por centro interpretativo, componente essa cujos conteúdos podiam configurar um duplo propósito⁴⁰⁰.

Uma primeira intenção era a de facultar ao público informações genéricas, revestindo tanto uma índole temática como com uma finalidade prática. A apresentação de um filme, diaporama ou vídeogravação, preenche com frequência a primeira dessas finalidades, comportando habitualmente a segunda indicações acerca do funcionamento do museu ou parque em que o centro interpretativo se integra.

Numa perspectiva afim, ser-lhe-ia cometido um papel orientador da visita, conjugando a informação fornecida pelo centro interpretativo com os pólos de interesse inseridos num percurso subsequente. Possibilitar-se-iam dessa forma não só escolhas de itinerários, como uma exploração prévia dos tópicos que o contacto directo com o sítio iria proporcionar.

A articulação entre a informação obtida através desta componente introdutória e aquela que iria ser facultada ao longo da visita, constituiria portanto um dos critérios patentes na concepção de um centro interpretativo.

No caso em estudo, esta concepção só viria a ser perfilhada já numa fase adiantada de prossecução dos trabalhos, posto que fossem detectáveis alguns antecedentes ao longo de desenvolvimentos programáticos anteriores⁴⁰¹.

De lembrar que a evocação da memória da antiga Colónia Penal, sendo criado com essa finalidade um espaço de exposição próprio, constava já dos contributos devidos a Pedro Martins, que tinham desencadeado o processo de programação do estabelecimento.

Nessa óptica, começaria por ser introduzida no *Ante-projecto*, que constitui a peça inicial do processo, uma exposição comparativa dedicada a outras “prisões fascistas e anticoloniais”. A organização de uma componente designada por “Sala de Exposição (História do Campo)”, proporcionaria conteúdos mais próximos dos de um centro interpretativo, tendo sido prevista no contributo programático adicional⁴⁰².

⁴⁰⁰ Essa seria a terminologia adoptada em língua portuguesa, posto que se possa estar perante componentes com diferentes amplitudes. Com efeito, os centros interpretativos poderão abarcar hoje em dia um leque de competências mais abrangente, uma vez que passariam a integrar serviços de recepção, espaços de exposição temporária ou de carácter polivalente, postos de venda e auditórios. A terminologia detectável na língua inglesa - sensivelmente mais diversificada, visto compreender expressões como *interpretation centers*, *heritage centers*, *nature centers*, *visitors centers* ou mesmo *information centers* e *welcome centers* - permite aproximar realidades com características comuns, ainda que sensivelmente diferenciadas.

⁴⁰¹ Os centros interpretativos viriam a ter expressão em Cabo Verde no sítio cultural da Cidade V em que chegariam a ser ensaiados percursos interpretativos com características e abrangências diferenciadas

⁴⁰² V. GOUVELA, 2015. V. [MARTINS], *Transformação do ex-Campo...*, s/d., p. 5 inum e MARTINS, *Testemunho ...*, 1995, p. 278-279.

Foi dito que a integração dessa componente no projecto seria anunciada em 1998, pelo Ministro da Cultura António Jorge Delgado, quando da apresentação pública da fase de arranque das obras que estava a procurar impulsionar⁴⁰³.

Acentua-se aqui que a figura do centro interpretativo vinha dotar a iniciativa com uma configuração mais consistente, possibilitando ainda a recuperação das propostas afins já mencionadas.

Os conteúdos seleccionados permitiam apresentar, numa instalação introdutória prévia, uma “parte significativa da história do campo”, mobilizando para tal “documentos de vários tipos, livros e vestuário dos presos”⁴⁰⁴.

Não chegaria a ser contemplada na altura uma articulação entre o centro interpretativo e a visita ao sítio, circunstância que ficaria por certo a dever-se aos atrasos verificados na concepção e execução do programa de interpretação *in situ*. Conforme foi também salientado, esta componente passava a constituir, a partir daí, o principal instrumento informativo posto à disposição dos visitantes.

A inclusão na fase dos trabalhos, que teria então início, da recuperação das “antigas instalações administrativas do presídio”, permitia dotar o centro interpretativo com condições de instalação convenientes. Localizada fora das muralhas, mas junto ao portão de acesso à área interior do Campo, a edificação escolhida proporcionava uma articulação adequada com o percurso de visita a criar⁴⁰⁵.

Os trabalhos de adaptação empreendidos compreenderiam a demolição de acrescentos considerados espúrios, reservando-se para a finalidade prevista o espaço que se pretendia recuperar⁴⁰⁶.

Conforme havia sido mencionado, o centro interpretativo, inaugurado em 2000, constituiria, ao longo de cerca de uma década, o principal instrumento de informação do público visitante. Viria no entanto a ser encerrado sem que tivesse sido avançada uma justificação, em Maio de 2009, sendo atribuída parte do edifício à direcção do estabelecimento e afectada a área restante a trabalhos de manutenção do acervo (*Figs. 10-11*).

⁴⁰³ V. V. *Portugal atribui ...*, 14 de Dezembro de 1998 e *120 mil contos ...*, 21 de Janeiro de 1999.

A este respeito importará recordar que quer essa designação quer as finalidades visadas constavam de um *Relatório* de missão a Cabo Verde, que havia tido lugar poucos meses antes. V. GOUVEIA e LOPES FILHO, *Museologia e Património de Cabo Verde ...*, 1998.

⁴⁰⁴ V. LOPES, J. V., *Museu do Tarrafal ...*, 18 de Dezembro de 1998.

⁴⁰⁵ V. LOPES, J. V., *Museu do Tarrafal ...*, 18 de Dezembro de 1998.

⁴⁰⁶ Esta construção é visível em fotografias antigas, permitindo evocar a memória da instalação escolhida. O acrescento construído do lado esquerdo, demolido quando das obras realizadas nos anos noventa, destinava-se a arquivo. V. *Tarrafal: Memória do Campo ...*, 2009, p. 28-29 e 45 e *Memória do Campo de ...*, 2010, p. 45 e 62.

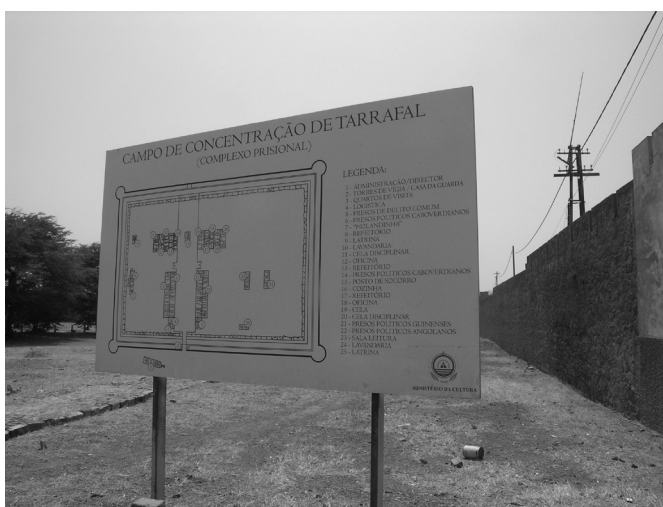


Figs. 10 e 11 – Vistas exterior e interior do centro interpretativo instalado no edifício da antiga secretaria do complexo prisional. A exposição aí patente ao longo de cerca de uma década, ocupando os dois pisos do edifício, constituía a principal componente interpretativa do sítio facultada aos visitantes.

De acrescenta que a concepção de centro interpretativo não se restringiria em Cabo Verde a Chão Bom tendo sido também concretizada na Cidade Velha, em instalações construídas de raiz próximo da Fortaleza de S. Filipe. Ser-lhe-ia adicionado aí um percurso de visita ao interior do recinto muralhado, com base de painéis interpretativos que não chegaria contudo a ser concluído⁴⁰⁷

⁴⁰⁷ V. GOUVEIA, *Museologia e Arte ...*, 2015, p. 74-76.

Entende-se contudo que a suspensão de uma componente do projecto, tida como fundamental como era o centro interpretativo, só se justificava caso viesse a dar lugar a uma proposta sucedânea capaz de beneficiar de modo equivalente o aparato interpretativo disponível. Mas a título compensatório, os visitantes passavam apenas a dispor da informação preliminar inserida num painel vertical, colocado junto ao portão de acesso ao recinto fortificado (Figs. 12-13).



Figs. 12 e 13 – A supressão do centro interpretativo concentraria no painel vertical, colocado à esquerda da entrada do recinto prisional, a informação introdutória transmitida aos visitantes.

A componente expositiva do sítio transitaria entretanto para o edificado existente no interior do recinto muralhado, resultando de uma iniciativa congénere temporária apresentada quando do Simpósio realizado na altura. Para sua instalação utilizar-se-iam as duas celas de grande dimensão que integram o bloco situado à direita da via central interna, não se localizando por conseguinte no que poderá ser tido como um espaço introdutório (Figs. 14-15).



Figs. 14 - 15 – Ao encerramento do centro interpretativo seguir-se-ia a montagem, em duas antigas celas, de um arranjo cénico evocativo do antigo campo prisional mediante reaproveitamento de materiais de uma exposição temporária. A documentação, colocada nas mesas visíveis na primeira fotografia, seria introduzida mais tarde, prefigurando-se como uma solução cénica pouco apelativa.

De acrescentar que as construções existentes no interior do recinto vedado passariam a dispor de uma identificação sumária, mediante colocação no exterior de placas de acrílico legendadas, o que poderá ser tido como um esboço de interpretação desses testemunhos, ainda que insuficiente e pouco criterioso⁴⁰⁸ (Figs. 16-17).



Figs. 16 e 17 – A colocação de elementos de identificação no exterior das construções subsistentes no recinto murallhado podia ser entendida como um esboço de interpretação “in situ” desses testemunhos. Será de constatar no entanto que nem toda essa informação era de índole interpretativa.

⁴⁰⁸ A transcrição dos elementos de identificativos da construção apresentada na segunda figura - “Oficinal/ Atelier/Shop” - permite constatar que nem todas as placas colocadas são de teor interpretativo.

A supressão do centro interpretativo não surpreende, dado que se estava perante uma concepção cujas potencialidades não chegariam a ser devidamente exploradas, visto não lhe ter sido dada sequência através de um programa de interpretação *in situ* e da criação de itinerários de visita com informação adicional.

Para uma parte do público, esse elemento seria considerado um museu, não se prefigurando assim como uma antecipação do programa afim que seria desejável que viesse a ser concebido e organizado no interior do recinto muralhado⁴⁰⁹.

Uma apreciação global da situação subsequente, permitirá concluir que se estava face a uma proposta interpretativa de índole minimalista, previsivelmente precária. Aponta nesse sentido a instalação da nova componente expositiva em locais cujo significado como testemunhos foi secundarizado, o que leva a prever que iriam ser objecto de um tratamento futuro em consonância com o seu valor documental. Estar-se-á por certo perante uma medida a rever quando da elaboração de um programa interpretativo global mais ambicioso e consequente.

Tinha-se tornado contudo perceptível que a localização do centro interpretativo fora do espaço controlado colocava problemas a ter em consideração. Um deles era respeitante à oferta que assim se proporcionava, visto ser susceptível de acarretar alguma quebra do fluxo de público pois tendo tomado conhecimento dos conteúdos patentes nesse espaço as pessoas pareciam perder o interesse em transitar para a zona controlada seguinte. A compra obrigatória de ingressos para a continuação da visita constituía também um factor de dissuasão, sendo de citar ainda dificuldades de manutenção da cenografia em que se começavam a patentear problemas de degradação que se tornava necessário enfrentar.

Esses inconvenientes pareciam contudo susceptíveis de resolução no âmbito de um programa de reorganização de toda a zona de acolhimento do público em que as insuficiências se tornavam evidentes.

De salientar que se tratava de uma área de apresentação do Museu, que deveria impressionar favoravelmente os frequentadores do estabelecimento, proporcionando-lhes os serviços de que careciam num primeiro contacto com uma instituição de cuja frequência aspiravam naturalmente a retirar benefícios.

⁴⁰⁹ A título elucidativo, transcreve-se um passo da notícia de uma ida ao campo prisional, que teve lugar em Abril de 2009, em que a visitante comenta que ao sair foi conduzida ao que designaria por “museu” do Tarrafal. A esse respeito acrescentaria que se tratava de “uma casinha”, situada no exterior, com uma exposição distribuída por dois pisos, em que era apresentado “um pouco da história do presídio”. V. *Crónica do Tarrafal*, 14-04-2009.

Os primeiros esforços desenvolvidos neste âmbito tornar-se-iam patentes no programa de trabalhos que teve lugar quando da transição para o presente século, o que não impediria que fossem aí detectáveis lacunas que importará apontar.

A atenção dispensada na altura ao arranjo dos acessos exteriores e ao estacionamento automóvel, bem como à intervenção no plano interpretativo, não teriam contrapartidas no tocante ao acolhimento a prestar aos visitantes. A modéstia dos serviços de recepção, incluindo atendimento pessoal e respectivas instalações, afigurava-se esclarecedora a tal respeito.

Está-se desse modo perante uma feição do projecto em que a concretização continuava a ser insuficiente, porventura mesmo algo marginalizada, não tendo sido objecto de um esforço consequente.

O comentário, a que se acaba de proceder, quanto à situação deste estabelecimento no âmbito do relacionamento com o público, permite comprovar o carácter pontual das intervenções realizadas, bem como a inexistência de articulação entre elas. Manifestava-se portanto a falta de um programa coordenador global, susceptível de conferir coerência aos trabalhos empreendidos.

A organização do centro interpretativo, na transição para o século actual, poderá ser entendida como uma medida capaz de fazer face às carências da situação existente na altura mas que, conforme foi dito, devia ter dado depois lugar a um programa de interpretação mais exigente e ambicioso.

A supressão posterior dessa componente acabaria por eliminar um elemento introdutório pertinente, tendo sido instalado no interior do recinto muralhado uma exposição genérica tida como equivalente.

Em tais condições a informação prévia, relativa aos testemunhos intra-muros, passaria a ser disponibilizada apenas no painel vertical erguido junto à porta de entrada, tendo como único complemento as placas de identificação colocadas no exterior dos edifícios.

A antiga sala de leitura começaria por ser transformada em cafetaria, tendo chegado também a funcionar na zona de ingresso um posto de vendas ainda que muito modesto⁴¹⁰.

No âmbito do relacionamento com o público será também de referir a ocorrência de visitas escolares, posto que permanecesse por organizar um serviço de educação.

⁴¹⁰ Essa cafetaria encontrar-se-ia em funcionamento entre 2000 e 2008, pretendendo-se aproveitar depois o espaço para Centro de Documentação-Biblioteca. Conforme foi dito, os dizeres inscritos na placa de um edifício, situado do lado direito do caminho central, prevêem a instalação de uma “*Oficina, Atelier, Shopping*”, componentes que se encontram também por concretizar. Info. de Martinho Robalo de Brito, 10Set2010.

Foi já sublinhado que a zona de recepção e de acolhimento dos visitantes se mantinha igualmente por tratar, sendo notória a ausência de uma componente comercial com a devida presença e funcionalidade.

No âmbito do relacionamento com o público e consequente trabalho interpretativo os factores agora relatados poderão ser tidos como correspondendo a uma pausa que só muito recentemente viria a ser ultrapassada.

Refere-se aqui o programa de obras de finais de 2015 e começos do ano seguinte em que avulta o domínio interpretativo e que houve já oportunidade de apreciar.

Tal como foi dito, registar-se-iam nesse âmbito aspectos dignos de nota, posto que os trabalhos desencadeados revestissem características parciais. As melhorias introduzidas na entrada do sítio e a organização de um itinerário de visita na área envolvente do recinto muralhado constituem nessa óptica componentes merecedoras de destaque.

Parece assim de concluir que, no âmbito do relacionamento com o público, este Museu não conseguiu ultrapassar um estádio em que predominam programas com um grau de concretização diminuto e pouco consequentes no plano aplicado.

De recordar que chegariam a coexistir na área sob tutela diversas componentes interpretativas - espaços de exposição, placas de identificação do edificado, salas introdutórias e percurso interpretativo – posto que não sejam detectáveis as propostas capazes de lhes conferir articulação e coerência

Julga-se assim de sublinhar, uma vez mais, a ausência de esforços visando a elaboração de um plano global com a sustentação conceptual e terminológica que se julga indispensável.

Apreciação final

Tal como o título escolhido anuncia, este estudo pretende constituir um ensaio acerca da reconversão museológica de sítios em Cabo Verde e do aparato conceptual subjacente. Procuram-se apreciar também os problemas daí emergentes no plano aplicado, bem como o tratamento de que essa temática tem vindo a ser objecto no contexto do país.

De acordo com essa linha de orientação foram abordados em termos genéricos, logo no tópico de abertura, tanto as propostas de criação de museus de sítio como de reconversão museológica de valores patrimoniais não deslocados, situação que daria origem ao que se poderá designar por programas de musealização.

No intuito de procurar estabelecer uma maior proximidade com a realidade cabo-verdiana actual, as casas históricas seriam apontadas como uma via a explorar a título comparativo, posto que a sua presença no país apresente por enquanto carácter incipiente.

Considerações análogas seriam avançadas relativamente aos parques naturais, dado constituírem também um cenário de processamento de valores patrimoniais *in situ*, sendo de assinalar que se depara aí com uma realidade, cuja expressão no arquipélago é já notória tendendo a tornar-se extensiva à totalidade do território nacional.

A evolução do contexto museológico cabo-verdiano, que se procuraria evocar na rubrica imediata, permitia salientar a importância conferida à possibilidade de criação de um museu nacional, o que se justifica visto tratar-se de uma concepção de relevo no horizonte cronológico pós-independência.

A criação de um museu com esse estatuto, visando a promoção do conhecimento da identidade cultural da nação, perfila-se como uma questão recorrente no panorama cabo-verdiano de arranque. A expressão dessa identidade, na orientação programática a imprimir a essa categoria de estabelecimentos, permaneceria contudo como um tema a aprofundar, tendo-se verificado a omissão de valências com alcance nacional como as da língua, da música, da literatura ou mesmo da gastronomia. De atender a que se estava aí em presença de vectores de modernização do panorama museológico à escala internacional, passíveis de virem a ser explorados numa visão mais trabalhada da concepção de museu que se pretendia implementar.

A evolução do panorama dos museus do país, sob tutela central, passaria entretanto a orientar-se sobretudo pela via disciplinar, privilegiando domínios como os da etnografia, da história e da arqueologia, incidindo portanto no que seria designado por história cultural. Julga-se contudo de ter em atenção que os contributos advenientes de disciplinas como a etnografia e a história, tidos como fulcrais na construção dos museus nacionais africanos, parecem revestir em Cabo Verde peculiaridades que se tornará necessário vir a analisar de futuro com maior amplitude e consistência.

Estas considerações permitem salientar que se mantêm alheios à realidade museológica cabo-verdiana domínios como os da história natural e das ciências exactas, malgrado as potencialidades que essas áreas do conhecimento patenteiam no plano educativo. Está-se assim perante uma questão que poderá se considerar em aberto, posto que se afigure merecedora de interesse num contexto como aquele que se pretende apreciar.

A este propósito será ainda de recordar que factores como a inovação e diversificação museológicas não têm assumido em Cabo Verde uma posição de relevo, pelo que continuam a revestir carácter embrionário iniciativas tendo

como finalidade a salvaguarda de valores históricos com uma importância fundamental. De citar nesse âmbito tópicos como o dos museus de sítio e o dos museus de casas históricas também conhecidos por casas-museu⁴¹¹.

Numa perspectiva afim, serão de apontar aqueles museus cujo acervo é constituído por espécimes vivos, tanto botânicos como zoológicos, importando recordar a este propósito a criação de um Jardim Botânico, em São Jorge dos Órgãos, logo nos anos oitenta, bem como projectos idênticos delineados para S. Vicente e Santo Antão ainda que não tivessem beneficiado nessas ilhas da promoção que seria de esperar⁴¹².

Estabelecimentos como os centros de ciência situam-se numa linha comparável, sendo de sublinhar que a sua futura implementação em Cabo Verde se poderia coadunar, sem dificuldades de maior, com o concurso mobilizável no meio académico.

As propostas de criação de museus de cidade no Mindelo, em S. Filipe e na Praia, poderão ser entendidas como outra tendência capaz de conduzir a uma diversificação futura do leque museológico cabo-verdiano, caso se venha a revelar capaz de ultrapassar a situação incipiente em que se tem mantido⁴¹³.

Procurando transpor as considerações agora avançadas, a título preliminar, para um patamar de índole teórica julga-se de começar por sublinhar as achegas fornecidas para uma melhor compreensão do conceito de museu de sítio, visto que este é entendido como concepção de referência da análise promovida.

Em termos correlativos serão de considerar as aproximações feitas a noções como as de musealização e de aproveitamento museológico. Acrescem por certo os centros interpretativos em que as tentativas de transposição para o domínio aplicado se revelariam como outro contributo merecedor de atenção.

A evocação do panorama inicial da museologia cabo-verdiana proporcionaria também apreciações quanto à concepção de museu nacional que parecem de reter. As dificuldades a enfrentar na concretização desse desígnio levariam a que fosse conferida a primazia aos museus de índole disciplinar passando estes a assumir uma posição de carácter dominante no contexto do país.

Como contraponto emergiria a apreciação das iniciativas congéneres de índole regional, tendo sido propostas nessa perspectiva linhas de pesquisa que será obrigatório prosseguir.

⁴¹¹ V. GOUVEIA, *As casas museu ...*, 1998.

⁴¹² Têm-se aqui em mente o Aquário projectado para o Mindelo e o Jardim Botânico previsto para o Município do Paúl, a que houve ocasião de fazer referência.

⁴¹³ V. GOUVEIA, 2015, p. 241 - 262.

Este esboço da evolução da museologia cabo-verdiana pós-independência, pressupõe naturalmente a análise das preocupações manifestadas quanto à adaptação do panorama da especialidade às realidades geográfico-culturais do território.

O propósito de organização de museus nas diferentes ilhas tem vindo a ser proclamado de forma continuada, perfilando-se como um vector da política sectorial a implementar⁴¹⁴.

O conjunto de propostas formuladas a esse respeito, ao longo da última vintena de anos, torna patente a intenção de contemplar os valores locais com maior impacto patrimonial. Não se chegaria contudo a ultrapassar, na generalidade dos casos, um mero enunciado das ideias motoras de base ou uma implementação meramente embrionária das iniciativas propostas.

Em termos afins parece também de referir que os estabelecimentos de tutela municipal não adquiriram ainda uma expressão significativa em Cabo Verde, pelo que continua ausente um elemento propulsor da realidade museológica regional que se considera imprescindível⁴¹⁵. A título complementar deverão ser apontadas as insuficiências que se patenteiam no tocante à articulação entre as realidades central e local, encontrando-se aí em causa o apoio técnico-científico de que os estabelecimentos de pequena dimensão continuam a carecer.

Prosseguindo nesta óptica de análise dir-se-á que as referências aos parques naturais e à sua implementação e expansão em Cabo Verde deverão ser entendidas igualmente como uma chamada de atenção para a amplitude do conceito de museu e para a diversidade dos acervos aí processados, acrescentando naturalmente o papel de promoção socio-económica atribuído a esse tipo de estabelecimentos.

Insistindo na temática dos parques naturais dir-se-á também que a sua criação se perfila como um factor capaz de corrigir a escassez tipológica que afectava a museologia cabo-verdiana anteriormente apontada. A sua presença atinge hoje em dia uma escala assinalável, não podendo deixar de ser vista como uma das componentes de modernização do panorama museológico do país⁴¹⁶.

⁴¹⁴ Opinião expressa, pelo então Presidente do IIPC, numa apreciação de síntese acerca da orientação a adoptar nessa matéria. V. CARVALHO, Carlos, 2005, p. 374-375.

⁴¹⁵ De recordar que de encontram presentemente consolidados em Cabo Verde apenas quatro museus de âmbito regional, sendo um tutelado pela administração central, dois da iniciativa municipal e o quarto de carácter privado.

⁴¹⁶ Foi já assinalado que os parques naturais constituem um sector patrimonial em crescimento, existindo presentemente em Santiago, Fogo, S. Nicolau e S. Vicente. De mencionar a organização de novas unidades em Santo Antão, Boavista, Sal e Santiago. V. ROSÁRIO, *Governo de Cabo Verde engajado ...*, 14-07-2010 e *Plano Director Municipal: Tarrafal de Santiago ...*, Fevereiro de 2010, p. 57.

A fim de se precisar melhor este comentário, será de destacar a dualidade prevalecente entre o património dito cultural e o de índole biológica e ambiental, geradora de uma clivagem de que resultam afastamentos e barreiras, porventura impeditivos de uma colaboração mais estreita entre as entidades de tutela dos valores patrimoniais cabo-verdianos. Esta dicotomia manifesta-se na generalidade dos contextos museológicos lusófonos pelo que não surpreende que seja assinalável no panorama territorial em análise

No âmbito desta apreciação genérica da realidade museológica arquipelágica, importará fazer também menção às repercussões no plano turístico, visto ocasionarem expectativas que têm vindo a ser focadas com insistência⁴¹⁷.

Uma observação atenta dessa realidade permite constatar todavia que os museus existentes revelam uma fraca capacidade de promoção nesse campo. As limitações patentes na oferta existente - comprovadas por cenografias pouco atractivas e pelo reduzido número de visitantes - prefiguram-se como elementos indicativos das insuficiências a analisar e corrigir.

Uma provável excepção poderia residir nos estabelecimentos vocacionados para a salvaguarda do património ambiental, posto que não se tornem aí patentes por enquanto os esforços visando a captação de público que se afiguram desejáveis.

Esta sequência de comentários permitirá afirmar que se está perante um conjunto de tópicos a aprofundar obrigatoriamente, quando do estudo e formulação da política da especialidade que deverá vir a ser concebida e implementada em Cabo Verde num horizonte próximo.

Na elaboração dessa política serão de contemplar os contributos que a museologia poderá vir a proporcionar ao desenvolvimento do país, visto prefigurarem-se como um factor de promoção cujo papel não deverá ser secundarizado.

As explanações produzidas anteriormente, em particular as de feição teórica, possibilitarão certamente um melhor enquadramento dos problemas latentes na museologia cabo-verdiana em que não se operaram até agora avanços particularmente significativos e que as medidas empreendidas não têm permitido ultrapassar. Os cenários que se antevêm também não se julgam propícios à resolução dos problemas apontados.

Transitando para uma linha de orientação afim daquela que tem sido prosseguida dir-se-á, tendo em linha de conta o quadro de situação traçado, que a metodologia a imprimir ao estudo de caso em que incide este ensaio terá que ser confrontada com algumas interrogações que convém explicitar.

⁴¹⁷ As potencialidades turísticas dos museus a as estratégias de concretização daí decorrentes são exploradas num dos trabalhos que integram esta edição. V. GUERREIRO, 2010.

De sublinhar que se considera que tais interrogações são de particular importância uma vez que poderão implicar que se venha a proceder a uma reavaliação das possibilidades de aplicação do conceito de base adoptado na condução deste estudo.

A reconversão *in situ* dos testemunhos mais significativos da memória do lugar que se continuam a manter, prefigura claramente uma dessas interrogações, sendo de focar a esse respeito que as intervenções nesse âmbito se encontram por enquanto apenas esboçadas. A escassez de testemunhos, capazes de documentar a evolução do recinto prisional numa perspectiva diacrónica, situa-se numa perspectiva afim pelo que se tornará indispensável recorrer à concepção e instalação de espaços e soluções expositivas que se poderão qualificar como de compensação. A título ilustrativo serão de citar tanto aspectos de vivência como ocorrências que serão de evocar no percurso histórico do estabelecimento prisional.

Dificuldades comparáveis parecem detectáveis no âmbito da área envolvente do recinto muralhado, uma vez que os processos de degradação compreendem aí situações cuja gravidade foi assinalada.

Dir-se-á em síntese que estas considerações permitem constatar que, muito embora tendo sido privilegiado, o sector interpretativo continua a colocar em Chão Bom problemas de difícil solução que mereceram até à data apenas contributos pontuais.

Acresce que a secundarização a que têm sido votadas as componentes funcionais, designadas habitualmente como de retaguarda, vem introduzir uma questão fulcral que é a da concepção e organização da estrutura funcional de que o estabelecimento a criar não poderá prescindir.

Será assim de concluir que a prossecução do programa de reconversão museológica deste sítio não ultrapassou até agora um estágio que deverá ser tido como incipiente, pelo que se antevê ainda um longo caminho a percorrer até que se possa transitar de forma consistente para o domínio da museologia aplicada.

Como elemento positivo será todavia de adiantar que uma avaliação preliminar das características do espaço testemunho permitirá comprovar que não se prefiguram dificuldades intransponíveis no tocante à sua transformação num museu de sítio.

A unidade e continuidade desse espaço de intervenção deverá ser tida como um requisito de base claramente favorável à implementação do programa de reconversão visado não se esboçando nessa via o tipo de problemas patentes noutros lugares de memória⁴¹⁸.

⁴¹⁸ De mencionar a propósito a solução encontrada para a parte do edificado com uma localização separada, bem como a alteração do estatuto tanto da antiga granja como do cemitério.

O entendimento do testemunho como o de *site culturel vivant*, passível de introduzir uma maior complexidade quando da sua transformação em museu também não parece de admitir, o que não impede, conforme foi já comentado, que as populações residentes na área controlada suscitem problemas cuja solução pressupõe uma capacidade de mobilização financeira difícil de satisfazer.

A situação de Chão Bom patenteia numa óptica afim, diferenças sensíveis quando comparada com a da Cidade Velha, dadas as dinâmicas patentes na evolução urbana desta última. Daí que o critério de reconversão museológica a adoptar apresente menores dificuldades, pelo que se prefigura como compatível com a criação de um museu de sítio. No caso da Cidade Velha uma tal possibilidade revela-se claramente mais longínqua e eivada de maiores dificuldades.

Uma abordagem de ordem teorizante permite detectar contudo problemas idênticos centrados no domínio aplicado envolvendo questões de índole técnica e organizativa cujo tratamento não poderá continuar a ser secundarizado. Residem aí as razões que motivariam as alterações introduzidas no título da versão actualizada deste ensaio que agora se dá a conhecer⁴¹⁹.

Compreende-se assim que a orientação a imprimir à continuação desta análise se deva desdobrar, compreendendo a par com as questões do domínio da museologia aplicada aquelas que são decorrentes de problemas financeiros.

Uma futura integração na chamada “rede nacional de museus” deveria viabilizar possibilidades de apoio capazes de contribuir para que se pudessem vir a ultrapassar parte das dificuldades de ordem funcional a enfrentar. Sucede no entanto que se está aí perante uma medida por ora sem consequências em termos práticos, pois beneficia apenas de uma cobertura legislativa, porventura pouco consistente e cujas consequências no plano aplicado se encontram ainda por definir⁴²⁰.

De concluir portanto que a autonomia funcional, inerente à criação em Chão Bom do modelo organizativo autónomo a programar para um museu de sítio, não parece ainda assegurada decorrendo daí problemas conceptuais e terminológicos que carecem de uma apreciação adequada.

Está-se assim perante questões que poderão ser tidas como em aberto, mas que se perfilam como fulcrais no tocante à metodologia a observar na programação de um museu de sítio.

⁴¹⁹ O título escolhido anteriormente seria o de *Ensaio sobre os Museus de Sítio em Cabo Verde*. V. GOUVEIA, 2013.

⁴²⁰ V. Decreto-lei nº 30/2016, de 16 de Abril.

Estes factores de diagnóstico proporcionam a oportunidade para que seja retomada uma constatação anterior que é a de que os projectos museológicos desencadeados em Cabo Verde têm sido confrontados com uma escassez de recursos muito acentuada em particular no tocante a meios técnicos e financeiros. Uma tal insuficiência poderá justificar a frequência das tentativas de concretização minimalistas com que se depara, sendo essa uma situação constatável tanto a nível nacional como regional⁴²¹.

Acresce que os recursos disponíveis têm sido habitualmente de proveniência estrangeira, o que concorre para que a sua mobilização revista carácter pontual, pouco susceptível de conferir aos projectos desencadeados a autonomia e a continuidade desejáveis. Não surpreende por conseguinte o arrastamento que se verifica na concretização da generalidade das iniciativas da especialidade.

A evolução verificada em Chão Bom exemplifica claramente essa situação, uma vez que os seus avanços mais sensíveis, ocorridos em finais dos anos noventa, decorreriam de financiamentos portugueses. Numa visão consonante será de salientar que em todas as tentativas de relançamento dos trabalhos, ensaiadas posteriormente, a concessão de participações financeiras externas emergiria como uma condição necessária.

Os apelos feitos aos PALOP nesse sentido têm sido frequentes, parecendo determinante a importância que continua a ser atribuída a esses possíveis apoios. A proposta de candidatura do sítio a património mundial, já ensaiada, deverá ser entendida numa perspectiva afim, uma vez que a classificação pretendida facilitaria seguramente uma maior canalização de meios económicos provenientes do exterior⁴²².

No intuito de precisar melhor esse cenário importará ter presente que a internacionalização do projecto de Chão Bom não reveste potencialidades comparáveis àquelas que se oferecem à Cidade Velha, pois esta é considerada como valor patrimonial emblemático de Cabo Verde. Crê-se por isso que a secundarização do caso em estudo se tornará inevitável, deparando-se desse modo com uma circunstância desfavorável num contexto em que a escassez de recursos financeiros é uma constante. O empenho que tem vindo a ser

⁴²¹ Este ponto de vista tem sido partilhado por estudiosos da realidade museológica do país, V. MENDES, 2010.

⁴²² Em 2013 seria apresentada por Cabo Verde uma lista de valores cuja classificação como Património Mundial se pretendia acionar. O Tarrafal era um desses valores sendo a sua pre-candidatura sido incluída numa lista indicativa que a UNESCO viria a dar a conhecer. V, *Campo do Tarrafal aceite ...*, 01 Novembro 2015.

manifestado pela candidatura da morna a património mundial imaterial poderá ser entendido como traduzindo uma prioridade quanto à mobilização de apoios financeiros comprovativa da situação agora apontada⁴²³.

Muito embora menos relevante do que a Cidade Velha e também com menor impacto do que os centros históricos das principais cidades, o sítio de Chão Bom tem revestido uma presença singular na evolução do panorama patrimonial cabo-verdiano, pois a opção em favor da criação de um museu seria aí assumida de modo continuado⁴²⁴. Prefigura-se nessa óptica como um caso a reter pelo que a sua exploração como estudo de caso, capaz de fornecer o sustentáculo teórico-prático de que este ensaio carecia, se perfila por certo como uma opção apropriada.

O panorama museológico com que se depara actualmente em Cabo Verde vem sendo construído sobretudo ao longo das duas últimas décadas, parecendo sintomático que o programa de Chão Bom continue a marcar presença ao longo desse período.

A orientação traçada, ainda no decurso dos anos oitenta, seria consolidada em meados da década seguinte, visto ter sido reiterado então o propósito de se vir a transformar em museu o antigo estabelecimento prisional.

As questões do domínio da museologia aplicada perfilam-se contudo como uma condicionante na evolução deste processo, exigindo respostas tanto em termos financeiros como técnicos, para as quais não se torna possível conceber soluções convincentes. Não surpreende portanto que os avanços operados no plano museológico tenham revestido carácter irregular, prolongando-se assim uma situação indefinida que não foi ainda ultrapassada. Deriva daí um arrastamento na prossecução das iniciativas desencadeadas, estando-se perante uma característica extensível ao panorama museológico cabo-verdiano.

As hipóteses de avanço dos trabalhos que se têm vindo a gizar também não têm beneficiado de apoios promissores decorrendo daí as sucessivas situações de impasse a que têm sido feitas repetidas referências.

Numa perspectiva temática, até agora dominante, o museu de Chão Bom tem sido considerado como um estabelecimento orientado para a história contemporânea, tanto de Portugal como dos países de expressão portuguesa. Entende-se todavia que o interesse que reveste em Cabo Verde do ponto de vista museológico terá que aliar essa característica à sua condição de museu de sítio. O programa de obras desencadeado em finais de 2015, mas

⁴²³ V. MAGALHÃES, *Abraão Vicente ...*, 15Outubro2016.

⁴²⁴ Centros históricos como os de Nova Sintra, Praia e São Filipe, constam da lista indicativa de candidaturas a Património Mundial aceite pela UNESCO, V. *Campo do Tarrafal ...*, Expresso das Ilhas com Inforpress, 01novembro2015.

interrompido nos começos do ano seguinte, que houve ocasião de apreciar, poderá ser apresentado como um comprovativo recente destas considerações.

A aquisição do estatuto de museu de sítio ficará portanto dependente em Chão Bom da solução que se venha a desenhar para a resolução dos problemas que têm vindo a ser apresentados.

De ter em atenção a este propósito que o conceito de museu tem revestido habitualmente em Cabo Verde uma índole restritiva o que se tem revelado também pouco favorável ao avanço do caso em estudo.

A evocação da proposta de criação de um museu, no interior do recinto prisional, ilustra de modo convincente esta dificuldade, pelo que se torna indispensável ampliar a concepção de museu a contextos mais vastos passando a ser contemplada desse modo a incorporação no acervo desses estabelecimentos de testemunhos com maior amplitude e diversidade.

Na perspectiva agora esboçada será de atender ainda a que se depara em Cabo Verde com propostas de índole museológica implicando a resolução de problemas idênticos, àqueles com que se depara em Chão Bom, pelo que a resolução a adoptar nesse caso poderá passar a constituir um elemento motor no tocante ao panorama da especialidade.

A terminar, julga-se de salientar que as fontes de informação disponíveis parecem sugerir uma apreciação cautelosa do projecto em análise inclusive por não ter vindo a ser conferido ao tema um tratamento com a ênfase que seria de esperar. De sublinhar que o reforço do investimento afectado figura na documentação consultada como uma condição necessária e que a situação minimalista, posta em evidência na análise conduzida anteriormente, tem vindo também a ser enfatizada na bibliografia de índole especializada produzida⁴²⁵.

Não se julgam também de omitir as fragilidades patentes no papel a cargo do organismo de tutela que uma observação atenta da evolução recente operada no cenário em causa viria confirmar⁴²⁶. Será portanto de prever que não se prenciam num futuro próximo progressos sensíveis na situação de arrastamento que a evolução deste projecto tem vindo a enfrentar.

Nessas circunstâncias, dir-se-á que um programa museológico pouco dispendioso, obedecendo a objectivos precisos e a uma orientação programática

⁴²⁵ Num pequeno estudo sobre “desenvolvimento local e turismo”, o “Museu de Chão Bom (a ser restaurado e recuperado)”, seria apenas objecto de uma referência pontual. V. MILANI e DROULERS, 2002, p. 12. Tal não impede que num documento mais recente – o Plano Director Municipal – o Campo do Tarrafal é referido como o “único Património cultural classificado do Concelho”, pelo que caso venha a ser “devidamente aproveitado poderá transformar o Município do Tarrafal num importante destino cultural e turístico”. V. *Plano Director Municipal: Tarrafal de Santiago ...*, Fevereiro de 2010, p. 61.

⁴²⁶ Refere-se aqui naturalmente o Instituto do Património Cultural cujo clima interno tem revelado fragilidades que têm sido noticiadas na comunicação social. V. *Ministro da cultura demite ...* 13 Julho 2017 e *IPC: Abraão Vicente demite ...*, 3 Julho 2017.

definida com rigor, possa prefigurar-se como a via capaz de permitir ultrapassar o impasse existente. Reforçar-se-á desse modo a posição deste estabelecimento no panorama museológico cabo-verdiano, indo-se desse modo ao encontro das posições que se têm patenteado ao longo deste ensaio.

De rematar, insistindo na necessidade de acompanhamento conceptual e sustentação terminológica das medidas que venham a ser empreendidas, estando-se aí perante um pressuposto indispensável sublinhado de forma repetida ao longo deste texto, mas que não tem sido merecedor, em termos oficiais, da atenção que lhe deveria ter sido dispensada.

Dezembro de 2012 / Julho de 2017

Fontes

Artigos de imprensa

- A Guiné-Bissau pode estar na iminência de um golpe de estado*, V. Diário de Notícias – Mudo, 21 de Junho de 2017.
- Aquário do Mindelo: Um projecto ambicioso*. Terra Nova. Julho. 1999. p. 1 p. ils.
- CARVALHO, LUÍS. *O trabalho dos investigadores deve responder às exigências do desenvolvimento rural*. Voz di Povo. 26 de Outubro de 1986. 1986. p. 8-9
- BRITO, Kim Zé, *Museu do Mar avança*, A Semana, de 24 de Maio de 2002.
- Cabo Verde prepara candidatura do Campo do Tarrafal a Património Mundial da Humanidade*, Jornal Digital, de 5 de Janeiro de 2010
- Cabo Verde: Cidade Velha já é Património Mundial da Humanidade*, <http://www.jornal digital.com/noticias.php?noticia=18715> (02-07-2009)
- Cabo Verde pede ajuda à CPLP para Museu de Resistência Antifascista*, ANGOP-África, Luanda, 10 de Julho de 2009.
- Cabo Verde prepara candidatura da morna a Património Mundial*, África 21 Digital, 14 de Junho de 2017.
- Cabo Verde quer reconhecimento do Tarrafal como Património Mundial*, Panapress, Praia, 29-04-2009.
- Campo de Concentração do Tarrafal acolhe Simpósio Internacional*, Inforpress, Praia 21Abr2009.
- Campo de Concentração do Tarrafal vai ter museu virtual*, SAPO c/Inforpress, 118-4-2016.
- Campo do Tarrafal aceite na lista indicativa da UNESCO*, Expresso das Ilhas com Inforpress, 01Novembro2015.

- Candidatura do Campo de Concentração do Tarrafal a Património Mundial vai avançar*, Liberal Media Plus S. A. de 7 de Janeiro de 2010.
- CARVALHO, Luís, *Campo de Concentração do Tarrafal nunca mais*, A Nação, 87, 30-04 a 04-05-2009.
- CARVALHO, Carlos (entrev.), *Património: “Tanto o Estado como os privados têm que fazer cedências”*, Kriolidadi, A Semana nº 716, de 3 de Junho de 2005.
- Casa Museu: Inauguração da Casa Museu*, Biografia e Obra: Eugénio TavaresOrg, <http://www.eugeniotavares.org/docs/pt> (05-12-2010).
- CASTANHEIRA, João Pedro. *Verdades e Mentiras*. Actual / Expresso. 1972. 14 Agosto. 2010. p. 8-12 il.
- CASTANHEIRA, José Pedro, *O Último Director do Tarrafal*, Expresso de 25 de Abril de 2009.
- CAVACO, Paula, *Testemunhos do passado*. Horizonte, 13 de Maio de 1999.
- Conferencistas querem reconhecimento do futuro Museu*, Horizonte, 6 de Maio de 1999.
- “Cidade Velha” candidata a património mundial*, BBCParaAfrica.com, 02 Outubro 2007.
- COTRIM, António, *Portugal ajuda Cabo Verde a transformar antigo campo de concentração em museu*, Observador, 8/7/2015.
- DIAS, José Sousa, *Tarrafal “Campo da morte lenta” ao abandono*, Lusa, 2015-06-18
- Discurso PM abertura Simpósio Campo de Concentração do Tarrafal*, <http://www.governo.cv>, 29-abr-2009.
- Especial 40 anos de Independência: Tarrafal “Campo da morte lenta” ao abandon*, Cabo Verde: Quarenta Anos de Independência, 29 de Junho de 2015.
- “Estávamos todos cansados da guerra”, lembra Corsino Tolentino*. DW Notícias/Especiais, 4 p. inum.
- Ex-presos reagem à reactivação do Campo prisional: Tarrafal nunca mais!*, A Semana, 13 de Setembro de 1993.
- FORTES, Teresa Sofia, *Vem aí o Museu Nacional*, Supl. Kriolidadi, de 30 de Janeiro de 2009.
- FORTES, Teresa Sofia, *Museus e Turismo estão de costas voltadas*, <http://www.asemana.publ.cv/>
- Jardim dos Cinco Continentes apresentado na Cidade Velha*, Brava News, 05Jun2010, <http://www.bravanews.com> (01-12-2010).
- FRANCO, Matilde Sousa, *O Arquitecto Luís Benavente e o Património Cultural: Acção e Pioneirismo*, O Independente, 24 de Julho de 1994.
- Inauguração do Museu do Campo de Concentração do Tarrafal*, Agência Lusa – Internacional, 21-01-2016.
- Inauguração do Museu Municipal de S. Filipe, Fogo.Cabo Verde*, 09 Dezembro 2008, <http://museusaofilipe-fogo.blogspot.com/2008/12>, (04-12-2010)

- GRANADEIRO, Sérgio. *Tarrafal: Chão Bom: Memórias e Verdades: José Vicente Lopes*, Expresso – Actual, 14 de Agosto de 2010
- LOPES FILHO, João. *Sugestões para Museus em Cabo Verde*. Artilheira. 79. Novembro-Dezembro. 2006. p. 3, 8 e 17.
- LOPES, José Vicente, *Museu do Tarrafal pronto em seis meses*, A Semana, 18 de Dezembro de 1998, Ano VIII, nº 382.
- LOPES, José Vicente, *Preservar memória do Tarrafal e outros tarrafais*, BBC para Africa.com, 18 de Maio de 2009.
- MAGALHÃES, Chissana, Abraão Vicente: “Não posso criar obras que o próximo ministro revogue por decreto”, Expresso das Ilhas, 15 outubro 2016.
- MENDES, Carlos, *Que museu para o ex-Campo de Concentração do Tarrafal? - I*, A Nação, Março de 2009.
- MENDES, Carlos, *Que museu para o ex-Campo de Concentração do Tarrafal? - II*, A Nação, nº 89, 14 a 20 de Maio de 2009, p.16
- MENDES, Dulcina, *Charles Akibode é oficialmente presidente do Instituto do Património Cultural*, Expresso das Ilhas, 01 de Julho de 2016.
- MENDONÇA, José Luís, *Crónica do Tarrafal*, O País / Opinião, 14-04-2009.
- Manuel Veiga apresenta projectos para o ex-Campo de Concentração do Tarrafal*, <http://www.ric.cv> , 30-Apr-2009.
- MIGUEL, Amâncio, *Turismo cultural poderá alavancar as economias, afirmam especialistas de Cabo Verde e Moçambique*, Agenda Cultural, ForumFacebook, março 29, 20117.
- MIMOSO, Alexandre Brás. *Cooperação com Cabo Verde no domínio do património arquitectónico: Ponto da Situação: Visita de S. Ex^a o Sr. Primeiro Ministro: Documento de trabalho*. Ministério da Cultura / IPPAAR. 1997. 7 p. + Adenda.
- Ministro da Cultura demite presidente do IPC e promete mais mexidas*, Expresso das Ilhas com Inforpress, 03 de Julho de 2017.
- IPC: Abraão Vicente demite Charles Akibode*, A Nação, 3 de Julho de 2017.
- Museu de Arte Tradicional em São Vicente rebaptizado Casa Senador Vera-Cruz*, RTC-Radiotelevisão Caboverdiana, www.rtc.cv, 24Out2010.
- Museu de Tabanka é opção de passeio em Cabo Verde*, Guia da Semana, 5 de Junho de 2009.
- Museu da Resistência: Governo recolhe espólios*, Horizonte, 1999, Ano I, nº 33, p. III
- NOGUEIRA, Gláucia, *Revisitar o Tarrafal*, África 21, Maio 2009, p. 40-41 il.
- NOGUEIRA, Gláucia, *A riqueza que Cabo Verde tem ... e não sabe*, África 21, de 31-07-2009.
- NUNES, Leonor, *Rogério Ribeiro estuda o projecto: Tarrafal vai tornar-se museu*, O Diário, de 3 de Março de 1989.
- Obras no Tarrafal terão feito desabar edifício da antiga secretaria*, Agência Lusa – Internacional, 19-01-2016.

- Oceanário do Mindelo é uma obra arquitectónica virada para o futuro: Recuperação da Capitania Velha deverá arrancar ainda este ano.* O Cidadão. 5 de Novembro. 1999. p. 4
- PACHECO, Nuno e Jorge Tomás PEREIRA “*Tarrafal nunca mais*”: *Ex-presos reagem à reactivação do campo prisional.* A Semana. - Ano III, nº 120, 13 de Setembro de 1993, p. 3.
- País vai ter um Museu nacional além de Museus locais nas nove ilhas.* Notícias Lusófonas: Cabo Verde, 4February 2004
- Pedro Martins, o prisioneiro mais jovem do Tarrafal,* DW – Notícias <especiais, s/d.
- PIMENTEL, Irene, *Alguns dados sobre o Campo de concentração do Tarrafal,* Caminhos da Memória, 21-Mai-2009.
- PINA, Alírio Dias de, *Parque Natural do Fogo inaugurado: Uma aposta para proteger o ambiente e atrair turistas,* A Semana, de 24 de Outubro de 2003.
- PINA, Alírio Dias de, *Mudança de gestão no Parque de Monte Gordo,* A Semana/Cifrão/ Economia, de 30 de Janeiro de 2009.
- Portugal ajuda Cabo Verde a transformar antigo campo de concentração em museu,* Lusa – Cultura, Julho 8, 2015.
- Portugal atribui 120 mil contos ao projecto de transformação do Tarrafal,* Público on line, 14-12-1998.
- O presídio do Tarrafal transformado numa estância turística.* O Arquipélago. 617. 6 de Junho. 1974. p.
- Obras descaracterizam antigo campo de Concentração do Tarrafal em Cabo Verde – especialistas,* Lusa – Actualidade, 18 jan[2016].
- QUEIRÓS, Luís Miguel, *Historiadores portugueses e africanos querem musealizar prisões salazaristas,* 01/11/2013, s/l.
- Ribeira Brava tem o primeiro Museu da Água do País,* A Nação, 12-Abr-2010, <http://www.alfa.cv/anacao>.
- Rogério Fernando da Silva Ribeiro (1930-2008),* Revista Convergências, 2007, <http://convergencias.esart.ipcb.pt/carreira/13>.
- ROSÁRIO, João do, *Governo de Cabo Verde engajado na preservação do meio ambiente,* Página Oficial do PAICV, 14-07-2010.
- Sé Velha: Ruína total ameaça jóia da arquitectura portuguesa.* Cooperação. 1. 2001. p. 13-14 il.
- Sal: Governo quer declarar Salinas de Pedra de Lume como Património Nacional,* Inforpress/ Expresso das Ilhas, 17-10-2011.
- SEMEDO, Brito, “*Casa da Memória*”, *Catálogo-Livro,* Esquina do Tempo, 2 Dez 15.
- SILVA, Américo, *O Oceanário, um projecto adiado.* Expresso das Ilhas, Cultura, Nº 537, 14 de Março de 2012.
- Simpósio Internacional sobre o Tarrafal,* 8 de Maio de 2009, <http://maismemoria.org/mm/2009/05/08/simposio-internacional-sobre-o-tarrafal/> .

- Simpósio Internacional sobre o Tarrafal*, Caminhos da Memória, <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/antologia/simpósio-internacional-sobre-tarrafal> (10-07-2009).
- Simpósio Internacional sobre o Campo de Concentração do Tarrafal*, Jornal Digital, 2009-04-29.
- SOARES, Sérgio, *Cidade Velha: Risco tropical de Siza Vieira: Entrevista*, Cooperação, nº 01, 2001, p. 2-9, il.
- Tarrafal: Antigo presídio vai ser museu*, Diário de Notícias de 15 de Dezembro de 1998.
- Tarrafal: de inferno a Património da Humanidade*, A Nação, 87, 30-04 a 06-05-2009
- Tarrafal: Discurso de José Maria Neves, Primeiro-Ministro de Cabo Verde*, Caminhos da Memória, 09-Jun-2007.
- Tarrafal: Museu da Resistência será inaugurado em 2009*, Voz di Povo – Online.Com, Monday, January 19th [13-Set-2007].
- Tarrafal: Obras no futuro Museu da Resistência*, Horizonte, Supl. Regiões - Ano I, nº 3 (1999), p. I
- Tarrafal vira centro histórico das lutas de libertação em África*, Novo Jornal de Angola, ed. nº 68 de 8 de Maio de 2009. TAVARES, L. *Inauguração em S. Jorge dos Orgãos do Jardim Botânico Nacional*. Voz di Povo. XII-727. 1988. p.
- TEÓFILO, Hilda, *Casa da Memória*, Descobrir o País, 25-05-2010.
- Transformação Campo de Concentração em Museu incrementa concelho Tarrafal*, <http://www.inforpress.publ.cv> (23-06-2009).
- Uma visita ao Campo de Concentração do Tarrafal / Cabo Verde*, Viajar entre Viagens, http://www.viajar_entre_viagens.pt/.
- Vandalizada a pousada que Álvaro Siza Vieira projectou para a Cidade Velha*, Lusa, 9Setembro2016.
- VARELA, José Maria, *Museu da Resistência será inaugurado em 2009*. Inforpress, 12Sep2007.

Textos não editados

- ALMEIDA, João Bento de, *Sé Velha: Cabo Verde: Estudo prévio*, IPPC, Lisboa, Setembro de 1989, 7 p. ils. inum.
- ALMEIDA, João Bento de, *Sé Velha: Cabo Verde: Projecto de Reabilitação das Ruínas da Sé Velha: Ribeira Grande: Cabo Verde*, João Bento de Almeida - arquitecto, Lisboa, Outubro de 1990, 2 p. dact. + 14 des.
- ALVES, Maria Eugénia Gomes. *Museus e Centros Culturais: Análise comparativa: Museu Etnográfico da Praia e Palácio da Cultura Ildo Lobo*. (Mestrado em Património e Desenvolvimento - Património e Museologia, Universidade de Cabo Verde, 2009) 59 p. inum.+ Anexos.

- ALVES, Maria Eugénia Gomes. *Processamento do Património*. (Mestrado em Património e Desenvolvimento, Universidade de Cabo Verde, 2009) 18 p. inum.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de, *Cap Vert: La Préservation de sa Mémoire*, UNESCO – Rapport de la mission réalisée du 27/11 au 27/12/80, Paris
- CARVALHO, Carlos, *Projecto do Ministério da Cultura de Cabo Verde sobre o Campo de Concentração do Tarrafal*, Simpósio Internacional sobre o Tarrafal, Quarto Painel: Que futuro para o Campo do Tarrafal, 30 de Outubro de 2009.
- CARVALHO, Gonçalo de. *The Underwater Cultural Heritage of Cape Verde and Mozambique Under the Hammer*. (M A in Maritime Archeology, Institute of Archeology, University College London, 2009).
- Cidade Velha: Centre historique de Ribeira Grande: Cap-Vert: Proposition d'inscription sur la Liste du patrimoine mondial*, UNESCO-Convention du patrimoine mondial, Janvier 2008.
- Declaração final assinada por ocasião da visita a Cabo Verde do Ministro de Portugal a concite do Ministro da Cultura de Cabo Verde*, Praia, 24 de Julho de 1999, 5 p. dact.
- DELGADO, António Jorge, *Organização de um Serviço de Salvaguarda do Património edificado, Mindelo*, 1985.
- DELGADO, António Jorge, *Esboço de proposta de classificação de espaços públicos, edifícios e elementos significativos da Vila da Ribeira Grande*, Mindelo, MHOP, 1983.
- DUGAST, François, *Conclusions et Resultats principaux concernant la Sauvegarde de Cidade Velha*, Octobre 1986, Rapport de ...
- FREIRE, Verónica dos Reis, *A experiência cabo-verdiana no domínio do património*, Ciclo de Sensibilização no Domínio do Arquivo, da História e do Património, Março-1993, 3 p. inum.
- GALLINARO, Damiano, *O papel do Museu da Resistência de Chão Bom no desenvolvimento turístico da Vila do Tarrafal: Cabo Verde*, Università de La Sapienza, Dep. AGEMUS.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, *Contribuição para o Estudo da Museologia portuguesa oitocentista*, 2008, 101 p. dact.⁴²⁷
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Inovação museológica em Portugal: As casas-museu*. Lisboa, APOM, 1998.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho e LOPES FILHO, João, *Museologia e Património de Cabo Verde: Relatório sumário da missão realizada por dois docentes da FCSH em Setembro de 1998*, Universidade Nova de Lisboa, Dezembro de 1998, 31 p. dact.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho e ANTUNES, Luís Pequito, *Ilha do Fogo: Museologia e Património. Missão da UCCLA a Cabo Verde em Janeiro de 2005*, UCCLA/ Lisboa, 27 de Janeiro de 2005, 5 p. dact.

⁴²⁷ Previsto para publicação em Humanística, ULHT, 2010.

- LÉON, Martha de et al. *Dossier: Apresentação referente à Primeira Fase do Projecto de Recuperação/Reabilitação do Campo de Concentração do Tarrafal: Complexo cultural e museístico*. Praia: República de Cabo Verde: Ministério da Cultura: Gabinete de Salvaguarda do Património. 1998. 11 p. + des.+ fot.
- LÉON HEREDIA, Martha de e ALVAREZ FERNANDEZ, Héctor. *Projecto de Restauro: Museu da Resistência*, Ministério da Cultura Gabinete de Salvaguarda do Património, Praia, 1998. 8 p.+ des. e fot.
- LIMA, A. G. Mesquitela. *Projecto para a criação de um Museu em Cabo Verde*. Lisboa: UNL-FCSH. 1979. 21 p.+ il.
- LIMA, A. G. Mesquitela. *Relatório: Viagem à Província de Cabo Verde, palestras e mesa redonda sobre a problemática antropológica e do povoamento de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola. 1966. 36 p. dact.+ doc.+ fotogr.
- LOBO, Francisco de Sousa. *O Sistema defensivo da Cidade Velha na Ilha de Santiago*. 1995.
- LOPES FILHO, João, *Programa museológico para o Museu do Sal*, Praia, 2004, 18 p. dact.
- MAGALHÃES, Chissana, *Abraão Vicente: “Não posso criar obras que o próximo ministro revogue por decreto”*, Expresso das Ilhas, 15Outubro 2016.
- [MARTINS], Pedro, *Transformação do ex-Campo de Concentração do Tarrafal num Museu da Resistência*. s/l.: s/d. 7 p. inum.
- [MARTINS], Pedro, *Transformação do ex-Campo de Concentração do Tarrafal num Museu da Resistência: Projecto do Museu: Orçamento*. Praia: P. Martins - Arquitectura, Engenharia & Gestão. 1997. 26 p. inum. il.
- MIMOSO, Alexandre Brás. *Cooperação com Cabo Verde no domínio do património arquitectónico: Ponto da Situação: Visita de S. Ex^a o Sr. Primeiro Ministro: Documento de trabalho*. Ministério da Cultura / IPPAAR. 1997. 7 p. + Adenda.
- MIMOSO, Alexandre Brás. *Missão a Cabo Verde: Novembro de 1996: Relatório*. Lisboa: 1997. 72 p. policopiado.
- MIMOSO, Alexandre Brás. *Missão a Cabo Verde: Consolidação das Ruínas da Sé da Cidade Velha: Março/Abril de 1998: Relatório*. 1998. 11 p. policopiado.
- MIMOSO, Alexandre Brás. *Uma Ideia para as Ruínas da Sé da Cidade da Ribeira Grande*. s/l., 1999. 6 p. il.
- NORMAN, Jane, *Conservation Assessment: Institute of Cultural Patrimony Museums*, Ministry of Culture, Cape Verde, 6 p. dact. IIs.
- PEREIRA, Djamila e Martinho BRITO, *Projecto de Reabilitação do ex-Campo de Concentração, actual Museu da Resistência do Tarrafal*, Praia, Direcção de Salvaguarda do Património – INIPC, 05 de Fevereiro de 2002, 8 p. dact. inum.
- Plano Director Municipal: Tarrafal de Santiago: Proposta de Relatório: 1ª Fase: Caracterização e Diagnóstico*. Praia Fevereiro de 2010, 132 p. ils.

Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para a recuperação da Cidade Velha de Cabo Verde, Mindelo, 13 de Junho de 1988, 4p. dact.

Proposta para a elaboração do Plano de Reabilitação integrada da Cidade Velha, Grupo ARCOTECH – Setembro 1992.

Ribeira Grande a Cidade Velha..., Exposição IPPC, Outubro de 1989.

RODRIGUES, Nélida, *Gabinete Museológico*, INAC, s/d. 1 p. dact.

RODRIGUES, Nélida, *Área de museologia*, Ciclo de Sensibilização no Domínio do Arquivo, da História e do Património, Departamento de Monumentos e Sítios do INAC, Março – 1993, 2 p. dact.

ROELS, Johan, Jorge TEIXEIRA et Elmar KUHLMAN, *Étude préliminaire pour le Développement urbanistique de Cidade Velha*, Praia, Août 1989.

SIMON, Paul-Émile. *Ribeira Grande, a Cidade Velha: Devenir d'une ville historique: Première phase: Diagnostique et pronostique*. Institut National de Culture du Cap-Vert / UNESCO. Octobre 1992. 106 p. ill.

SOLER, David Marchán. *El Sistema de Documentación en la Republica de Cabo Verde + Catálogo de Fotografía de Museo*. Praia: 1993. (Colaboración Cubana). 26 + 7 p. mimeogr.

SOLER, Salvador David Marchan. *Manual de Conservación*. Praia: 1993-1994. 62 p. mimeogr.+Anexos.

Título do Projecto: Criação de um Jardim Botânico na Ilha de Santo Antão (Concelho do Paul). Partes I e II vols. Liga dos Amigos do Paul. [1993]. 15 + 9 p. ils.

Legislação

- *Portaria nº 40, de 22 de Janeiro de 1922 | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 14, de 08-04-1922* - Promoção da arqueologia em Cabo Verde.
- *Decreto-Lei nº 26.539, de 23 de Abril de 1936 | Diário do Governo nº 96, Série I, de 23-04-1936* - Cria uma colónia penal para presos políticos e sociais no Tarrafal, da Ilha de Santiago, no Arquipélago de Cabo Verde.
- *Decreto-Lei nº 40.675, de 7 de Julho de 1956 | Diário do Governo nº 141, Serie I, de 26-07-1956* - Extingue a Colónia Penal de Cabo Verde, criada pelo Decreto-Lei nº 26.539.
- *Portaria nº 18.539, de 17 de Junho de 1961 | Diário do Governo nº 139, Série I, de 17-06-1961* - Institui em Chão Bom um campo de trabalho, cujo regulamento será aprovado por Despacho do Ministro do Ultramar.
- *Portaria de 10 de Janeiro de 1970 | Suplemento Boletim Oficial de Cabo Verde nº 2, de 14-01-1970* - Relativa a pessoal da Repartição de Gabinete
- *Lei nº 13/74, de 17 de Dezembro* - Cria o Ministério da Educação e Cultura

- *Decreto-Lei nº 45/75, de 24 de Maio* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 21, I Série, de 24-05-1975* - Cria a Comissão de Investigação e Divulgação Cultural.
 - *Portaria nº 45/75, de 7 de Junho* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 23, I Série, de 07-06-1975* - Respeitante à Comissão de Investigação e Divulgação Cultural e à criação das suas Delegações.
 - *Decreto-Lei nº 3/75, de 19 de Julho* | *Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 3, de 19-07-1975* - Extingue o Presídio e o Campo de Trabalho de Chão Bom, Tarrafal.
 - *Decreto nº 50/77, de 12 de Abril* | *Diário da República nº 83, I Série, 12-04-1977* - Aprova o Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado em 12 de Janeiro de 1977, cujo texto se publica em anexo.
- Decreto nº 103/77, de 23 de Outubro* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 43, I Série, 22-10-1977*
- Cria o Centro Nacional de Artesanato.
- *Despacho do Primeiro-Ministro de 21 de Dezembro de 1978* | *Boletim Oficial nº 51, de 23-12-1978* - Cria uma Comissão Nacional presidida pelo Ministro da Coordenação Económica e Comissões locais concelhias presididas por delegados do Governo em cada Concelho.
 - *Portaria nº 45/86, de 29 de Novembro* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 48, de 29-11-1986*
- Cria o Ministério da Informação, Cultura e Desportos.
 - *Decreto nº 123/88, de 31 de Dezembro* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 53, 4º Suplemento, 31-12-1988* - Cria o Arquivo Histórico Nacional
 - *Decreto-Lei nº 99-A/90, de 27 de Outubro* | *Suplemento ao Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 43, 27-10-1990* - Cria no âmbito do Ministério da Informação, Cultura e Desportos o Instituto Nacional da Cultura e publica os respectivos Estatutos.
 - *Decreto-Lei nº 101-C/90, de 23 de Novembro* | *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde nº 46, de 23-11-1990* - Cria no âmbito do Ministério da Informação, Cultura e Desportos, a Direcção Geral dos Assuntos Culturais
 - *Decreto nº 121/90, de 8 de Dezembro* | *Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 49, de 8-12-1990* - Atribui à Cidade Velha o estatuto de sítio histórico.
 - *Decreto-Lei nº 102/III/90, de 29 de Dezembro* | *Suplemento ao Boletim Oficial de Cabo Verde nº 52, I Série, de 29-12-1990* - Publica a Lei nº 102/III/90, tendo como objecto a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano.
 - *Despacho do Ministério da Cultura e Comunicação, 26 de Julho de 1993* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 27, I Série, de 26-07-1993* - Designa uma Comissão Nacional para erigir um monumento de homenagem a Amílcar Cabral.
 - *Decreto nº 14/97, de 24 de Março* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 11, I Série, de 24-03-1997*
- Aprova a orgânica do Ministério da Educação, Ciência e Cultura.
 - *Decreto nº 54/97, de 12 de Outubro* | *Diário da República nº 228, I Série, 02-10-1997* - Aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde na Área do Património Arquitectónico e Recuperação do Património Histórico, assinado na Praia aos 18 de Fevereiro de 1997, publicando-se em anexo a versão em língua portuguesa.

- *Decreto-Lei nº 97/97, de 31 de Dezembro | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 7, de 31-12-1997*
- Cria junto do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura o Gabinete de Salvaguarda do Património.
- *Decreto-Lei nº 98/97, de 31 de Dezembro | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 7, de 31-12-1997*
- Extingue diversos organismos públicos entre os quais o Centro Nacional de Artesanato, criado pelo Decreto nº 103/77 e o Instituto Nacional da Cultura, criado pelo Decreto-Lei nº 99-A/90, de 27 de Outubro.
- *Decreto-Lei nº 53/99, de 23 de Agosto | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 30, I Série, de 23-08-1999* - Aprova o Diploma Orgânico do Ministério da Cultura.
- *Decreto Regulamentar nº 2/2000, de 17 de Maio | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 14, I Série, de 17-05-2000* - Aprova os Estatutos do Instituto de Investigação e Património Cultural.
- *Decreto-Lei nº 25/2001, de 5 de Novembro | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 36, I Série, de 05-11-2001* - Estabelece a estrutura orgânica do Ministério da Educação, Cultura e Desportos.
- *Decreto-Lei nº 30/2002, de 30 de Dezembro | Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 37, I Série, de 30-12-2002* - Altera a estrutura organizativa do Governo, criando o Ministério da Cultura e Desportos e extinguindo o Ministério da Cultura.
- *Decreto-Lei nº 2/2003, de 24 de Fevereiro | Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 5, I Série, 24-02-2003* - Aprova o diploma orgânico do Ministério da Cultura e Desportos, sob cuja superintendência fica o Instituto da Investigação e do Património Cultural.
- *Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro | Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 5, I Série, 24-02-2003* - Define o Regime jurídico dos espaços naturais.
- *Decreto-Regulamentar nº 2/2004, de 17 de Maio | Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 14, I Série, de 11-05-2004* - Aprova os Estatutos do Instituto da Investigação e do Património Culturais.
- *Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto | Diário da República nº 195, I Série-A* - Aprova a Lei-Quadro dos Museus portugueses.
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2006 | Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 25, I Série, de 14 de Agosto* - Classifica como Património Nacional as dependências da prisão do Tarrafal e declara o dia 29 de Outubro como dia da Resistência Antifascista.
- *Decreto-Lei nº 39/2006, de 10 de Junho | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 20, I Série de 10-07-2006* - Aprova nova estrutura do Governo.
- *Decreto-Regulamentar nº 19/2007, de 31 de Dezembro | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 48, I Série, de 31-12-2007* - Delimita o Parque Natural da Serra da Malagueta, na Ilha de Santiago, pertencente à Rede Nacional de Áreas Protegidas. (v. tb. Decrº-Regulamentar nº 10/2007)
- *Decreto-Lei nº 33/2008, de 27 de Outubro | Boletim Oficial de Cabo Verde nº 39, I Série, de 27-10-2008* - Define a nova estrutura governamental, que compreende um Ministério da Cultura e substitui o Ministério do Ambiente e Agricultura por um Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos.

- *Resolução nº 6/2009, de 16 de Março* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 11, de 16-03-2009* - Declara a Cidade Velha como património nacional de Cabo Verde
- *Resolução nº 7/2009, de 16 de Março* | *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 11, de 16-03-2009* - Cria o Comité de Gestão e o Comité Consultivo do Sítio Histórico da Cidade Velha
- *Resolução do Conselho de Ministros nº 41/2010* | *Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 27, I Série, de 7 de Julho* - Nomeia Humberto Lima para exercer o cargo de presidente do Instituto da Investigação e do Património Culturais.
- *Decreto-Lei nº 14/2013, de 1 de Abril* | *Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 17, I Série, de 1 de Abril* - Estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério da Cultura (MC).
- *Decreto-Lei nº 30/2016, de 16 de Abril* | *Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 28, I Série, de 16 - 04-2016* - Aprova o regime jurídico das instituições e actividades museológicas, e estabelece o estatuto dos museus.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, Edward P. *Museum masters: Their museums and their influence*. Nashville, Tennessee: The American Association for State and Local History. 1983. 428 p. il.
- ALMADA, J. Luís Hopffer. *Parecer jurídico sobre a Lei de Bases do Património*. Praia: INAC. 1996.
- ALMEIDA, José Maria. *Patrimoine culturel et documents historiques, le cas du Musée des Documents spéciaux. Quels musées pour l'Afrique? Patrimoine en devenir: Actes des Rencontres*. ICOM, Conseil International des Musées. 1992. p. 177-180.
- ALVES, Maria Eugénia Gomes. *Museus e Centros Culturais: Análise comparativa: Museu Etnográfico da Praia e Palácio da Cultura Ilho Lobo*. (Mestrado em Património e Desenvolvimento - Património e Museologia, Universidade de Cabo Verde, 2009) 59 p. inum. + Anexos.
- AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar nº 48, Lisboa, 1964.
- ANDRADE, José Alberto Banha de. *O naturalista José de Anchieta*. Lisboa: Publicações Alfa. 1989. (Biblioteca da Expansão Portuguesa). 306 p. il.
- ANTUNES, Luís Pequito. *A efêmera existência do Museu de Produtos Naturais da Praia, Cabo Verde, 1859-1876*, Sumara nº 2, 2016
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *Património de Cabo Verde*. Reabilitação Urbana: Cabo Verde. e CDJ.10. 2007. p. 17-39.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné: Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*. vol. Parte III. Lisboa: 1905.

- BARROS, Victor. *Campos de Concentração em Cabo Verde*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 219 p.
- BARROSO, Eduardo Paz. *Rogério Ribeiro*. Lisboa: Caminho. 2007.
- Brinquedos Caboverdianos*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura/IPPC/Museu Nacional do Trajo. 1987. 23 p. il.
- BRASIO, António Duarte, *Monumentos Sacros de Santiago*, Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação, Ano XI, Nº130, 1 de Julho de 1960, p. 28 -31.
- BRITO, Nélida Maria Freire de. *Tarrafal, em memória dos prisioneiros*. Lisboa: Dinossauro. 223 p. il.
- BRITO-SEMEDO, M. *Cabo Verde: A construção da identidade nacional*. Praia: IBNL. 2006.
- BUTTERY, David, *Waterloo Battlefield Guide*, 2014
- CABRAL, Luís. *Histórias curtas de Cabo Verde*. Olhares sobre Guiné e Cabo Verde. DG Edições - Caminhos Romanos: 2012. (Coleção Fim do Império nº 9) p. 340-351 il.
- CARVALHO, Adriana. *O Liceu em Cabo Verde, um imperativo de cidadania (1917-1975)*. Praia: Universidade de Cabo Verde. 2012. (Coleção Memórias e Património). 512.
- CARVALHO, Carlos, *A herança patrimonial e política de conservação*, ELÍSIO, Filinto (coord.) e Eutrópio Lima da CRUZ. *Cabo Verde: Trinta anos de cultura*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2005, p.359-375.
- Catálogo da Exposição Histórico-Documental sobre Cabo Verde: Mindelo: Praia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. 1985.
- Cidade Velha: Presidente do INIC pede reabilitação urgente antes que seja tarde demais*. Cooperação. 1. 2001, p. 15-16.
- CLAVÉ, Salvador Anton. *Parques temáticos: Más allá del ocio*. Barcelona, Ariel. 2005
- Cidade Velha: Ribeira Grande de Santiago*, Fundação João Lopes, 2015, 75 p. ils.
- COLEMAN, L. V. *Historic House Museums*. Washington: The American Association of Museums. 1933. 187 p. ill.
- DARWIN, Charles. *Journal de bord (diary) du voyage du Beagle (1831-1836)*. Paris: Honoré Champion. 2012. (Champion Classiques). 822, ill.
- Découvrir les écomusées*. Musée de Bretagne: Écomusée Les Bintinais. 1984. 47 p. il.
- Decreto-Lei Nº 3/2003: O Regime Jurídico dos Espaços Naturais*. Cidade da Praia: Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. 2003. 32 p.
- DELGADO, António Jorge. *Defesa do património urbanístico como base de desenvolvimento dos pequenos aglomerados*. Ponto e Vírgula. 5. 1983. p.
- Dossier: Sites archéologiques et musées de site*. Museum International. 50. 2. 1998. p. 4-54.
- Dossier Tarrafal*. Lisboa: Edições Avante. 2006. (Coleção Resistência). 286 p. il.
- DUPLESSIS. *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par M. de Beauchesne aux îles du Cap-Vert*. EDPAL - PCLL. 2004. (Património Lusógrafo Africano). 79 p. il.

- ESTRELA, Tiago. *Os museus de documentos especiais: Uma inovação na África Ocidental*. Africana. 5. Setembro. 1998. p. 53
- FEIJÓ, João da Silva. *Ensaio e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde: Século XVIII*. Lisboa: Instituto Caboverdeano do Livro. 1986. (Estudos e Ensaios). 83 p.
- FEIJÓ, João da Silva. *Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo Verde, em 1797*. vol. 5. Lisboa: Banco de Portugal. 1991. (Memórias Económicas da Academia Real das Ciências).
- FIGUEIRA, Manuel. *Curriculo das actividades do período anterior à formação da “Cooperativa Resistência” até à presente data*. Actas do Colóquio sobre Artesanato. Coimbra: Serviços Municipais de Cultura e Turismo de Coimbra / Instituto Português do Património Cultural. 1982. p. 75-80.
- FIGUEIREDO, Jaime de. *A fundação da Biblioteca Pública da Praia*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1951. 34 p.
- FONTES, Eduardo. *Guia de Marcha: Notas da Memória*. Lousá: Ed. do Autor. 2006. 195 p. il.
- FREIRE, Verónica dos Reis. *A experiência cabo-verdiana no domínio do património*. Africana. VII Ano, Número Especial, Setembro, 1993. p. 65-73
- FRESE, H. H. *Anthropology and the public: The role of museums*. Leiden: E. J. Brill. 1960. 253 p. + il.
- GALLINARO, Damiano. *O Papel do Museu da Resistência de Chão Bom no Desenvolvimento turístico da Vila do Tarrafal: Cabo Verde*. in Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, p. 114-123.
- GAUGUE, Anne. *Les États africains et leurs musées: La Mise en scène de la Nation*. Paris: L'Harmattan. 1999.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo*. Bibliotecas, Arquivos e Museus. I, Tomo I. 1985. p. 147-184 + il. (49 p. il.)
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Museologia e Etnologia em Portugal: Instituições e personalidades*. (Doutoramento em Antropologia, especialidade Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1997) Vol. I, 700 p.; Vol. II, 496 p.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Museus de Cabo Verde: Continuidade e Inovação*, Anais do Museu Paulista, Jan.-Jul. 2000, 15 p.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Terminologia e conceitos: Contributos para um glossário museológico em língua portuguesa*. Estudos de Castelo Branco. Nova Série. 1. Outubro. 2003. p. 225-259.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Casa do Infante: Pólo do Museu da Cidade do Porto*. Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus. 6. Dezembro. 2002. p. 9-12
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Museologia Militar: Olhares sobre a Guiné e Cabo Verde*. Lisboa: 2012. p. 82-101, ils.

- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Ensaio sobre os Museus de Sítio em Cabo Verde: Campo prisional de Chão Bom*, ReVista Científica: Revista de Estudos Cabo-Verdianos, Número Especial, 2013, 104 p. ils.⁴²⁸.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Museologia e Arte Contemporânea em Cabo Verde: Valorização do Sítio cultural da Cidade Velha*. Sumara - Revista da Fundação João Lopes nº1, 2015. p. 63-102 ils.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho. *Um Museu de Cidade na Praia: Perspectivas de renovação do panorama museológico de Cabo Verde*. Sumara - Revista da Fundação João Lopes 2015, nº 1, p.241-262 ils.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, Adília ALARCÃO. *Museus e Património cultural de Angola*. Revista Internacional de Estudos Africanos. 12 e 13. Janeiro-Dezembro. 1990. p. 421-449.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho e Luís Pequito ANTUNES, *Angola e Moçambique no Contexto museológico da Primeira República*, Sumara - Revista da Fundação João Lopes, nº 1, 2015, p. 21-62.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, Margarida Chorão de CARVALHO. *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego: Conjuntos de moinhos de vento da Portela de Oliveira e de fornos de cal do Casal de Santo Amaro*. Penacova: Município de Penacova. 2003. 192 p. il.
- INÁCIO, Cláudia. *Museus de cidade*. (Mestrado em Museologia, Departamento de História, Universidade de Évora, 2002) 117 p. + anexos + apêndices.
- JENKINS, Tiffany. *Contesting Human Remains in Museum Collections: The Crisis of Cultural Authority*. Routledge.
- LÉON, Martha de, e Hector ALVAREZ. *Recuperação do Património Histórico do Platô - Século XX, Casa da Rua 5 de Julho*. Praia: Ministério da Cultura. 1996.
- LIMA, A. G. Mesquitela. *A África ex-portuguesa, a Antropologia e a Museologia*. Lisboa: Plátano Editora. 1981. 26 p.
- LIMA, Paulo Alexandre Monteiro. *Reconversão da Penitenciária e a sua Reinserção urbana: Museu da Resistência*. (Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2010) 149 p. il.
- LOPES FILHO, João. *A dinamização do Património Cultural e o desenvolvimento, Crónicas do tempo que passou*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009. 191 p. il.
- LOPES FILHO, João. *Cultura, Património e Identidade. Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*. Instituto Superior de Educação. Praia: 2003. p. 13-66.
- LOPES FILHO, João. *Defesa do Património sócio-cultural de Cabo Verde*. Lisboa: Ulmeiro. 1985. (Biblioteca Ulmeiro nº 18). 173 p.

⁴²⁸ Disponível a título precário em < <http://www.revista-patmus.org> >.

- LOPES FILHO, João. *Musealização da Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde*. Ilenha. 4. Janeiro-Junho. 1989. p.
- LOPES FILHO, João. *Museus de C.V. Dicionário Temático da Lusofonia*. ed. Fernando Cristóvão. Lisboa: Texto Editores. 2005. p.
- LOPES FILHO, João. *Por uma Política Cultural em Cabo Verde*, Revista de Intercâmbio Cultural, 1983/1987, Ponto e Vírgula Edições, 2006.
- LOPES FILHO, João. *Por uma Política museológica em Cabo Verde*, Crónicas do tempo que passou. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009. p. 133-148 il.
- LOPES FILHO, João. *Sugestões para Museus em Cabo Verde*. Artiletra. 79. Novembro-Dezembro. 2006. p. 3
- LOPES FILHO, João: *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*, Plátano Editora, Lisboa 1981.
- LOPES, José Vicente. *Cabo Verde: Os Bastidores da Independência*. Cidade da Praia: Spleen Edições. 2002. 729 p. il.
- LOPES, José Vicente. *Tarrafal: Chão Bom: Memórias e Verdades*. 2 vols. Praia: OCIDI - IIPC. 2010. 240p. + 390p.
- LOPES, Leão. *Artesanato: Uma análise interpretativa: Contribuição para o entendimento do artesanato na realidade caboverdiana*. Actas do Colóquio sobre Artesanato. Coimbra: Serviços Municipais de Cultura e Turismo de Coimbra / Instituto Português do Património Cultural. 1982. p. 101-103.
- LUDWIG, Thorsten. *Basic Interpretive Skills: The Course Manual*. Werleshausen: Bildungswerk Interpretation. 2003. (Pilot Training Course No 4). 36 p.ill.
- Luís Benavente: Arquitecto*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. 1997. 159 p. il.
- MARTINS, António Fernandes. *Legislação sobre a defesa do Património em Cabo Verde (1975-2005)*. (Mestrado em Património e Desenvolvimento, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde, 2011).
- MARTINS, Pedro. *Testemunho de um Combatente*. Praia/ Mindelo: Centro Cultural Português. 1996.
- MARTINS, Pedro. *Prefácio de Mário da Fonseca ao Testemunho de um Combatente*. 3ª ed. 2009.
- MARTINS, Pedro. *Revolta de Ribeirão Manuel*. 1ª ed. s/l.: 2010. 12 p.
- MATOS, Mário de. *Museus em Cabo Verde*. Artiletra. 12-13. Ano III. 1993. p. 18.
- MATOS, Mário. *Museus em Cabo Verde*. Mensagem: Revista dos Correios e Telecomunicações de Cabo Verde, Nº 6, Janeiro de 1994, p.17.
- MEA, Elvira Azevedo. *A Presença de Cabo Verde na Exposição de 1865*. Estudos de Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2004. p. 737-749.
- Memória do Campo de Concentração do Tarrafal*. Fundação Mário Soares - Fundação Amílcar Cabral. 2009. 96 p. il.

- MENDES, Carlos Jorge da Silva. *O Museu da Resistência: Museu Transnacional*. (Mestrado em Museologia, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010).
- MENDES, Carlos. *Museu da Resistência: lugar de memória e instrumento de memória*. Ensaios e Práticas em Museologia. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP. 2012. 2 p. 57-69.
- MESTRE, Joan Santacana, Frances Xavier Hernández CARDONA. *Museología crítica*. Gijon: Ediciones Trea. 2006. 306 p. il.
- MILANI, Carlos R. S., Martine DROULERS. *Desenvolvimento Local e Turismo em Tarrafal (Cabo Verde): Lições metodológicas a partir de uma experiência local*. ed. MST - Programa “Management of Social Transformation”. UNESCO. 2002. 29 p. mimeogr.
- MIMOSO, Alexandre Brás. *Cidade Velha: Uma viagem por cinco séculos de História: Reportagem*, Cooperação. 1, 2001, p. 10-12 il.
- MOSCARDO, Giannna, Roy BALLANTYNE, Karen HUGHES. *Designing Interpretive Sites: Principles in Practice*. Fulcrum Publishing. 2007.
- Museos de sitio*. Museo. 4. 1999. p. 7-221.
- Museu dos CTT: Entrevista concedida pela museóloga Nélida Rodrigues*. Mensagem: Revista dos Correios e Telecomunicações de Cabo Verde. 32-33. 1993. p. 32-33.
- Museu dos CTT: Estou disposto a colaborar com o museu das telecomunicações. - Entrevista concedida por José Silva, antigo trabalhador do Telégrafo*, Mensagem: Revista dos Correios e Telecomunicações de Cabo Verde, Nº 6, 1994, p. 5 e 16
- Museu dos CTT: Uma realidade que conta a experiência da empresa*. Mensagem: Revista dos Correios e Telecomunicações de Cabo Verde. 6. 1994. p. 4
- Museu Etnográfico da Praia: Catálogo da Exposição*. Praia: Ministério da Cultura / Instituto da Investigação e do Património Culturais. 2007. 34 p. il.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. 3 vols. Paris: Gallimard. 2007.
- Patrimoine immatériel*. Museum International. 221-222. Mai. 2004. p. 198 p. il.
- PEDRO, Edmundo. *Memórias: Um Combate pela Liberdade*. vol. I. Lisboa: Âncora Editora. 2007. 553 p. il.
- PEÑA, Carlos Garcia (coord.). *Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem /Fortalezas, Gente y Paisaje*. Bilbao: Ediciones ded Cooperación para el Desarrollo. 2000. 290 p. il.
- PEREIRA, Daniel A. *Marcos cronológicos da Cidade Velha*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. 2009. 269 p. il.
- Plantas endémicas e árvores indígenas da Ilha do Fogo*. s/l.: M.A.A. e P. - Projectos “Presevação e Exploração dos Recursos Naturais da Ilha do Fogo”. 2003. 36 p. il.
- Programa do Governo para a VII Legislatura: 2006-2011*, Março de 2006, <<http://www.governo.cv>>.
- Relatório de Gestão: 2011 a 2016*. Ministério da Cultura – Criamos juntos, 182 p. ils.

- RENTZHOOGS, Sten. *Open-Air Museums: The History and Future of a Visionary Idea*. Carlssons and Jamtli. 2007. 532 p. il.
- RIVIÈRE, Georges-Henri. *Essai sur le Musée de Site*. Paris: 1978. 17 p. miméogr.
- RIVIÈRE, Georges-Henri. *La muséologie selon ...* Paris: Dunod. 1989. 402 p. il.
- RODRIGUES, Nélia Maria. *Os Museus em Cabo Verde*. III Encontro de museus de países e comunidades de língua portuguesa. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Juventude e Desportos da Guiné-Bissau / Comissão Portuguesa do ICOM. 1991. p. 61-64.
- RODRIGUES, Nélida. *Cabo Verde: O Quadro Museológico em Cabo Verde*. IV Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Macau: Comissão Portuguesa do ICOM. 1994. p. 21-25.
- RODRIGUES, Nélida Maria Lima. *Site & Archaeological Heritage Conservation at Cidade Velha*. Museums & the Community in West Africa. ed. Claude e ARINZE Emmanuel ARDOUIN. London: WAMP. 1995. p. 98-104 ill.
- RODRIGUES, Sandra Marília Monteiro. *Contributos para a História da Museologia em Cabo Verde*. (Mestrado em Património e Desenvolvimento, Universidade de Cabo Verde, 2012).
- Roteiro dos Museus Militares / Military Museum Guide*, Ministério da Defesa Nacional, 1999, 75 p. ils.
- SEMEDO, Claudino. *Cidade Velha: Património, Musealização e Desenvolvimento turístico em Cabo Verde*. (Mestrado em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2010).
- SILVA, António Correia e Zelinda COHEN, *Darwin: o despertar de Cabo Verde*, Rosa de Porcelana, Praia, 2017, 144 p. ils.
- SOARES, Pedro. *Tarrafal: Campo da morte lenta*. Lisboa, Ed. Avante, 1977, 76 p. *Tarrafal: Memória do Campo de Concentração*. Fundação Mário Soares, Museu do Neo-Realismo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 2010. 155 p. il.
- TAVARES, José Manuel Soares. *O Campo de Concentração do Tarrafal: 1936-1954: A Origem e o Quotidiano*. Lisboa: Edições Colibri. 2007. 262 p. il.
- Um Museu para cada Município: Rede Nacional de Museus*. Praia: Instituto de Investigação e Patrimónios Culturais. s/d. 13 p.
- Un Musée "éclaté", le Musée de l'homme et de l'industrie: Le Creusot Montceau les Mines*, Museum, vol. XXV, nr. 4, p. 242-249.
- VEIGA, Manuel. *Museus de Cabo Verde*. II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Lisboa: Conselho Internacional de Museus / Comissão Nacional Portuguesa. 1989. p. 115-120.
- VERA-CRUZ, José Henrique. *Jornadas ecológicas no Fogo: Jardim Botânico no Paul*. Revista Ekhos. Junho. 1996. p. 80-82 ils.
- VERACRUZ, Maria Teresa. *Projecto de Criação de um Jardim Botânico na Ilha de Santo Antão: Concelho do Paúl*. Praia: Liga dos Amigos do Paúl. 1995.

VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita. *A Vila de Assomada*. s/l.: Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina. 1993. 70 p. il.

Waterloo: 18-6-89, Foundation Roi Baudouin, s/d., 93 p. ill.

WIECZOREK, Jean-Pierre. *Programme de sauvegarde du site de Cidade Velha*, UNESCO, Cap Vert: Patrimoine culturel, 113 p. ill.

Palavras chave

Musée de site

Site musée

Centro interpretativo

Museus ao ar livre

Historic house museums

Parques nacionais

Parques zoológicos / Zoos

Museus escolares

Museu nacional

Museu do Homem Cabo-verdiano

Créditos

Alexandre Brás Mimoso

Filipe Neves Silva

João de Carvalho

Luís Pequito Antunes

Martinho Robalo de Brito

